

Assunto Re: Pregão nº 90026/2024

De Raul Almeida da Paz <091315270515@tre-ba.jus.br>

Para Cláudio Mendes <claudiomendes@grupoavi.com.br>, rpaz <rpaz@tre-ba.jus.br>

Cc 'luanribeiro' <luanribeiro@grupoavi.com.br>, thaissacramento@grupoavi.com.br <thaissacramento@grupoavi.com.br>

Data sexta-feira 20 de setembro de 2024 15:15:39

Prezada licitante,

Em atenção ao presente questionamento que alude ao percentual de *incidência de 13º, férias e adicional* adotado no cálculo das horas extras, informamos que, exceto quanto ao *vigilante supervisor*, para todos os outros contemplados em serviço extraordinário, fora computado na PCFP o benefício *prêmio de férias* em lugar do *terço de férias*, por aquele primeiro ser mais benéfico ao trabalhador. O *prêmio de férias*, previsto na *cláusula vigésima* da CCT, constitui-se em valor linear, correspondente a *51% do piso* da categoria.

Verificada a *média mensal* de horas extras, somada à remuneração ordinária, para verificar se geraria um valor de *terço de férias* superior ao valor do *prêmio de férias*, constatamos que não é o caso, permanecendo mais vantajoso para o empregado auferir o *prêmio de férias*.

Assim, no cálculo de horas extras para os vigilantes não deverá ser computada a provisão com *adicional de férias*. Por conta disso, foi indicado na incidência do *submódulo 2.1* sobre as horas extras o percentual de 16,66%, apenas *férias e décimo terceiro*, **desconsiderado o adicional**, visto que se custeou na PCFP o *prêmio de férias*, mais vantajoso. Ressalte-se que para o *vigilante supervisor* o cálculo considerou o percentual de 19,43%, neste caso computando o *terço de férias*.

Assim, se o *prêmio de férias* é pago ao vigilante em lugar do *terço de férias*, então o percentual de incidência de fato é menor, pois o prêmio é um valor fixo (51% do piso da categoria) pago linearmente; ao revés, nas hipóteses de ser pago o *terço constitucional*, este incide sobre o cálculo de hora extra, como é o caso do vigilante supervisor.

Atenciosamente,

Raul Almeida da Paz
Pregoeiro

Este e-mail e quaisquer arquivos transmitidos com ele são confidenciais e destinam-se

exclusivamente ao uso da pessoa ou entidade a quem endereçados.

Esta mensagem contém informações confidenciais e destina-se apenas ao indivíduo nomeado.

Se você não é o destinatário nomeado, não deve divulgar, distribuir ou copiar este e-mail.

No caso de engano no envio do e-mail, exclua-o imediatamente do seu sistema e notifique o remetente.

Se você não for o destinatário pretendido, será notificado de que é estritamente proibido divulgar, copiar, distribuir ou tomar qualquer ação com base no conteúdo dessas informações.

De: Cláudio <claudiomendes@grupoavi.com.br>

Para: rpaz <rpaz@tre-ba.jus.br>

Cc: luanribeiro <luanribeiro@grupoavi.com.br>; thaissacramento
<thaissacramento@grupoavi.com.br>

Data: quarta-feira, 18 de setembro de 2024 às 11:11 -03

Assunto: Pregão nº 90026/2024

Prezado Pregoeiro.

A A.V.I. SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.738.828/0001-90, vem comunicar um erro no edital do certame em epígrafe, na planilha de cálculo das horas extras, página 131.

Na planilha apresentada no edital no item **incidência 13º, férias e adicional** apresenta de forma correta no posto do supervisor o percentual de 19,43% que representa na planilha correspondente a esse posto de serviço ao somatório do percentual de 13º + Férias + Adicional de Férias (8,33%+8,33%+2,77%).

Porém nos outros 3 postos de vigilante 44 horas semanais, apresenta erroneamente o percentual de apenas 16,66% que representa o somatório de 13º + Férias (8,33%+8,33%) ficou faltando o percentual do **Adicional de Férias** que nesses postos é de **4,25%**, com isso o percentual total a ser utilizado no cálculo das horas extras é de **20,91%, com isso os valores das horas extras serão superiores aos apresentados no edital e no valor total do contrato.**

Atenciosamente,



Claudio Mendes - Gerente Comercial

Fone: (71) 3263-3000/ (11) 2094-2105
(11) 91613-7742

claudiomendes@grupoavi.com.br

www.grupoavi.com.br



Assunto Re: ENC: Pregão nº 90026/2024

De Raul Almeida da Paz <091315270515@tre-ba.jus.br>

Para Cláudio Mendes <claudiomendes@grupoavi.com.br>, rpaz <rpaz@tre-ba.jus.br>

Cc

'Rosemary Costa Santos' <rscantos@tre-ba.jus.br>, 'luanribeiro' <luanribeiro@grupoavi.com.br>, thaissacramento@grupoavi.com.br <thaissacramento@grupoavi.com.br>, joaor@grupoavi.com.br <joaor@grupoavi.com.br>, jorgepassos@grupoavi.com.br <jorgepassos@grupoavi.com.br>

Data sexta-feira 20 de setembro de 2024 15:27:08

Prezada licitante,

O custo com o *prêmio de boa permanência* foi incluído no **submódulo 2.3**. O valor informado corresponde a 22% do piso da categoria, multiplicado por 21/24. Foi considerada a disciplina do item 3 da cláusula oitava da CCT ([2693294](#)). Tendo em conta que o benefício é devido após três meses de efetivo exercício, consideramos no custo mensal a apropriação referente a 21 dos 24 meses do contrato.

Raul Almeida da Paz
Pregoeiro

Este e-mail e quaisquer arquivos transmitidos com ele são confidenciais e destinam-se exclusivamente ao uso da pessoa ou entidade a quem endereçados.

Esta mensagem contém informações confidenciais e destina-se apenas ao indivíduo nomeado.

Se você não é o destinatário nomeado, não deve divulgar, distribuir ou copiar este e-mail.

No caso de engano no envio do e-mail, exclua-o imediatamente do seu sistema e notifique o remetente.

Se você não for o destinatário pretendido, será notificado de que é estritamente proibido divulgar, copiar, distribuir ou tomar qualquer ação com base no conteúdo dessas informações.

De: Cláudio <claudiomendes@grupoavi.com.br>

Para: rpaz <rpaz@tre-ba.jus.br>; 'Rosemary' <rscantos@tre-ba.jus.br>

Cc: luanribeiro <luanribeiro@grupoavi.com.br>; thaissacramento <thaissacramento@grupoavi.com.br>; joaor <joaor@grupoavi.com.br>; jorgepassos <jorgepassos@grupoavi.com.br>

Data: sexta-feira, 20 de setembro de 2024 às 12:18 -03

Assunto: ENC: Pregão nº 90026/2024

Bom Dia Prezados.

A **A.V.I. SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.738.828/0001-90, vem comunicar mais um erro no edital.

As planilhas que elaboram o valor final para o processo licitatório estão com o cálculo da Boa Permanência errado como demonstrarei abaixo.

Salário do vigilante R\$ 1.471,22

Boa Permanência 22% sobre o salário Base = R\$ 323,67 conforme página 03 Cláusula 4ª da CCT 2024 Reg. n.º 000094/2024.

Valor apresentado nas planilhas do edital é de R\$ 283,21 para todos os postos.

Devido aos dois erros apresentados, no primeiro e-mail nos cálculos de horas extras e agora no valor da boa permanência, venho solicitar a republicação do edital com as devidas correções.

Atenciosamente,



Claudio Mendes - Gerente Comercial

Fone: (71) 3263-3000/ (11) 2094-2105
(11) 91613-7742

claudiomendes@grupoavi.com.br

www.grupoavi.com.br



De: Cláudio Mendes [mailto:claudiomendes@grupoavi.com.br]

Enviada em: quarta-feira, 18 de setembro de 2024 10:40

Para: 'rpaz@tre-ba.jus.br' <rpaz@tre-ba.jus.br>

Cc: 'luanribeiro' <luanribeiro@grupoavi.com.br>; thaissacramento@grupoavi.com.br

Assunto: Pregão nº 90026/2024

Prezado Pregoeiro.

A **A.V.I. SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.738.828/0001-90, vem comunicar um erro no edital do certame em epígrafe, na planilha de cálculo das horas extras, página 131.

Na planilha apresentada no edital no item **incidência 13º, férias e adicional** apresenta de forma correta no posto do supervisor o percentual de 19,43% que representa na planilha correspondente a esse posto de serviço ao somatório do percentual de 13º + Férias + Adicional de Férias (8,33%+8,33%+2,77%).

Porém nos outros 3 postos de vigilante 44 horas semanais, apresenta erroneamente o percentual de apenas 16,66% que representa o somatório de 13º + Férias (8,33%+8,33%) ficou faltando o percentual do **Adicional de Férias** que nesses postos é de **4,25%**, com isso o percentual total a ser utilizado no cálculo das horas extras é de **20,91%**, **com isso os valores das horas extras serão superiores aos apresentados no edital e no valor total do contrato.**

Atenciosamente,



Claudio Mendes - Gerente Comercial

Fone: (71) 3263-3000/ (11) 2094-2105
(11) 91613-7742

claudiomendes@grupoavi.com.br

www.grupoavi.com.br



Assunto Re: RES: Pregão nº 90026/2024

De Raul Almeida da Paz <091315270515@tre-ba.jus.br>

Para Cláudio Mendes <claudiomendes@grupoavi.com.br>, rpaz <rpaz@tre-ba.jus.br>

Cc

'Rosemary Costa Santos' <rcsantos@tre-ba.jus.br>, 'luanribeiro' <luanribeiro@grupoavi.com.br>, thaissacramento@grupoavi.com.br <thaissacramento@grupoavi.com.br>

Data sábado 21 de setembro de 2024 16:51:03

Prezada licitante,

Está equivocada a interpretação da empresa, conforme resposta anterior.

Não há incidência de adicional de férias nas situações em que o vigilante recebe o prêmio de férias em lugar do adicional. O prêmio de férias é um valor fixo, não havendo incidência cumulativa nas horas extras. Tudo conforme já foi explicado reiteradas vezes ao consulente.

Atenciosamente,

Raul Almeida da Paz

Pregoeiro

Este e-mail e quaisquer arquivos transmitidos com ele são confidenciais e destinam-se exclusivamente ao uso da pessoa ou entidade a quem endereçados.

Esta mensagem contém informações confidenciais e destina-se apenas ao indivíduo nomeado.

Se você não é o destinatário nomeado, não deve divulgar, distribuir ou copiar este e-mail.

No caso de engano no envio do e-mail, exclua-o imediatamente do seu sistema e notifique o remetente.

Se você não for o destinatário pretendido, será notificado de que é estritamente proibido divulgar, copiar, distribuir ou tomar qualquer ação com base no conteúdo dessas informações.

De: Cláudio <claudiomendes@grupoavi.com.br>

Para: 'Raul <091315270515@tre-ba.jus.br>; rpaz <rpaz@tre-ba.jus.br>; 'Rosemary <rcsantos@tre-ba.jus.br>

Cc: luanribeiro <luanribeiro@grupoavi.com.br>; thaissacramento <thaissacramento@grupoavi.com.br>

Data: sexta-feira, 20 de setembro de 2024 às 15:26 -03

Assunto: RES: Pregão nº 90026/2024

Sr. Pregoeiro.

No questionamento eu digo que o cálculo das horas extras do vigilante supervisor está **CORRETO, 19,43%**, Porém não foi calculado da mesma forma para os vigilantes 44 horas semanais capital e interior, utilizando apenas os 16,66% faltando somar o adicional de férias de 4,25%, logo o percentual correto para esses vigilantes é de **20,91%** e não 16,66%

Atenciosamente,



Claudio Mendes - Gerente Comercial

Fone: (71) 3263-3000/ (11) 2094-2105
(11) 91613-7742

claudiomendes@grupoavi.com.br

www.grupoavi.com.br



De: Raul Almeida da Paz [mailto:091315270515@tre-ba.jus.br]

Enviada em: sexta-feira, 20 de setembro de 2024 15:16

Para: Cláudio Mendes <claudiomendes@grupoavi.com.br>; rpaz <rpaz@tre-ba.jus.br>

Cc: 'luanribeiro' <luanribeiro@grupoavi.com.br>; thaissacramento@grupoavi.com.br

Assunto: Re: Pregão nº 90026/2024

Prezada licitante,

Em atenção ao presente questionamento que alude ao percentual de *incidência de 13º, férias e adicional* adotado no cálculo das horas extras, informamos que, exceto quanto ao *vigilante supervisor*, para todos os outros contemplados em serviço extraordinário, fora computado na PCFP o benefício *prêmio de férias* em lugar do *terço de férias*, por aquele primeiro ser mais benéfico ao trabalhador. O *prêmio de férias*, previsto na *cláusula vigésima* da CCT, constitui-se em valor linear, correspondente a *51% do piso* da categoria.

Verificada a *média mensal* de horas extras, somada à remuneração ordinária, para verificar se geraria um valor de *terço de férias* superior ao valor do *prêmio de férias*, constatamos que não é o caso, permanecendo mais vantajoso para o empregado auferir o *prêmio de férias*.

Assim, no cálculo de horas extras para os vigilantes não deverá ser computada a provisão com *adicional de férias*. Por conta disso, foi indicado na incidência do *submódulo 2.1* sobre as horas extras o percentual de 16,66%, apenas *férias e décimo terceiro*, **desconsiderado**

o adicional, visto que se custeou na PCFP o *prêmio de férias*, mais vantajoso. Ressalte-se que para o *vigilante supervisor* o cálculo considerou o percentual de 19,43%, neste caso computando o *terço de férias*.

Assim, se o *prêmio de férias* é pago ao vigilante em lugar do *terço de férias*, então o percentual de incidência de fato é menor, pois o prêmio é um valor fixo (51% do piso da categoria) pago linearmente; ao revés, nas hipóteses de ser pago o terço constitucional, este incide sobre o cálculo de hora extra, como é o caso do vigilante supervisor.

Atenciosamente,

Raul Almeida da Paz
Pregoeiro

Este e-mail e quaisquer arquivos transmitidos com ele são confidenciais e destinam-se exclusivamente ao uso da pessoa ou entidade a quem endereçados.

Esta mensagem contém informações confidenciais e destina-se apenas ao indivíduo nomeado. Se você não é o destinatário nomeado, não deve divulgar, distribuir ou copiar este e-mail.

No caso de engano no envio do e-mail, exclua-o imediatamente do seu sistema e notifique o remetente.

Se você não for o destinatário pretendido, será notificado de que é estritamente proibido divulgar, copiar, distribuir ou tomar qualquer ação com base no conteúdo dessas informações.

De: Cláudio <claudiomendes@grupoavi.com.br>

Para: rpaz <rpaz@tre-ba.jus.br>

Cc: luanribeiro <luanribeiro@grupoavi.com.br>; thaissacramento <thaissacramento@grupoavi.com.br>

Data: quarta-feira, 18 de setembro de 2024 às 11:11 -03

Assunto: Pregão nº 90026/2024

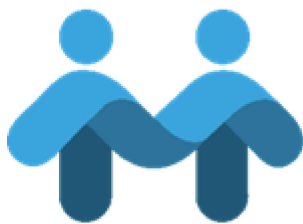
Prezado Pregoeiro.

A **A.V.I. SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.738.828/0001-90, vem comunicar um erro no edital do certame em epígrafe, na planilha de cálculo das horas extras, página 131.

Na planilha apresentada no edital no item **incidência 13º, férias e adicional** apresenta de forma correta no posto do supervisor o percentual de 19,43% que representa na planilha correspondente a esse posto de serviço ao somatório do percentual de 13º + Férias + Adicional de Férias (8,33%+8,33%+2,77%).

Porém nos outros 3 postos de vigilante 44 horas semanais, apresenta erroneamente o percentual de apenas 16,66% que representa o somatório de 13º + Férias (8,33%+8,33%) ficou faltando o percentual do **Adicional de Férias** que nesses postos é de **4,25%**, com isso o percentual total a ser utilizado no cálculo das horas extras é de **20,91%, com isso os valores das horas extras serão superiores aos apresentados no edital e no valor total do contrato.**

Atenciosamente,



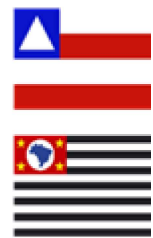
Claudio Mendes - Gerente Comercial

Fone: (71) 3263-3000/ (11) 2094-2105

(11) 91613-7742

claudiomendes@grupoavi.com.br

www.grupoavi.com.br



Assunto Re: PEDIDO DE ESCLARECIMENTO PE

De Raul Almeida da Paz <091315270515@tre-ba.jus.br>

Para comercial@grupointerset.com.br <comercial@grupointerset.com.br>, rpaz <rpaz@tre-ba.jus.br>

Data segunda-feira 23 de setembro de 2024 19:34:17

Prezada licitante,

Os requisitos para habilitação ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90026/2024 constam na SEÇÃO XII do Edital (DA HABILITAÇÃO E DO ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO).

Atenciosamente,

Raul Almeida da Paz
Pregoeiro

Este e-mail e quaisquer arquivos transmitidos com ele são confidenciais e destinam-se exclusivamente ao uso da pessoa ou entidade a quem endereçados.

Esta mensagem contém informações confidenciais e destina-se apenas ao indivíduo nomeado.

Se você não é o destinatário nomeado, não deve divulgar, distribuir ou copiar este e-mail.

No caso de engano no envio do e-mail, exclua-o imediatamente do seu sistema e notifique o remetente.

Se você não for o destinatário pretendido, será notificado de que é estritamente proibido divulgar, copiar, distribuir ou tomar qualquer ação com base no conteúdo dessas informações.

De: comercial <comercial@grupointerset.com.br>

Para: rpaz <rpaz@tre-ba.jus.br>

Data: sexta-feira, 20 de setembro de 2024 às 16:26 -03

Assunto: PEDIDO DE ESCLARECIMENTO PE

Prezados, boa tarde!

A Interset Serviços LTDA inscrita no CNPJ: 12.633.102/0001-23, vem através deste solicitar esclarecimento:

De acordo com a nova Lei de licitações 14.133/2021, as empresas declaram no site cumprir com a obrigação de preencher vagas de Aprendizagem profissional, conforme o Art. 116. Ao longo de toda a execução do contrato, o contratado deverá cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

Parágrafo único. Sempre que solicitado pela Administração, o contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere o caput deste artigo, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas.

Pergunto:

1 - De acordo com o Art. 116 da LEI 14.133/2021 citado acima, a empresa arrematante deverá apresentar a **Certidão de Regularidade na Contratação de Aprendizizes** na fase de habilitação para comprovar que cumpre a cota ?

2 - Não comprovando através da certidão que cumpre a cota de aprendizes, a empresa será desclassificada ?



Quadro informativo



Pregão Eletrônico N° 90026/2024 (Lei 14.133/2021)

UASG 70013 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Critério julgamento: **Menor Preço / Maior Desconto** Modo disputa: **Aberto/Fechado**



Contratação em período de cadastramento de proposta

Avisos (14)

Impugnações (1)

Esclarecimentos (10)

23/09/2024 19:39



Prezados, boa tarde!

A XXXXX inscrita no CNPJ: XXXXXXXXXXXXXXXX, vem através deste solicitar esclarecimento:

De acordo com a nova Lei de licitações 14.133/2021, as empresas declaram no site cumprir com a obrigação de preencher vagas de Aprendizagem profissional, conforme o Art. 116. Ao longo de toda a execução do contrato, o contratado deverá cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

Parágrafo único. Sempre que solicitado pela Administração, o contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere o caput deste artigo, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas.

Pergunto:

1 - De acordo com o Art. 116 da LEI 14.133/2021 citado acima, a empresa arrematante deverá apresentar a Certidão de Regularidade na Contratação de Aprendizes na fase de habilitação para comprovar que cumpre a cota ?

2 - Não comprovando através da certidão que cumpre a cota de aprendizes, a empresa será desclassificada ?



Prezada licitante,

Os requisitos para habilitação ao PREGÃO ELETRÔNICO N° 90026/2024 constam na SEÇÃO XII do Edital (DA HABILITAÇÃO E DO ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO).

Atenciosamente,

Raul Almeida da Paz
Pregoeiro

23/09/2024 19:38



Sr. Pregoeiro,

No questionamento eu digo que o cálculo das horas extras do vigilante supervisor está CORRETO, 19,43%, Porém não foi calculado da mesma forma para os vigilantes 44 horas semanais capital e interior, utilizando apenas os 16,66% faltando somar o adicional de férias de 4,25%, logo o percentual correto para esses vigilantes é de 20,91% e não 16,66%



Prezada licitante,

Está equivocada a interpretação da empresa, conforme resposta anterior.

Não há incidência de adicional de férias nas situações em que o vigilante recebe o prêmio de férias em lugar do adicional. O prêmio de férias é um valor fixo, não havendo incidência cumulativa nas horas extras. Tudo conforme já foi explicado reiteradas vezes ao consulente.

Atenciosamente,



20/09/2024 16:17



Bom Dia Prezados,

A XXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o n.º XXXXXXXXXXXX, vem comunicar mais um erro no edital. As planilhas que elaboram o valor final para o processo licitatório estão com o cálculo da Boa Permanência errado como demonstrarei abaixo.
Salário do vigilante R\$ 1.471,22
Boa Permanência 22% sobre o salário Base = R\$ 323,67 conforme página 03 Cláusula 4ª da CCT 2024 Reg. n.º 000094/2024.
Valor apresentado nas planilhas do edital é de R\$ 283,21 para todos os postos.
Devido aos dois erros apresentados, no primeiro e-mail nos cálculos de horas extras e agora no valor da boa permanência, venho solicitar a republicação do edital com as devidas correções.



Prezada licitante,

O custo com o prêmio de boa permanência foi incluído no submódulo 2.3. O valor informado corresponde a 22% do piso da categoria, multiplicado por 21/24. Foi considerada a disciplina do item 3 da cláusula oitava da CCT (2693294). Tendo em conta que o benefício é devido após três meses de efetivo exercício, consideramos no custo mensal a apropriação referente a 21 dos 24 meses do contrato.

Raul Almeida da Paz
Pregoeiro

20/09/2024 16:16



Prezado Pregoeiro,

A XXXXXXXX vem comunicar um erro no edital do certame em epígrafe, na planilha de cálculo das horas extras, página 131.
Na planilha apresentada no edital no item incidência 13º, férias e adicional apresenta de forma correta no posto do supervisor o percentual de 19,43% que representa na planilha correspondente a esse posto de serviço ao somatório do percentual de 13º + Férias + Adicional de Férias (8,33%+8,33%+2,77%).
Porém nos outros 3 postos de vigilante 44 horas semanais, apresenta erroneamente o percentual de apenas 16,66% que representa o somatório de 13º + Férias (8,33%+8,33%) ficou faltando o percentual do Adicional de Férias que nesses postos é de 4,25%, com isso o percentual total a ser utilizado no cálculo das horas extras é de 20,91%, com isso os valores das horas extras serão superiores aos apresentados no edital e no valor total do contrato.



Prezada licitante,

Em atenção ao presente questionamento que alude ao percentual de incidência de 13º, férias e adicional adotado no cálculo das horas extras, informamos que, exceto quanto ao vigilante supervisor, para todos os outros contemplados em serviço extraordinário, fora computado na PCFP o benefício prêmio de férias em lugar do terço de férias, por aquele primeiro ser mais benéfico ao trabalhador. O prêmio de férias, previsto na cláusula vigésima da CCT, constitui-se em valor linear, correspondente a 51% do piso da categoria.

Verificada a média mensal de horas extras, somada à remuneração ordinária, para verificar se geraria um valor de terço de férias superior ao valor do prêmio de férias, constatamos que não é o caso, permanecendo mais vantajoso para o empregado auferir o prêmio de férias.

Assim, no cálculo de horas extras para os vigilantes não deverá ser computada a provisão com adicional de férias. Por conta disso, foi indicado na incidência do submódulo 2.1 sobre as horas extras o percentual de 16,66%, apenas férias e décimo terceiro, desconsiderado o adicional, visto que se custeou na PCFP o prêmio de férias, mais vantajoso. Ressalte-se que para o vigilante supervisor o cálculo considerou o percentual de 19,43%, neste caso computando o terço de férias.

Assim, se o prêmio de férias é pago ao vigilante em lugar do terço de férias, então o percentual de incidência de fato é menor, pois o prêmio é um valor fixo (51% do piso da categoria) pago linearmente; ao revés, nas hipóteses de ser pago o terço constitucional, este incide sobre o cálculo de hora extra, como é o caso do vigilante supervisor.



Raul Almeida da Paz
Pregoeiro

05/08/2024 13:36



Senhor licitante

Em atenção ao seu pedido de esclarecimento, seguem abaixo as respostas dos questionamentos solicitados

1º Os postos (ver arquivo em anexo) são fixos ou devemos considerar esporádicos? PG 33 e 34 + 35 e 36,
Se forem esporádicos, favor especificar a quantidade de dias de cada um.

Resposta. Os postos referidos acima são temporários, a quantidade de dias está especificada na última coluna da tabela. A contagem do prazo para esta eleição deve tomar por base a data de realização do pleito eleitoral, neste caso 06 de outubro de 2024 e 27 de outubro se houver segundo turno.

2º Qual o prazo para início dos serviços.

Resposta. Orientamos o licitante consultar o item 8 do Termo de Referência.
8 - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E DO INÍCIO DE EXECUÇÃO

3º Devemos conceder intervalo para os efetivos, permitindo que descansem o período de refeição, porém sem necessidade de substituição para o posto durante o intervalo.
Ou... Devemos pagar (Intrajornada) para o efetivo não saia do posto durante o período de refeição e com isso o posto não ficaria descoberto?

Resposta. Conforme item 3 do Termo de Referência.
Obs2: todos os postos irão gozar do intervalo intrajornada, para repouso e alimentação, sem a respectiva reposição por profissional substituto.

4º Os postos precisam de algum meio auxiliar ou epi diferenciado?
Radio, Celular, livro ata, detector de metais.. Ou serão responsabilidade da contratada?
Caso seja nossa responsabilidade, favor descrever os itens necessários para composição de preços.

Resposta. Orientamos o licitante consultar o item 4.2.3.2.3 do Termo de Referência.
4.2.3.2.3 EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA INÍCIO DE CONTRATO

5º Todos os benefícios serão conforme CCT?
Alguma cidade não tem fácil acesso de transporte publico e precisamos considerar ajuda de custo?
Resposta. Os benefícios que serão concedidos, nos termos da CCT da categoria estão disciplinados na planilha de custo e formação de preços. O custo de transporte será suportado pelo contratado, considerando a realidade do transporte público do município.

Gilson S Conceição
Pregoeiro



Senhor licitante

Em atenção ao seu pedido de esclarecimento, seguem abaixo as respostas dos questionamentos solicitados.

1º Os postos (ver arquivo em anexo) são fixos ou devemos considerar esporádicos? PG 33 e 34 + 35 e 36,
Se forem esporádicos, favor especificar a quantidade de dias de cada um.

Resposta. Os postos referidos acima são temporários, a quantidade de dias está especificada na última coluna da tabela. A contagem do prazo para esta eleição deve tomar por base a data de realização do pleito eleitoral, neste caso 06 de outubro de 2024 e 27 de outubro se houver segundo turno.

2º Qual o prazo para início dos serviços.

Resposta. Orientamos o licitante consultar o item 8 do Termo de Referência.
8 - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E DO INÍCIO DE EXECUÇÃO



o posto não ficaria descoberto?

Resposta. Conforme item 3 do Termo de Referência.

Obs2: todos os postos irão gozar do intervalo intrajornada, para repouso e alimentação, sem a respectiva reposição por profissional substituto.

4º Os postos precisam de algum meio auxiliar ou epi diferenciado?

Radio, Celular, livro ata, detector de metais.. Ou serão responsabilidade da contratada?

Caso seja nossa responsabilidade, favor descrever os itens necessários para composição de preços.

Resposta. Orientamos o licitante consultar o item 4.2.3.2.3 do Termo de Referência.

4.2.3.2.3 EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA INÍCIO DE CONTRATO

5º Todos os benefícios serão conforme CCT?

Alguma cidade não tem fácil acesso de transporte publico e precisamos considerar ajuda de custo?

Resposta. Os benefícios que serão concedidos, nos termos da CCT da categoria estão disciplinados na planilha de custo e formação de preços. O custo de transporte será suportado pelo contratado, considerando a realidade do transporte público do município.

Gilson S Conceição
Pregoeiro

30/07/2024 11:26



Assunto: RES: Resposta ao pedido de esclarecimento

Prezados Boa Tarde,

Em atenção as respostas dos esclarecimentos enviado a todos os licitantes, venho ressaltar que alguns itens não ficaram muito claro quanto ao que os participantes deverão apresentar os quais destaco em azul:

3 – A Cláusula 74ª da CCT determina fornecimento de Assistência médica/Odontológica, e não consta esse custo na planilha que determina o máximo admissível. Como devemos proceder ?

Resposta. "6.2. No que tange ao Prêmio de Boa Permanência e ao Convênio de Assistência Odontológica e Médica, a sua exclusão foi suscitada por esta Assessoria Jurídica tendo em vista a invalidade das cláusulas convencionais. A previsão voltada para "contratos licitados e/ou contratados até 13/04/2022" e "contratos novos...licitados e assinados após 01 de fevereiro de 2012" evidencia que as obrigações foram criadas pelos Sindicatos em desfavor de terceiros (que não participaram da negociação), de forma que não constituem direitos efetivamente conquistados pela categoria.

5 - A Cláusula 8ª da CCT/ Boa Permanência – Não consta na planilha que determina valores máximos do edital o custo para esta verba que hoje é de 22% do salário base do vigilante, e em fevereiro passará a ser de 25%, conforme determina a CCT. Como devemos proceder com este custo nas planilhas já que as taxas de administração e lucro estão pré-determinadas no edital?

Resposta. Vide a resposta da questão 3.

OBS.: No que tange o Prêmio de Boa Permanência e Convênio de Assistência Médica ter sido excluída pela Assessoria Jurídica com a alegação "obrigações foram criadas pelos Sindicatos em desfavor de terceiros (que não participaram da negociação), de forma que não constituem direitos efetivamente conquistados pela categoria" ressalto que a CCT foi aprovada e homologada no Órgão representante do Governo Federal que é o Ministério Público do Trabalho, ou seja, teve a participação do representante legal do Governo e essas verbas são obrigatórias a serem pagas aos vigilantes pelas empresas, como o T.R.E. está determinando a exclusão dessas verbas das planilhas de custos, ou seja, os valores correspondentes a essas verbas são R\$ 323,67 para Boa Permanência e R\$233,73, sendo 2/3 pagos pelo empregador e 1/3 pelo vigilante o que corresponde ao Valor de R\$ 155,82 valor do empregador para Assistência Médica, logo, o valor das duas verbas é igual a R\$ 479,49 por vigilante, considerando que nas próprias planilhas fornecidas pelo T.R.E. o somatório das Taxas do BDI de um vigilante apresenta o valor de R\$ 530,88 por vigilante (Posto 44 hs semanais), as empresas estarão limitadas ao BDI de apenas R\$ 51,39, ressalto que não estamos considerando o custo do Jovem Aprendiz que também é devido e que representa o valor de R\$ 84,00 por vigilante. Caso venhamos a considerar que a CCT 2025 já está estabelecida junto com a CCT 2024, determinando para os salários de 2025 o a variação do INPC de 2024 + 2,43% de ganho real, o que passará o salário base da categoria do vigilante a partir de 1º de janeiro para o valor de aproximadamente R\$ 1.574,21 e o Prêmio de Boa Permanência passará para 25% sobre o salário base, ou seja, R\$ 393,55 e a Assistência Médica já estabelecida na CCT passará para R\$ 280,47 e o custo do empregador será R\$ 186,98, totalizando assim R\$ 580,53, causando assim só essas duas verbas um prejuízo de R\$ 49,65 por vigilante, ainda levando



transtornos para a CONTRATADA e para a CONTRATANTE que responde de forma solidária.

7 - O valor médio do transporte calculado para Camaçari, Feira de Santana e Vitória da Conquista está de R\$ 3,92 (pág 153) é muito abaixo da realidade, uma vez que as tarifas dos municípios são de R\$ 5,00, R\$ 4,90, R\$ 3,80. Nesse sentido, como pode a média ser igual a R\$ 3,92?

Resposta - Trata-se de mera estimativa, que não vincula o licitante, o qual, todavia, deverá formular sua proposta conforme a sua realidade, podendo o valor com a rubrica transporte da proposta da empresa ser maior, ou menor, ou até mesmo zero, a depender dos meios de deslocamento utilizados pelos profissionais.

OBS: O edital é um regramento para que os concorrentes tenham uma isonomia na elaboração de suas propostas, logo, se a média de transportes para os municípios supra citados estiverem inferior a realidade, os participantes que utilizarem essa média, estarão tendo vantagens na competição apurando assim valores inferiores aos concorrentes que fizerem a média do VT de forma correta e real, ressalto ainda essa média inferior terão reflexo também nos cálculos das horas extras. O mais importante será que o valor máximo estipulado no edital está abaixo da realidade, logo considero importante a correção.

8 - Na página 86 (Planilha VIGILÂNCIA ARMADA DIURNA - jornada de 44 horas semanais, TRAJE SOCIAL) foi considerado o encargo de 20,91% no submódulo 2.1 que é referente ao 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias. Entretanto, na planilha de hora extra (página 151) o cálculo da incidência desse submódulo 2.1 foi considerando somente o 13º (8,33%) + Férias (8,33%) resultando em 16,66%. Este percentual está incorreto, pois na descrição da coluna consta "incidência 13º, férias e adicional", mas de acordo com o percentual é possível perceber que o cálculo não considera o adicional (4,25%), já que resulta em 16,66% ao invés de 20,91%. Logo,

acredito que será preciso refazer os cálculos da hora extra, já que o valor estimado e o orçamento solicitado não contemplam tal correção.

Seguem abaixo os prints das planilhas mencionadas:

Resposta: No que alude ao percentual de incidência de 13º, férias e adicional adotado no cálculo das horas extras, esta seção resgata as informações prestada no documento 2597732, a seguir reproduzido (destaque em vermelho):

Exceto quanto ao vigilante supervisor, para todos os outros contemplados em serviço extraordinário, fora computado na PCFP o benefício prêmio de férias em lugar do terço de férias (2507807), por aquele primeiro ser mais benéfico ao trabalhador. O prêmio de férias, previsto na cláusula vigésima da CCT (2504884), constitui-se em valor linear, correspondente a 51% do piso da categoria,

Ocorre que, em interpretação das informações lançadas nos autos, impôs-se a necessidade de verificar se a média mensal de horas extras, somada à remuneração ordinária, geraria um valor de terço de férias superior ao valor do prêmio de férias. Preparada a tabela horas extras s/ terço de férias (2597637), constatamos que não é o caso, permanecendo mais vantajoso para o empregado auferir o prêmio de férias.

Assim, parece a esta Seção que no cálculo de horas extras para os vigilantes não deverá ser computada a provisão com adicional de férias. Por conta disso, indicamos na incidência do submódulo 2.1 sobre as horas extras o percentual de 16,66%, apenas férias e décimo terceiro, desconsiderado o adicional, visto que se custeou na PCFP o prêmio de férias, mais vantajoso. Ressalve-se que para o vigilante supervisor o cálculo considerou o percentual de 19,43%, neste caso computando o terço de férias.

OBS: O T.R.E. ao determinar apenas o 16,66% da incidência dos encargos no cálculo das horas extras, está excluindo a incidência do 1/3 de prêmio de férias, pois para efeito de pagamento ao vigilante, é calculado a média anual de remuneração do mesmo incluindo as horas extras e a essa remuneração média adiciona-se 1/3 referente ao prêmio de férias ou quando o valor de 1/3 do total da remuneração for inferior a 51% do salário base, esse é o que será creditado ao colaborador, logo para cálculo das horas extras, deverá ser utilizado o prêmio de férias, ou seja 19,43% e não 16,66% apenas.

Devido ao exposto, peço que a assessoria jurídica do T.R.E. reveja essas verbas e valores para a divulgação do próximo edital.

Senhor licitante

Em atenção as dúvidas remanescente cujo texto (está destacado na cor azul) relacionadas ao seu pedido de esclarecimento, referente ao e-mail enviado em 24/07/2024 às 23:27. Informamos que as questões suscitadas por V.Sas. já foram amplamente discutidas e analisadas pela área competente. Portanto não existe fato novo a ser analisado.

Desse modo, a área competente ratifica as respostas dos questionamentos enviados através do e-mail em 24/07/2024 às 12:47.



apoio desta Seção, seguem comentários, quanto às tréplicas apresentadas no documento 2927113 para as questões 5, 7 e 8.

Questão 5: não se trata de matéria ao alcance desta Seção. Registre-se que tal questão já foi amplamente debatida internamente, e respondida inúmeras vezes, inclusive a este mesmo consulente.

Questão 7: reitera-se a resposta anterior. Não há necessidade de correção, devendo a empresa custear as rubricas conforme sua realidade.

Questão 8: discordamos da interpretação. Não há necessidade de correção, devendo a empresa custear as rubricas conforme sua realidade."

Quanto as dúvidas alusivas as questões 3 e 5, nada temos a acrescentar, sendo assim validamos as respostas anteriores.

Por fim, cientificamos V.Sas. que a reabertura do certame está marcada para o dia 09/08/2024 às 09h (Horário de Brasília)

Atenciosamente

Gilson S Conceição
Pregoeiro



Assunto: RES: Resposta ao pedido de esclarecimento

Prezados Boa Tarde.

Em atenção as respostas dos esclarecimentos enviado a todos os licitantes, venho ressaltar que alguns itens não ficaram muito claro quanto ao que os participantes deverão apresentar os quais destaco em azul:

3 - A Cláusula 74" da CCT determina fornecimento de Assistência médica/Odontológica, e não consta esse custo na planilha que determina o máximo admissível. Como devemos proceder ?

Resposta. "6.2. No que tange ao Prêmio de Boa Permanência e ao Convênio de Assistência Odontológica e Médica, a sua exclusão foi suscitada por esta Assessoria Jurídica tendo em vista a invalidade das cláusulas convencionais. A previsão voltada para "contratos licitados e/ou contratados até 13/04/2022" e "contratos novos...licitados e assinados após 01 de fevereiro de 2012" evidencia que as obrigações foram criadas pelos Sindicatos em desfavor de terceiros (que não participaram da negociação), de forma que não constituem direitos efetivamente conquistados pela categoria.

5 - A Cláusula 8" da CCT/ Boa Permanência - Não consta na planilha que determina valores máximos do edital o custo para esta verba que hoje é de 22% do salário base do vigilante, e em fevereiro passará a ser de 25%, conforme determina a CCT. Como devemos proceder com este custo nas planilhas já que as taxas de administração e lucro estão pré-determinadas no edital?

Resposta. Vide a resposta da questão 3.

OBS: No que tange o Prêmio de Boa Permanência e Convênio de Assistência Médica ter sido excluída pela Assessoria Jurídica com a alegação "obrigações foram criadas pelos Sindicatos em desfavor de terceiros (que não participaram da negociação), de forma que não constituem direitos efetivamente conquistados pela categoria" ressalto que a CCT foi aprovada e homologada no Órgão representante do Governo Federal que é o Ministério Público do Trabalho, ou seja, teve a participação do representante legal do Governo e essas verbas são obrigatórias a serem pagas aos vigilantes pelas empresas, como o T.R.E. está determinando a exclusão dessas verbas das planilhas de custos, ou seja, os valores correspondentes a essas verbas são R\$ 323,67 para Boa Permanência e R\$233,73, sendo 2/3 pagos pelo empregador e 1/3 pelo vigilante o que corresponde ao Valor de R\$ 155,82 valor do empregador para Assistência Médica, logo, o valor das duas verbas é igual a R\$ 479,49 por vigilante, considerando que nas próprias planilhas fornecidas pelo T.R.E. o somatório das Taxas do BDI de um vigilante apresenta o valor de R\$ 530,88 por vigilante (Posto 44 hs semanais), as empresas estarão limitadas ao BDI de apenas R\$ 51,39, ressalto que não estamos considerando o custo do Jovem Aprendiz que também é devido e que representa o valor de R\$ 84,00 por vigilante. Caso venhamos a considerar que a CCT 2025 já está estabelecida junto com a CCT 2024, determinando para os salários de 2025 o a variação do INPC de 2024 + 2,43% de ganho real, o que passará o salário base da categoria do vigilante a partir de 1º de janeiro para o valor de aproximadamente R\$ 1.574,21 e o Prêmio de Boa Permanência passará para 25% sobre o salário base, ou seja, R\$ 393,55 e a Assistência Médica já estabelecida na CCT passará para R\$ 280,47 e o custo do empregador será R\$ 186,98, totalizando assim R\$ 580,53, causando assim só essas duas verbas um prejuízo de R\$ 49,65 por vigilante, ainda levando em consideração que a empresa que vier a vencer o certame esteja em seus custos as Taxas de BDI máximas admitidas no edital e mais ainda, sem contar com o custo da verba devida referente ao Jovem Aprendiz. Venho lembrar que, o vigilante que se sentir prejudicado poderá reivindicar juridicamente, trazendo assim transtornos para a CONTRATADA e para a CONTRATANTE que responde de forma solidária.

7 - O valor médio do transporte calculado para Camaçari, Feira de Santana e Vitória da Conquista



Resposta - Trata-se de mera estimativa, que não vincula o licitante, o qual, todavia, deverá formular sua proposta conforme a sua realidade, podendo o valor com a rubrica transporte da proposta da empresa ser maior, ou menor, ou até mesmo zero, a depender dos meios de deslocamento utilizados pelos profissionais.

OBS.: O edital é um regramento para que os concorrentes tenham uma isonomia na elaboração de suas propostas, logo, se a média de transportes para os municípios supra citados estiverem inferior a realidade, os participantes que utilizarem essa média, estarão tendo vantagens na competição apurando assim valores inferiores aos concorrentes que fizerem a média do VT de forma correta e real, ressaltando ainda essa média inferior terão reflexo também nos cálculos das horas extras. O mais importante será que o valor máximo estipulado no edital está abaixo da realidade, logo considero importante a correção.

8 - Na página 86 (Planilha VIGILÂNCIA ARMADA DIURNA - jornada de 44 horas semanais, TRAJE SOCIAL) foi considerado o encargo de 20,91% no submódulo 2.1 que é referente ao 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias. Entretanto, na planilha de hora extra (página 151) o cálculo da incidência desse submódulo 2.1 foi considerando somente o 13º (8,33%) + Férias (8,33%) resultando em 16,66%. Este percentual está incorreto, pois na descrição da coluna consta "incidência 13º, férias e adicional", mas de acordo com o percentual é possível perceber que o cálculo não considera o adicional (4,25%), já que resulta em 16,66% ao invés de 20,91%. Logo,

acredito que será preciso refazer os cálculos da hora extra, já que o valor estimado e o orçamento solicitado não contemplam tal correção.

Seguem abaixo os prints das planilhas mencionadas:

Resposta: No que alude ao percentual de incidência de 13º, férias e adicional adotado no cálculo das horas extras, esta seção resgata as informações prestada no documento 2597732, a seguir reproduzido (destaque em vermelho):

Exceto quanto ao vigilante supervisor, para todos os outros contemplados em serviço extraordinário, fora computado na PCFP o benefício prêmio de férias em lugar do terço de férias (2507807), por aquele primeiro ser mais benéfico ao trabalhador. O prêmio de férias, previsto na cláusula vigésima da CCT (2504884), constitui-se em valor linear, correspondente a 51% do piso da categoria.

Ocorre que, em interpretação das informações lançadas nos autos, impôs-se a necessidade de verificar se a média mensal de horas extras, somada à remuneração ordinária, geraria um valor de terço de férias superior ao valor do prêmio de férias. Preparada a tabela horas extras s/ terço de férias (2597637), constatamos que não é o caso, permanecendo mais vantajoso para o empregado auferir o prêmio de férias.

Assim, parece a esta Seção que no cálculo de horas extras para os vigilantes não deverá ser computada a provisão com adicional de férias. Por conta disso, indicamos na incidência do submódulo 2.1 sobre as horas extras o percentual de 16,66%, apenas férias e décimo terceiro, desconsiderado o adicional, visto que se custeou na PCFP o prêmio de férias, mais vantajoso. Ressalve-se que para o vigilante supervisor o cálculo considerou o percentual de 19,43%, neste caso computando o terço de férias.

OBS.: O T.R.E. ao determinar apenas o 16,66% da incidência dos encargos no cálculo das horas extras, está excluindo a incidência do 1/3 de prêmio de férias, pois para efeito de pagamento ao vigilante, é calculado a média anual de remuneração do mesmo incluindo as horas extras e a essa remuneração média adiciona-se 1/3 referente ao prêmio de férias ou quando o valor de 1/3 do total da remuneração for inferior a 51% do salário base, esse é o que será creditado ao colaborador, logo para cálculo das horas extras, deverá ser utilizado o prêmio de férias, ou seja 19,43% e não 16,66% apenas.

Devido ao exposto, peço que a assessoria jurídica do T.R.E. reveja essas verbas e valores para a divulgação do próximo edital.

Senhor licitante

Em atenção às dúvidas remanescente cujo texto (está destacado na cor azul) relacionadas ao seu pedido de esclarecimento, referente ao e-mail enviado em 24/07/2024 às 23:27. Informamos que as questões suscitadas por V.Sas, já foram amplamente discutidas e analisadas pela área competente. Portanto não existe fato novo a ser analisado.

Desse modo, a área competente ratifica as respostas dos questionamentos enviados através do e-mail em 24/07/2024 às 12:47.

Visando dirimir alguma imprecisão porventura existente transcrevemos abaixo a manifestação da área competente.

"Tendo em consideração novo retorno dos autos, em que se reiteram questões já respondidas, algumas com apoio desta Seção, seguem comentários, quanto às réplicas apresentadas no documento 2927113 para as questões 5, 7 e 8.

Questão 5: não se trata de matéria ao alcance desta Seção. Registre-se que tal questão já foi amplamente



Questão 8: discordamos da interpretação. Não há necessidade de correção, devendo a empresa custear as rubricas conforme sua realidade."

Quanto as dúvidas alusivas as questões 3 e 5, nada temos a acrescentar, sendo assim validamos as respostas anteriores.

Por fim, cientificamos V.Sas. que a reabertura do certame está marcada para o dia 09/08/2024 às 09h (Horário de Brasília)

Atenciosamente

Gilson S Conceição
Pregoeiro

25/07/2024 13:15



Prezados, Bom dia!

Senhor licitante

Em atenção ao seu pedido de esclarecimento, enviado para o e-mail do pregoeiro às 09:21, do dia 09/07/2024, explicamos a seguir os questionamentos suscitados por V.Sas.

Na oportunidade, informamos que as respostas dos questionamentos ora enviados, substituem aqueles transmitidos às 14:06 da data acima mencionada.

AVI Serviços de Segurança LTDA, inscrita no CNPJ: 07.738.828/0001-90, vem através deste solicitar alguns esclarecimentos.

1 – Consta no Edital/Anexo II, página 62 a quantidade de 47 postos regulares para postos 44 horas semanais em diversos municípios do interior, porém na página 64 postos temporários nos diversos municípios do interior, consta o total de 48 postos. Qual a quantidade correta a ser considerada ?

Resp. As duas quantidades indicadas estão corretas; na página 62 são 47 postos REGULARES de jornada administrativa (44h) e na página 64 são 48 postos TEMPORÁRIOS de jornada administrativa (44h), voltados para o Encerramento do Cadastro e Eleição (acrescentamos 01 posto a mais);

2 – Planilha de horas extras – Ano eleitoral – Página 152, no posto de supervisor 44 horas semanais determina 150 horas extras para esse único supervisor. A CLT determina que a prorrogação de horário seja de no máximo duas horas por dia de trabalho, logo em que período este supervisor fará 150 horas de segunda a sexta ainda sem VT e sem VA ?

Resposta: Sobre a questão 2 do pedido de esclarecimentos, é importante pontuar que não se trata de dúvida quanto ao cálculo efetuado, mas sim acerca da quantificação de horas. A empresa questiona "em que período este supervisor fará 150 horas de segunda a sexta ainda sem VT e sem VA". No TR anexo ao Edital (2876146, fls. 35-36) consta o total estimado de horas extras. Pela forma como os dados foram apresentados pela área demandante, é possível inferir que para cada vigilante com jornada de 44 horas alocado na Capital (o que inclui o supervisor) foram previstas 150 horas, sendo:

- 30 horas por conta do encerramento do cadastro eleitoral, em dias úteis, inclusive sábados;
- 10 horas por conta do encerramento do cadastro eleitoral, em domingos e feriados;
- 30 horas por conta do primeiro turno das eleições, em dias úteis, inclusive sábados;
- 40 horas por conta do primeiro turno das eleições, em domingos e feriados; e
- 40 horas por conta do segundo turno das eleições, em domingos e feriados.

3 – A Cláusula 74ª da CCT determina fornecimento de Assistência médica/Odontológica, e não consta esse custo na planilha que determina o máximo admissível. Como devemos proceder ?

Resposta. "6.2. No que tange ao Prêmio de Boa Permanência e ao Convênio de Assistência Odontológica e Médica, a sua exclusão foi suscitada por esta Assessoria Jurídica tendo em vista a invalidade das cláusulas convencionais. A previsão voltada para "contratos licitados e/ou contratados até 13/04/2022" e "contratos novos...licitados e assinados após 01 de fevereiro de 2012" evidencia que as obrigações foram criadas pelos Sindicatos em desfavor de terceiros (que não participaram da negociação), de forma que não constituem direitos efetivamente conquistados pela categoria.

4 – Item 10.10 do edital – Letra C, diz que a proposta não será desclassificada ainda que a indicação do salário seja inferior ao determinado pela CCT. Não seria essa uma violação dos direitos da categoria?

Resposta. Informamos ao licitante que as regras do edital devem ser interpretadas conjuntamente. A redação disposta no item 10.10 do edital deve ser interpretada de forma associada com o disposto na condição 10.11 transcrito abaixo:



5 - A Cláusula 8ª da CCT/ Boa Permanência - Não consta na planilha que determina valores máximos do edital o custo para esta verba que hoje é de 22% do salário base do vigilante, e em fevereiro passará a ser de 25%, conforme determina a CCT. Como devemos proceder com este custo nas planilhas já que as taxas de administração e lucro estão pré-determinadas no edital?

Resposta. Vide a resposta da questão 3.

6 - Na página 154, foi considerado o valor do VA diário igual a R\$13,60 para VIGILÂNCIA ARMADA DIURNA - jornada de 44 horas semanais, FARDAMENTO TÁTICO da Capital, quando na verdade o correto deveria ser R\$ 14,10.

Resposta: questão 6, está correta a consulente. Tratou-se de equívoco na transcrição dos valores, o que foi ajustado nesta oportunidade, passando o valor total estimado a ser de R\$ 15.149.112,10 (quinze milhões, cento e quarenta e nove mil cento e doze reais e dez centavos), portanto R\$ 8,08 acima da estimativa que foi divulgada na licitação. Seguem planilhas corrigidas.

Quanto à questão acima, esclarecemos que por conta da irrisória diferença constatada (R\$ 8,08 no valor global, para 24 meses), não há reparo a se fazer no valor estimado, sendo esperado que o deságio a se observar durante o certame suporte a alegada discrepância.

7 - O valor médio do transporte calculado para Camaçari, Feira de Santana e Vitória da Conquista está de R\$ 3,92 (pág 153) é muito abaixo da realidade, uma vez que as tarifas dos municípios são de R\$ 5,00, R\$ 4,90, R\$ 3,80. Nesse sentido, como pode a média ser igual a R\$ 3,92?

Resposta - Trata-se de mera estimativa, que não vincula o licitante, o qual, todavia, deverá formular sua proposta conforme a sua realidade, podendo o valor com a rubrica transporte da proposta da empresa ser maior, ou menor, ou até mesmo zero, a depender dos meios de deslocamento utilizados pelos profissionais.

Na continuidade da minha análise percebi outro erro..

8 - Na página 86 (Planilha VIGILÂNCIA ARMADA DIURNA - jornada de 44 horas semanais, TRAJE SOCIAL) foi considerado o encargo de 20,91% no submódulo 2.1 que é referente ao 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias. Entretanto, na planilha de hora extra (página 151) o cálculo da incidência desse submódulo 2.1 foi considerando somente o 13º (8,33%) + Férias (8,33%) resultando em 16,66%. Este percentual está incorreto, pois na descrição da coluna consta "incidência 13º, férias e adicional", mas de acordo com o percentual é possível perceber que o cálculo não considera o adicional (4,25%), já que resulta em 16,66% ao invés de 20,91%. Logo, acredito que será preciso refazer os cálculos da hora extra, já que o valor estimado e o orçamento solicitado não contemplam tal correção.

Seguem abaixo os prints das planilhas mencionadas:

Resposta: No que alude ao percentual de incidência de 13º, férias e adicional adotado no cálculo das horas extras, esta seção resgata as informações prestada no documento 2597732, a seguir reproduzido (destaque em vermelho):

Exceto quanto ao vigilante supervisor, para todos os outros contemplados em serviço extraordinário, fora computado na PCFP o benefício prêmio de férias em lugar do terço de férias (2507807), por aquele primeiro ser mais benéfico ao trabalhador. O prêmio de férias, previsto na cláusula vigésima da CCT (2504884), constitui-se em valor linear, correspondente a 51% do piso da categoria.

Ocorre que, em interpretação das informações lançadas nos autos, impôs-se a necessidade de verificar se a média mensal de horas extras, somada à remuneração ordinária, geraria um valor de terço de férias superior ao valor do prêmio de férias. Preparada a tabela horas extras s/ terço de férias (2597637), constatamos que não é o caso, permanecendo mais vantajoso para o empregado auferir o prêmio de férias.

Assim, parece a esta Seção que no cálculo de horas extras para os vigilantes não deverá ser computada a provisão com adicional de férias. Por conta disso, indicamos na incidência do submódulo 2.1 sobre as horas extras o percentual de 16,66%, apenas férias e décimo terceiro, desconsiderado o adicional, visto que se custeou na PCFP o prêmio de férias, mais vantajoso. Ressalve-se que para o vigilante supervisor o cálculo considerou o percentual de 19,43%, neste caso computando o terço de férias.

Reiteramos tal metodologia nos documentos 2693612 ("o adicional não será considerado na planilha de horas extras [...], exceto quanto ao supervisor, para o qual prevalece a vantagem para o empregado na concessão do adicional em detrimento do prêmio de férias"), e 2620376 ("para os postos eventualmente contemplados com o prêmio de férias em lugar do terço de férias, nosso entendimento é de que não há reflexo de horas extras na concessão do adicional").

Ou seja, se o prêmio de férias é pago ao vigilante em lugar do terço de férias, então o percentual de incidência de fato é menor, pois o prêmio é um valor fixo (51% do piso da categoria) pago linearmente; ao revés, nas hipóteses de ser pago o terço constitucional, este incide sobre o cálculo de hora extra, como é o



Gilson S Conceição
Pregoeiro



Prezados, Bom dia!

Senhor licitante

Em atenção ao seu pedido de esclarecimento, enviado para o e-mail do pregoeiro às 09:21, do dia 09/07/2024, explicamos a seguir os questionamentos suscitados por V.Sas.

Na oportunidade, informamos que as respostas dos questionamentos ora enviados, substituem aqueles transmitidos às 14:06 da data acima mencionada.

AVI Serviços de Segurança LTDA, inscrita no CNPJ: 07.738.828/0001-90, vem através deste solicitar alguns esclarecimentos.

1 – Consta no Edital/Anexo II, página 62 a quantidade de 47 postos regulares para postos 44 horas semanais em diversos municípios do interior, porém na página 64 postos temporários nos diversos municípios do interior, consta o total de 48 postos. Qual a quantidade correta a ser considerada ?

Resp. As duas quantidades indicadas estão corretas; na página 62 são 47 postos REGULARES de jornada administrativa (44h) e na página 64 são 48 postos TEMPORÁRIOS de jornada administrativa (44h), voltados para o Encerramento do Cadastro e Eleição (acrescentamos 01 posto a mais);

2 – Planilha de horas extras – Ano eleitoral - Página 152, no posto de supervisor 44 horas semanais determina 150 horas extras para esse único supervisor. A CLT determina que a prorrogação de horário seja de no máximo duas horas por dia de trabalho, logo em que período este supervisor fará 150 horas de segunda a sexta ainda sem VT e sem VA ?

Resposta: Sobre a questão 2 do pedido de esclarecimentos, é importante pontuar que não se trata de dúvida quanto ao cálculo efetuado, mas sim acerca da quantificação de horas. A empresa questiona "em que período este supervisor fará 150 horas de segunda a sexta ainda sem VT e sem VA". No TR anexo ao Edital (2876146, fls. 35-36) consta o total estimado de horas extras. Pela forma como os dados foram apresentados pela área demandante, é possível inferir que para cada vigilante com jornada de 44 horas alocado na Capital (o que inclui o supervisor) foram previstas 150 horas, sendo:

- 30 horas por conta do encerramento do cadastro eleitoral, em dias úteis, inclusive sábados;
- 10 horas por conta do encerramento do cadastro eleitoral, em domingos e feriados;
- 30 horas por conta do primeiro turno das eleições, em dias úteis, inclusive sábados;
- 40 horas por conta do primeiro turno das eleições, em domingos e feriados; e
- 40 horas por conta do segundo turno das eleições, em domingos e feriados.

3 – A Cláusula 74ª da CCT determina fornecimento de Assistência médica/Odontológica, e não consta esse custo na planilha que determina o máximo admissível. Como devemos proceder ?

Resposta. "6.2. No que tange ao Prêmio de Boa Permanência e ao Convênio de Assistência Odontológica e Médica, a sua exclusão foi suscitada por esta Assessoria Jurídica tendo em vista a invalidade das cláusulas convencionais. A previsão voltada para "contratos licitados e/ou contratados até 13/04/2022" e "contratos novos...licitados e assinados após 01 de fevereiro de 2012" evidencia que as obrigações foram criadas pelos Sindicatos em desfavor de terceiros (que não participaram da negociação), de forma que não constituem direitos efetivamente conquistados pela categoria.

4 – Item 10.10 do edital – Letra C, diz que a proposta não será desclassificada ainda que a indicação do salário seja inferior ao determinado pela CCT. Não seria essa uma violação dos direitos da categoria?

Resposta. Informamos ao licitante que as regras do edital devem ser interpretadas conjuntamente. A redação disposta no item 10.10 do edital deve ser interpretada de forma associada com o disposto na condição 10.11 transcrito abaixo:

"10.11 O inadequado preenchimento da(s) planilha(s) de custos e formação de preços não exime a licitante do cumprimento da legislação vigente e das convenções coletivas, assumindo inteira responsabilidade por eventuais prejuízos."

5 – A Cláusula 8ª da CCT/ Boa Permanência – Não consta na planilha que determina valores máximos do edital o custo para esta verba que hoje é de 22% do salário base do vigilante, e em fevereiro passará a ser de 25%, conforme determina a CCT. Como devemos proceder com este custo nas planilhas já que as taxas de administração e lucro estão pré-determinadas no edital?

Resposta. Vide a resposta da questão 3.



Resposta: questão 6, está correta a consulente. Tratou-se de equívoco na transcrição dos valores, o que foi ajustado nesta oportunidade, passando o valor total estimado a ser de R\$ 15.149.112,10 (quinze milhões, cento e quarenta e nove mil cento e doze reais e dez centavos), portanto R\$ 8,08 acima da estimativa que foi divulgada na licitação. Seguem planilhas corrigidas.

Quanto à questão acima, esclarecemos que por conta da irrisória diferença constatada (R\$ 8,08 no valor global, para 24 meses), não há reparo a se fazer no valor estimado, sendo esperado que o deságio a se observar durante o certame suporte a alegada discrepância.

7 - O valor médio do transporte calculado para Camaçari, Feira de Santana e Vitória da Conquista está de R\$ 3,92 (pág 153) é muito abaixo da realidade, uma vez que as tarifas dos municípios são de R\$ 5,00, R\$ 4,90, R\$ 3,80. Nesse sentido, como pode a média ser igual a R\$ 3,92?

Resposta - Trata-se de mera estimativa, que não vincula o licitante, o qual, todavia, deverá formular sua proposta conforme a sua realidade, podendo o valor com a rubrica transporte da proposta da empresa ser maior, ou menor, ou até mesmo zero, a depender dos meios de deslocamento utilizados pelos profissionais.

Na continuidade da minha análise percebi outro erro..

8 - Na página 86 (Planilha VIGILÂNCIA ARMADA DIURNA - jornada de 44 horas semanais, TRAJE SOCIAL) foi considerado o encargo de 20,91% no submódulo 2.1 que é referente ao 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias. Entretanto, na planilha de hora extra (página 151) o cálculo da incidência desse submódulo 2.1 foi considerando somente o 13º (8,33%) + Férias (8,33%) resultando em 16,66%. Este percentual está incorreto, pois na descrição da coluna consta "incidência 13º, férias e adicional", mas de acordo com o percentual é possível perceber que o cálculo não considera o adicional (4,25%), já que resulta em 16,66% ao invés de 20,91%. Logo, acredito que será preciso refazer os cálculos da hora extra, já que o valor estimado e o orçamento solicitado não contemplam tal correção.

Seguem abaixo os prints das planilhas mencionadas:

Resposta: No que alude ao percentual de incidência de 13º, férias e adicional adotado no cálculo das horas extras, esta seção resgata as informações prestada no documento 2597732, a seguir reproduzido (destaque em vermelho):

Exceto quanto ao vigilante supervisor, para todos os outros contemplados em serviço extraordinário, fora computado na PCFP o benefício prêmio de férias em lugar do terço de férias (2507807), por aquele primeiro ser mais benéfico ao trabalhador. O prêmio de férias, previsto na cláusula vigésima da CCT (2504884), constitui-se em valor linear, correspondente a 51% do piso da categoria.

Ocorre que, em interpretação das informações lançadas nos autos, impôs-se a necessidade de verificar se a média mensal de horas extras, somada à remuneração ordinária, geraria um valor de terço de férias superior ao valor do prêmio de férias. Preparada a tabela horas extras s/ terço de férias (2597637), constatamos que não é o caso, permanecendo mais vantajoso para o empregado auferir o prêmio de férias.

Assim, parece a esta Seção que no cálculo de horas extras para os vigilantes não deverá ser computada a provisão com adicional de férias. Por conta disso, indicamos na incidência do submódulo 2.1 sobre as horas extras o percentual de 16,66%, apenas férias e décimo terceiro, desconsiderado o adicional, visto que se custeou na PCFP o prêmio de férias, mais vantajoso. Ressalte-se que para o vigilante supervisor o cálculo considerou o percentual de 19,43%, neste caso computando o terço de férias.

Reiteramos tal metodologia nos documentos 2693612 ("o adicional não será considerado na planilha de horas extras [...], exceto quanto ao supervisor, para o qual prevalece a vantagem para o empregado na concessão do adicional em detrimento do prêmio de férias"), e 2620376 ("para os postos eventualmente contemplados com o prêmio de férias em lugar do terço de férias, nosso entendimento é de que não há reflexo de horas extras na concessão do adicional").

Ou seja, se o prêmio de férias é pago ao vigilante em lugar do terço de férias, então o percentual de incidência de fato é menor, pois o prêmio é um valor fixo (51% do piso da categoria) pago linearmente; ao revés, nas hipóteses de ser pago o terço constitucional, este incide sobre o cálculo de hora extra, como é o caso do vigilante supervisor.

Gilson S Conceição
Pregoeiro

09/07/2024 13:58



Bom dia prezados,





Na página 86 (Planilha VIGILÂNCIA ARMADA DIURNA - jornada de 44 horas semanais, TRAJE SOCIAL) foi considerado o encargo de 20,91% no submódulo 2.1 que é referente ao 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias. Entretanto, na planilha de hora extra (página 151) o cálculo da incidência desse submódulo 2.1 foi considerando somente o 13º (8,33%) + Férias (8,33%) resultando em 16,66%. Este percentual está incorreto, pois na descrição da coluna consta "incidência 13º, férias e adicional", mas de acordo com o percentual é possível perceber que o cálculo não considera o adicional (4,25%), já que resulta em 16,66% ao invés de 20,91%. Logo, acredito que será preciso refazer os cálculos da hora extra, já que o valor estimado e o orçamento solicitado não contemplam tal correção.

Seguem abaixo os prints das planilhas mencionadas:

Respostas: APLANILHA SERÁ REANALISADA

Boa tarde prezados,
Aproveito a oportunidade para fazer outras perguntas:

6- Na página 154, foi considerado o valor do VA diário igual a R\$13,60 para VIGILÂNCIA ARMADA DIURNA - jornada de 44 horas semanais, FARDAMENTO TÁTICO da Capital, quando na verdade o correto deveria ser R\$ 14,10.

Resposta: O valor será corrigido na planilha, visto que o valor de R\$ 14,10 ($R\$ 16,59 \cdot 85\%$) está definido em convenção coletiva de trabalho 2024/2025 BAO00094/2024.

7- O valor médio do transporte calculado para Camaçari, Feira de Santana e Vitória da Conquista está de R\$ 3,92 (pág 153) é muito abaixo da realidade, uma vez que as tarifas dos municípios são de R\$ 5,00, R\$ 4,90, R\$ 3,80. Nesse sentido, como pode a média ser igual a R\$ 3,92?

Resposta - Este valor foi calculado mediante pesquisa para todos os municípios listados que possuem transporte público, é o valor estimado para obtenção do valor máximo da contratação.
Prezados, boa tarde!

A AVI Serviços de Segurança LTDA, inscrita no CNPJ: 07.738.828/0001-90, vem através deste solicitar alguns esclarecimentos.

1 - Consta no Edital/Anexo II, página 62 a quantidade de 47 postos regulares para postos 44 horas semanais em diversos municípios do interior, porém na página 64 postos temporários nos diversos municípios do interior, consta o total de 48 postos. Qual a quantidade correta a ser considerada ?

Resp. As duas quantidades indicadas estão corretas; na página 62 são 47 postos REGULARES de jornada administrativa (44h) e na página 64 são 48 postos TEMPORÁRIOS de jornada administrativa (44h), voltados para o Encerramento do Cadastro e Eleição (acrescentamos 01 posto a mais);

2 - Planilha de horas extras - Ano eleitoral - Página 152, no posto de supervisor 44 horas semanais determina 150 horas extras para esse único supervisor. A CLT determina que a prorrogação de horário seja de no máximo duas horas por dia de trabalho, logo em que período este supervisor fará 150 horas de segunda a sexta ainda sem VT e sem VA ?

Respostas: APLANILHA SERÁ REANALISADA

3 - A Cláusula 74ª da CCT determina fornecimento de Assistência médica/Odontológica, e não consta esse custo na planilha que determina o máximo admissível. Como devemos proceder ?

Resp. "6.2. No que tange ao Prêmio de Boa Permanência e ao Convênio de Assistência Odontológica e Médica, a sua exclusão foi suscitada por esta Assessoria Jurídica tendo em vista a invalidade das cláusulas convencionais. A previsão voltada para "contratos licitados e/ou contratados até 13/04/2022" e "contratos novos...licitados e assinados após 01 de fevereiro de 2012" evidencia que as obrigações foram criadas pelos Sindicatos em desfavor de terceiros (que não participaram da negociação), de forma que não constituem direitos efetivamente conquistados pela categoria.

4 - Item 10.10 do edital - Letra C, diz que a proposta não será desclassificada ainda que a indicação do salário seja inferior ao determinado pela CCT. Não seria essa uma violação dos direitos da categoria?

Resp. Informamos ao licitante que as regras do edital devem ser interpretadas conjuntamente. A redação



cumprimento da legislação vigente e das convenções coletivas, assumindo inteira responsabilidade por eventuais prejuízos."

5 - A Cláusula 8ª da CCT/ Boa Permanência - Não consta na planilha que determina valores máximos do edital o custo para esta verba que hoje é de 22% do salário base do vigilante, e em fevereiro passará a ser de 25%, conforme determina a CCT. Como devemos proceder com este custo nas planilhas já que as taxas de administração e lucro estão pré-determinadas no edital?

Resp. Vide a resposta da questão 3.

Gilson S Conceição
Pregoeiro



Bom dia prezados,

Na continuidade da minha análise percebi outro erro...

Na página 86 (Planilha VIGILÂNCIA ARMADA DIURNA - jornada de 44 horas semanais, TRAJE SOCIAL) foi considerado o encargo de 20,91% no submódulo 2.1 que é referente ao 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias. Entretanto, na planilha de hora extra (página 151) o cálculo da incidência desse submódulo 2.1 foi considerando somente o 13º (8,33%) + Férias (8,33%) resultando em 16,66%. Este percentual está incorreto, pois na descrição da coluna consta "incidência 13º, férias e adicional", mas de acordo com o percentual é possível perceber que o cálculo não considera o adicional (4,25%), já que resulta em 16,66% ao invés de 20,91%. Logo, acredito que será preciso refazer os cálculos da hora extra, já que o valor estimado e o orçamento solicitado não contemplam tal correção.

Seguem abaixo os prints das planilhas mencionadas:

Respostas: APLANILHA SERÁ REANALISADA

Boa tarde prezados,
Aproveito a oportunidade para fazer outras perguntas:

6- Na página 154, foi considerado o valor do VA diário igual a R\$13,60 para VIGILÂNCIA ARMADA DIURNA - jornada de 44 horas semanais, FARDAMENTO TÁTICO da Capital, quando na verdade o correto deveria ser R\$ 14,10.

Resposta: O valor será corrigido na planilha, visto que o valor de R\$ 14,10 ($R\$ 16,59 \cdot 85\%$) está definido em convenção coletiva de trabalho 2024/2025 BA000094/2024.

7- O valor médio do transporte calculado para Camaçari, Feira de Santana e Vitória da Conquista está de R\$ 3,92 (pág 153) é muito abaixo da realidade, uma vez que as tarifas dos municípios são de R\$ 5,00, R\$ 4,90, R\$ 3,80. Nesse sentido, como pode a média ser igual a R\$ 3,92?

Resposta - Este valor foi calculado mediante pesquisa para todos os municípios listados que possuem transporte público, é o valor estimado para obtenção do valor máximo da contratação.
Prezados, boa tarde!

A AVI Serviços de Segurança LTDA, inscrita no CNPJ: 07.738.828/0001-90, vem através deste solicitar alguns esclarecimentos.

1 - Consta no Edital/Anexo II, página 62 a quantidade de 47 postos regulares para postos 44 horas semanais em diversos municípios do interior, porém na página 64 postos temporários nos diversos municípios do interior, consta o total de 48 postos. Qual a quantidade correta a ser considerada ?

Resp. As duas quantidades indicadas estão corretas; na página 62 são 47 postos REGULARES de jornada administrativa (44h) e na página 64 são 48 postos TEMPORÁRIOS de jornada administrativa (44h), voltados para o Encerramento do Cadastro e Eleição (acrescentamos 01 posto a mais);



determina que a prorrogação de horário seja de no máximo duas horas por dia de trabalho, logo em que período este supervisor fará 150 horas de segunda a sexta ainda sem VT e sem VA ?

Respostas: APLANILHA SERÁ REANALISADA

3 – A Cláusula 74ª da CCT determina fornecimento de Assistência médica/Odontológica, e não consta esse custo na planilha que determina o máximo admissível. Como devemos proceder ?

Resp. "6.2. No que tange ao Prêmio de Boa Permanência e ao Convênio de Assistência Odontológica e Médica, a sua exclusão foi suscitada por esta Assessoria Jurídica tendo em vista a invalidade das cláusulas convencionais. A previsão voltada para "contratos licitados e/ou contratados até 13/04/2022" e "contratos novos...licitados e assinados após 01 de fevereiro de 2012" evidencia que as obrigações foram criadas pelos Sindicatos em desfavor de terceiros (que não participaram da negociação), de forma que não constituem direitos efetivamente conquistados pela categoria.

4 – Item 10.10 do edital – Letra C, diz que a proposta não será desclassificada ainda que a indicação do salário seja inferior ao determinado pela CCT. Não seria essa uma violação dos direitos da categoria?

Resp. Informamos ao licitante que as regras do edital devem ser interpretadas conjuntamente. A redação disposta no item 10.10 do edital deve ser interpretada de forma associada com o disposto na condição 10.11 transcrito abaixo:

"10.11 O inadequado preenchimento da(s) planilha(s) de custos e formação de preços não exime a licitante do cumprimento da legislação vigente e das convenções coletivas, assumindo inteira responsabilidade por eventuais prejuízos."

5 – A Cláusula 8ª da CCT/ Boa Permanência – Não consta na planilha que determina valores máximos do edital o custo para esta verba que hoje é de 22% do salário base do vigilante, e em fevereiro passará a ser de 25%, conforme determina a CCT. Como devemos proceder com este custo nas planilhas já que as taxas de administração e lucro estão pré-determinadas no edital?

Resp. Vide a resposta da questão 3.

Gilson S Conceição
Pregoeiro

01/07/2024 09:45



PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

Tribunal Regional Eleitoral da Bahia – TRE-BA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90026/2024
Prezados (as), Boa tarde,

Segue abaixo pedido de esclarecimentos referente ao processo licitatório em epígrafe.

1. Alusivo a planilha de custos:

a) será solicitado apenas pelo licitante vencedor? Ou deverá ser apresentado por todos?

Resp. A planilha será solicitada do licitante vencedor.

b) A licitante poderá utilizar seu padrão de planilha de custos? Ou deverá utilizar o padrão do contratante?

Caso deva utilizar o padrão do contratante, poderiam nos encaminhar planilha em formato excel?

Resp. A licitante deve utilizar o modelo padrão da contratante no link abaixo:
Editais das licitações 2024 — Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (tre-bajus.br)

c) os itens uniformes e epis e transporte, o licitante poderá apenas declarar em sua planilha que irá utilizar os de sua propriedade, isentando a Contratante de tal custo?

Resp. A elaboração da planilha de custos é de responsabilidade do licitante, entretanto, advertimos para as condições 10.10 e 10.11 do edital.

d) os itens variáveis, tais como, licença maternidade/paternidade, faltas legais, aviso prévio, etc, poderá ser aplicado o percentual de provisão de acordo com a experiência/estratégia/peculiaridade da empresa? ou a administração tem algum percentual mínimo para aferir como exequível a planilha de custos?

Resp. Sim. Observado a condição 11.4 do Edital.

e) qual salário base e benefícios deverá ser utilizado? Qual sindicato deverá ser utilizado?

Resp. Deve ser utilizado o salário normativo da categoria, que a licitante estiver vinculada. Quanto à entidade sindical é definida pela atividade econômica preponderante da licitante.

Segundo o acórdão nº 2.601/20 do Plenário do TCU, é imprópria a "exigência de que as propostas indiquem os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias



2. Os documentos de credenciamento, habilitação e proposta poderão ser assinados de forma digital conforme determina a Lei 2200-2 (planalto.gov.br) ?

Resp. Sim, nos termos da condição 19.9 do edital.

3. Quais materiais deverão ser fornecidos?

Resp. Vide planilha de materiais, equipamentos e Epis

3.1 Quais insumos deverão ser fornecidos?

Resp. Vide planilha de materiais, equipamentos e Epis

Vide Item 4.2.2 a 4.2.3.3 do Termo de Referência

3.2 Quais equipamentos deverão ser fornecidos?

Resp. Vide planilha de materiais, equipamentos e Epis

Vide Item 4.2.2 a 4.2.3.3 do Termo de Referência

3.3 Quais uniformes e EPIs deverão ser fornecidos?

Resp. Vide planilha de materiais, equipamentos e Epis

Vide Item 4.2.2 a 4.2.3.3 do Termo de Referência

4. O objeto já vem sendo executado por alguma empresa? Qual empresa? Poderá ser aproveitado a mesma mão de obra?

Resp. Sim, A.V.I. Serviços de Segurança Ltda, CNPJ 07.738.828/0001-90

Não há no edital vedação para aproveitamento da mesma mão de obra.

5. qual alíquota de ISS para o objeto?

Resp. Vide condição 10.1.3. do Edital

6. qual tarifa transporte público do município?

Resp. No município de Salvador a tarifa é de R\$ 5,20

7. Para atendimento do edital, atestado de execução de serviço de característica semelhante ao objeto, entende-se como comprovação de habilidade da licitante em gestão de mão de obra com fulcro no ACÓRDÃO 553/2016 do PLENÁRIO, correto? Abaixo acórdão.

Resp. Sim. Correto

"1.7.1. nos certames para contratar serviços terceirizados, em regra, os atestados de capacidade técnica devem comprovar a habilidade da licitante em gestão de mão de obra, e não a aptidão relativa à atividade a ser contratada"

Conforme Súmula nº30 - TCE-SP, em procedimento licitatório, para aferição da capacitação técnica poderão ser exigidos atestados de execução de obras e/ou serviços de forma genérica, vedado o estabelecimento de apresentação de prova de experiência anterior em atividade específica, como realização de rodovias, edificação de presídios, de escolas, de hospitais, e outros itens"

8. deverá ser provisionado insalubridade? Qual grau?

Resp. Conforme termo de referência (TR), constante do edital, não há menção de insalubridade. As atividades não preveem grau de insalubridade. Vide PLANILHA DE CUSTOS

9. Considerando que os dias úteis do mês podem variar de 18 a 22 dias, conforme feriados, pontos facultativos e folgas, a empresa poderá utilizar média de 20 dias úteis pra calcular provisão de alimentação e transporte?

Resp. Sim. Observado a condição 10.11 e 10.18 do edital

10. lance será por valor unitário? Mensal? Ou anual?

Resp. Vide condição 4.2 do edital

11. lance será por item ou para todos os itens?

Resp. Vide condição 4.2 do edital

12. Qual quantidade de mão de obra por cargo?

Resp. Vide item 3 do Termo do Termo de Referência.

13. Qual horário de trabalho diário, semanal e mensal por cargo?

Resp. Vide item 3 do Termo do Termo de Referência.

Vide item 4.3.1.1 do Termo de Referência.



Resp. O intervalo para almoço deve ser usufruído.

15. qual prazo para resposta diligências? Será desconsiderado horário de almoço? Será aceito dilação do prazo? Quantas vezes prazo poderá ser prorrogado?

Resp. O procedimento sobre diligência está disciplinada na condição 19.6 do Edital. O prazo para cumprimento das diligências será estipulado pelo pregoeiro observado os princípios da proporcionalidade e razoabilidade de acordo com o caso em exame.

16. Considerando que a terceirização de mão de obra caracteriza-se pela prática de atos comerciais e empresariais, os serviços de terceirização, objeto do procedimento licitatório em destaque, são incompatíveis com o universo de atuação das entidades sem finalidade lucrativa correto? Logo entidades sem fins lucrativos são vedados de participarem, correto? Esse é o entendimento dos tribunais, tais como TRF-2 - APL: 0063568932015402510.

Resp. Em princípio as entidades sem fins lucrativos não podem participar, posto que, o edital na condição 2.6 "j" veda a participação de entidades qualificadas como Oscip.

Gilson S Conceição
Pregoeiro



PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

Tribunal Regional Eleitoral da Bahia – TRE-BA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90026/2024
Prezados (as), Boa tarde.

Segue abaixo pedido de esclarecimentos referente ao processo licitatório em epígrafe.

1. Alusivo a planilha de custos:

a) será solicitado apenas pelo licitante vencedor? Ou deverá ser apresentado por todos?

Resp. A planilha será solicitada do licitante vencedor.

b) A licitante poderá utilizar seu padrão de planilha de custos? Ou deverá utilizar o padrão do contratante? Caso deva utilizar o padrão do contratante, poderiam nos encaminhar planilha em formato excel?

Resp. A licitante deve utilizar o modelo padrão da contratante no link abaixo:
Editais das licitações 2024 — Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (tre-ba.jus.br)

c) os itens uniformes e epis e transporte, o licitante poderá apenas declarar em sua planilha que irá utilizar os de sua propriedade, isentando a Contratante de tal custo?

Resp. A elaboração da planilha de custos é de responsabilidade do licitante, entretanto, advertimos para as condições 10.10 e 10.11 do edital.

d) os itens variáveis, tais como, licença maternidade/paternidade, faltas legais, aviso prévio, etc, poderá ser aplicado o percentual de provisão de acordo com a experiência/estratégia/peculiaridade da empresa? ou a administração tem algum percentual mínimo para aferir como exequível a planilha de custos?

Resp. Sim. Observado a condição 11.4 do Edital.

e) qual salário base e benefícios deverá ser utilizado? Qual sindicato deverá ser utilizado?

Resp. Deve ser utilizado o salário normativo da categoria, que a licitante estiver vinculada. Quanto à entidade sindical é definida pela atividade econômica preponderante da licitante.

Segundo o acórdão nº 2.601/20 do Plenário do TCU, é imprópria a "exigência de que as propostas indiquem os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço, em vez de considerar o enquadramento pela atividade econômica preponderante do empregador"

2. Os documentos de credenciamento, habilitação e proposta poderão ser assinados de forma digital conforme determina a Lei 2200-2 (planalto.gov.br) ?

Resp. Sim, nos termos da condição 19.9 do edital.

3. Quais materiais deverão ser fornecidos?

Resp. Vide planilha de materiais, equipamentos e Epis

3.1 Quais insumos deverão ser fornecidos?

Resp. Vide planilha de materiais, equipamentos e Epis

Vide Item 4.2.2 a 4.2.3.3 do Termo de Referência

3.2 Quais equipamentos deverão ser fornecidos?

Resp. Vide planilha de materiais, equipamentos e Epis

Vide Item 4.2.2 a 4.2.3.3 do Termo de Referência



4. O objeto já vem sendo executado por alguma empresa? Qual empresa? Poderá ser aproveitado a mesma mão de obra?

Resp. Sim, A.V.I. Serviços de Segurança Ltda, CNPJ 07.738.828/0001-90
Não há no edital vedação para aproveitamento da mesma mão de obra.

5. qual alíquota de ISS para o objeto?

Resp. Vide condição 10.1.3. do Edital

6. qual tarifa transporte público do município?

Resp. No município de Salvador a tarifa é de R\$ 5,20

7. Para atendimento do edital, atestado de execução de serviço de característica semelhante ao objeto, entende-se como comprovação de habilidade da licitante em gestão de mão de obra com fulcro no ACÓRDÃO 553/2016 do PLENÁRIO, correto? Abaixo acórdão.

Resp. Sim, Correto

"1.7.1. nos certames para contratar serviços terceirizados, em regra, os atestados de capacidade técnica devem comprovar a habilidade da licitante em gestão de mão de obra, e não a aptidão relativa à atividade a ser contratada"

Conforme Súmula nº30 – TCE-SP, em procedimento licitatório, para aferição da capacitação técnica poderão ser exigidos atestados de execução de obras e/ou serviços de forma genérica, vedado o estabelecimento de apresentação de prova de experiência anterior em atividade específica, como realização de rodovias, edificação de presídios, de escolas, de hospitais, e outros itens"

8. deverá ser provisionado insalubridade? Qual grau?

Resp. Conforme termo de referência (TR), constante do edital, não há menção de insalubridade. As atividades não preveem grau de insalubridade. Vide PLANILHA DE CUSTOS

9. Considerando que os dias úteis do mês podem variar de 18 a 22 dias, conforme feriados, pontos facultativos e folgas, a empresa poderá utilizar média de 20 dias úteis para calcular provisão de alimentação e transporte?

Resp. Sim, Observado a condição 10,11 e 10,18 do edital

10. lance será por valor unitário? Mensal? Ou anual?

Resp. Vide condição 4.2 do edital

11. lance será por item ou para todos os itens?

Resp. Vide condição 4.2 do edital

12. Qual quantidade de mão de obra por cargo?

Resp. Vide item 3 do Termo do Termo de Referência.

13. Qual horário de trabalho diário, semanal e mensal por cargo?

Resp. Vide item 3 do Termo do Termo de Referência,
Vide item 4.3.1.1 do Termo de Referência.

14. o intervalo para almoço deverá ser indenizado ou será usufruído?

Resp. O intervalo para almoço deve ser usufruído.

15. qual prazo para resposta diligências? Será desconsiderado horário de almoço? Será aceito dilação do prazo? Quantas vezes prazo poderá ser prorrogado?

Resp. O procedimento sobre diligência está disciplinada na condição 19,6 do Edital. O prazo para cumprimento das diligências será estipulado pelo pregoeiro observado os princípios da proporcionalidade e razoabilidade de acordo com o caso em exame.

16. Considerando que a terceirização de mão de obra caracteriza-se pela prática de atos comerciais e empresariais, os serviços de terceirização, objeto do procedimento licitatório em destaque, são incompatíveis com o universo de atuação das entidades sem finalidade lucrativa correto? Logo entidades sem fins



Resp. Em princípio as entidades sem fins lucrativos não podem participar, posto que, o edital na condição 2.6 "j" veda a participação de entidades qualificadas como Oscip.

Gilson S Conceição
Pregoeiro

28/06/2024 13:05



Cumprimentando-o(a) cordialmente, venho por meio deste solicitar esclarecimentos referentes aos seguintes pontos do presente edital de licitação de vigilância patrimonial ora em curso:

1 - No que tange aos atestados técnicos exigidos no presente Edital de Licitação de Vigilância Patrimonial ora em curso - se serão aceitos os atestados de nossa Matriz que fica em outro estado?

Conforme entendimentos do TCU e do STJ, filial e matriz são as mesmas pessoas jurídicas, diante disso a Administração pactua desse mesmo entendimento, aceitando assim o atestado técnico da matriz para a filial? Explico desde já que utilizaremos a filial para participar da licitação, pois as normas do DPF aplicáveis à segurança privada determinam que para cada estado deve haver um CNPJ vinculado para cada autorização de funcionamento.

2 - Tendo em vista as recentes homologações das Convenções Coletivas de Trabalho, peço por obséquio que seja esclarecido qual a CCT que está servindo de base para a apresentação da presente proposta.

3 - É possível nos encaminhar uma planilha editável da administração, para os lotes ora licitados, com vistas a facilitar a apresentação dos custos propostos.

4 - Qual a previsão de início para a execução dos serviços de vigilância patrimonial objeto da presente licitação?

5 - Em relação ao intervalo intrajornada dos colaboradores, solicito por gentileza que informem qual situação deverá ser considerada, para fins de apresentação dos custos: haverá indenização da intrajornada, gozo com rendição ou gozo sem rendição, inclusive para postos que não são escala 12x36?

6 - Em razão do Princípio da Continuidade, e também para fins de aproveitamento da mão-de-obra em serviço, solicitamos gentilmente que seja informado qual(is) empresa(s) atualmente prestam o serviço objeto da presente licitação de vigilância patrimonial.



Senhor(a) licitante,

Em atenção a V.Sa., encaminhamos as resposta ao seu pedido de esclarecimento.

1 - Não. Conforme disposto na condição 12.4 do Edital.

2 - Sindicato das Empresas Segurança Privada Estado Bahia, CNPJ n. 15.678.543/0001-30.

3 - Sim (Segue Link abaixo)

Editais das licitações 2024 — Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (tre-ba.jus.br)

4 - Há previsão de que até o dia 21 de agosto do corrente ano seja celebrado o contrato entre a Empresa vencedora da referida licitação.

5 - O intervalo intrajornada será gozado, vide o disposto no item 3.1 do Termo de Referência, Obs. 2

6 - A.V.I. Serviços de Segurança Ltda, CNPJ 07.738.828/0001-90

Gilson S Conceição
Pregoeiro

Incluir esclarecimento





Quadro informativo

Pregão Eletrônico N° 90026/2024 [\(Lei 14.133/2021\)](#)

UASG 70013 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Critério julgamento: **Menor Preço / Maior Desconto**
 Modo disputa: **Aberto/Fechado**



- Avisos (14)
- Impugnações (1)
- Esclarecimentos (10)

23/09/2024 19:39



Prezados, boa tarde!

A XXXXX inscrita no CNPJ: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, vem através deste solicitar esclarecimento:

De acordo com a nova Lei de licitações 14.133/2021, as empresas declaram no site cumprir com a obrigação de preencher vagas de Aprendizagem profissional, conforme o Art. 116. Ao longo de toda a execução do contrato, o contratado deverá cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

Parágrafo único. Sempre que solicitado pela Administração, o contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere o caput deste artigo, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas.

Pergunto:

- 1 - De acordo com o Art. 116 da LEI 14.133/2021 citado acima, a empresa arrematante deverá apresentar a Certidão de Regularidade na Contratação de Aprendizes na fase de habilitação para comprovar que cumpre a cota ?
- 2 - Não comprovando através da certidão que cumpre a cota de aprendizes, a empresa será desclassificada ?



Prezada licitante,

Os requisitos para habilitação ao PREGÃO ELETRÔNICO N° 90026/2024 constam na SEÇÃO XII do Edital (DA HABILITAÇÃO E DO ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO).

Atenciosamente,

Raul Almeida da Paz
 Pregoeiro

23/09/2024 19:38



Sr. Pregoeiro.

No questionamento eu digo que o cálculo das horas extras do vigilante supervisor está CORRETO, 19,43%, Porém não foi calculado da mesma forma para os vigilantes 44 horas semanais capital e interior, utilizando apenas os 16,66% faltando somar o adicional de férias de 4,25%, logo o percentual correto para esses vigilantes é de 20,91% e não 16,66%



Prezada licitante,

Está equivocada a interpretação da empresa, conforme resposta anterior.
 Não há incidência de adicional de férias nas situações em que o vigilante recebe o prêmio de férias em lugar do adicional. O prêmio de férias é um valor fixo, não havendo incidência cumulativa nas horas extras. Tudo conforme já foi explicado reiteradas vezes ao consulente.

Atenciosamente,



Bom Dia Prezados.

A XXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o n.º XXXXXXXXXXXX, vem comunicar mais um erro no edital.

As planilhas que elaboram o valor final para o processo licitatório estão com o cálculo da Boa Permanência errado como demonstrarei abaixo.

Salário do vigilante R\$ 1.471,22

Bo Permanência 22% sobre o salário Base = R\$ 323,67 conforme página 03 Cláusula 4ª da CCT 2024 Reg. n.º 000094/2024.

Valor apresentado nas planilhas do edital é de R\$ 283,21 para todos os postos.

Devido aos dois erros apresentados, no primeiro e-mail nos cálculos de horas extras e agora no valor da boa permanência, venho solicitar a republicação do edital com as devidas correções.



Prezada licitante,

O custo com o prêmio de boa permanência foi incluído no submódulo 2.3. O valor informado corresponde a 22% do piso da categoria, multiplicado por 21/24. Foi considerada a disciplina do item 3 da cláusula oitava da CCT (2693294). Tendo em conta que o benefício é devido após três meses de efetivo exercício, consideramos no custo mensal a apropriação referente a 21 dos 24 meses do contrato.

Raul Almeida da Paz

Pregoeiro

20/09/2024 16:16



Prezado Pregoeiro.

A XXXXXXXX vem comunicar um erro no edital do certame em epígrafe, na planilha de cálculo das horas extras, página 131.

Na planilha apresentada no edital no item incidência 13º, férias e adicional apresenta de forma correta no posto do supervisor o percentual de 19,43% que representa na planilha correspondente a esse posto de serviço ao somatório do percentual de 13º + Férias + Adicional de Férias (8,33%+8,33%+2,77%).

Porém nos outros 3 postos de vigilante 44 horas semanais, apresenta erroneamente o percentual de apenas 16,66% que representa o somatório de 13º + Férias (8,33%+8,33%) ficou faltando o percentual do Adicional de Férias que nesses postos é de 4,25%, com isso o percentual total a ser utilizado no cálculo das horas extras é de 20,91%, com isso os valores das horas extras serão superiores aos apresentados no edital e no valor total do contrato.



Prezada licitante,

Em atenção ao presente questionamento que alude ao percentual de incidência de 13º, férias e adicional adotado no cálculo das horas extras, informamos que, exceto quanto ao vigilante supervisor, para todos os outros contemplados em serviço extraordinário, fora computado na PCFP o benefício prêmio de férias em lugar do terço de férias, por aquele primeiro ser mais benéfico ao trabalhador. O prêmio de férias, previsto na cláusula vigésima da CCT, constitui-se em valor linear, correspondente a 51% do piso da categoria.

Verificada a média mensal de horas extras, somada à remuneração ordinária, para verificar se geraria um valor de terço de férias superior ao valor do prêmio de férias, constatamos que não é o caso, permanecendo mais vantajoso para o empregado auferir o prêmio de férias.

Assim, no cálculo de horas extras para os vigilantes não deverá ser computada a provisão com adicional de férias. Por conta disso, foi indicado na incidência do submódulo 2.1 sobre as horas extras o percentual de 16,66%, apenas férias e décimo terceiro, desconsiderado o adicional, visto que se custeou na PCFP o prêmio de férias, mais vantajoso. Ressalte-se que para o vigilante supervisor o cálculo considerou o percentual de 19,43%, neste caso computando o terço de férias.

Assim, se o prêmio de férias é pago ao vigilante em lugar do terço de férias, então o percentual de incidência de fato é menor, pois o prêmio é um valor fixo (51% do piso da categoria) pago linearmente; ao revés, nas hipóteses de ser pago o terço constitucional, este incide sobre o cálculo de hora extra, como é o caso do vigilante supervisor.



05/08/2024 13:36



Senhor licitante



Senhor licitante

30/07/2024 11:26



Assunto: RES: Resposta ao pedido de esclarecimento



Assunto: RES: Resposta ao pedido de esclarecimento

25/07/2024 13:15



Prezados, Bom dia!



Prezados, Bom dia!

09/07/2024 13:58



Bom dia prezados,



Bom dia prezados,

01/07/2024 09:45



PEDIDO DE ESCLARECIMENTO



PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

28/06/2024 13:05



Cumprimentando-o(a) cordialmente, venho por meio deste solicitar esclarecimentos referentes aos seguintes



Senhor(a) licitante,

Incluir esclarecimento





ILMO. SR. PREGOEIRO GILSON SOARES DA CONCEIÇÃO DO TRE-BA

ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 13.343.833/0004-40, com sede na Rua Itaju do Colônia, 146, Pitangueiras, Lauro de Freitas/BA, CEP 42.701-270, por seu representante legal subscrito, vem, respeitosamente, apresentar

RECURSO

Contra a decisão que habilitou a empresa **CEB SEGURANÇA LTDA**, no Pregão Eletrônico nº 90026/24, pelos motivos de fato e direito que passa a expor.

I – CONTEXTO FÁTICO.

A empresa Recorrente e a empresa Recorrida são licitantes no Pregão nº 90026/24 que tem como objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de vigilância nas dependências da Justiça Eleitoral na Bahia.

No dia **16/10/2024**, o ilustre pregoeiro analisou a manifestação da Recorrida sobre o não cumprimento da cota de menor aprendiz e, ao final, decidiu por habilitá-la.

A habilitação da empresa é temerária, pois ela não cumpre os requisitos mínimos dispostos no Edital e na legislação de regência, motivo pelo qual se faz necessária a interposição do presente recurso, para que seja retomada a ordem no certame.

comercial@alforge.com.br - alforgelicitacao@gmail.com

Pernambuco

Fone: (81) 4042.8159
Cnpj: 13.343.833/0001-05

Bahia

Fone: (71) 4042.8159
Cnpj: 13.343.833/0004-40

Paraíba

Fone: (83) 3142.8159
Cnpj: 13.343.833/0002-88

São Paulo

Fone: (11) 5199.7317
Cnpj: 13.343.833/0009-54

Sergipe

Fone: (79) 3142.1881
Cnpj: 13.343.833/0006-01

Rio Grande do Norte

Fone: (84) 4002.8159
Cnpj: 13.343.833/0005-20

Espírito Santo

Fone: (27) 4042.8159
Cnpj: 13.343.833/0003-69

Alagoas

Fone: (82) 3026.2021
Cnpj: 13.343.833/0008-73

Ceará

Fone: (85) 4042.8159
Cnpj: 13.343.833/0007-92

III – DA INDEVIDA HABILITAÇÃO DA EMPRESA RECORRIDA.

III.1 –FALHAS NA DOCUMENTAÇÃO.

Nos termos do Item 12.1.1 do Edital, as empresas devem demonstrar, mediante declaração competente, que cumprem as cotas de reserva mínima de cargos aprendiz, bem como reserva de cargos previstas em outras normas específicas:

12.1.1. Será verificado se a licitante apresentou por ocasião do envio da proposta, por meio do campo próprio do sistema, a seguinte documentação: (...) e **Declaração de cumprimento das exigências reserva de cargos prevista em lei para aprendiz**, bem como reserva de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

A Recorrida assinou a declaração em campo próprio no sistema eletrônico, afirmando, sob as penas da lei, que cumpre a reserva de cargos para aprendizes.

No entanto, após consulta feita no site do Ministério do Trabalho e Emprego, constatamos que a referida empresa não cumpre os requisitos que declara cumprir, conforme observa-se em certidão própria emitida pelo sistema:



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO**

CERTIDÃO

EMPREGADOR: CEB SEGURANCA LTDA
CNPJ: 15.525.326/0001-00
CERTIDÃO EMITIDA em 16/10/2024, às 15:03:41

Conforme os registros administrativos do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), certifica-se que o empregador acima identificado empregava, em 13/10/2024, aprendizes em número **INFERIOR** ao percentual mínimo previsto no art. 429, caput, da CLT.

comercial@alforge.com.br - alforgelicitacao@gmail.com

Pernambuco

Fone: (81) 4042.8159
Cnpj: 13.343.833/0001-05

Bahia

Fone: (71) 4042.8159
Cnpj: 13.343.833/0004-40

Paraíba

Fone: (83) 3142.8159
Cnpj: 13.343.833/0002-88

São Paulo

Fone: (11) 5199.7317
Cnpj: 13.343.833/0009-54

Sergipe

Fone: (79) 3142.1881
Cnpj: 13.343.833/0006-01

Rio Grande do Norte

Fone: (84) 4002.8159
Cnpj: 13.343.833/0005-20

Espírito Santo

Fone: (27) 4042.8159
Cnpj: 13.343.833/0003-69

Alagoas

Fone: (82) 3026.2021
Cnpj: 13.343.833/0008-73

Ceará

Fone: (85) 4042.8159
Cnpj: 13.343.833/0007-92



A referida certidão segue anexa e pode ser validada no site do Ministério do Trabalho e Emprego com o código de verificação "AWmdKZUB7lQqA95".

A empresa recorrida, alegou em sua defesa, que não pode ser cobrada o cumprimento da reserva de cargos para menor aprendiz para empresas de vigilância.

O argumento não merece prosperar.

Colacionam-se decisões do Tribunal Superior do Trabalho:

RECURSO DE REVISTA. MENOR APRENDIZ. COTA MÍNIMA. SERVIÇO DE VIGILÂNCIA. **Na linha da jurisprudência iterativa deste Tribunal Superior, é possível a contratação de jovens aprendizes na função de segurança privada**, desde que observada a idade mínima de 21 anos (art. 16, II, da Lei nº 7.102/83), como assinalado no acórdão recorrido. Embora o art. 10, § 1º, do Decreto nº 5.598/2005 impeça a aprendizagem em funções que demandam habilitação em curso técnico ou em nível médio, esta Corte tem se posicionado no sentido de que o curso de formação específico à profissão de vigilante não se confunde com a habilitação profissional a que alude a lei e, portanto, não configura óbice à aprendizagem nessa área. Precedentes. Recurso de revista de que não se conhece". (RR 419-13.2010.5.11.0010 – Rel. Min. Walmir Oliveira da Costa)

RECURSO DE REVISTA. CONTRATO DE APRENDIZAGEM. PERCENTUAL DE APRENDIZES. ATIVIDADE DE VIGILÂNCIA 1. **A função de vigilante deve constar da base de cálculo do percentual de aprendizes a serem contratados pela empresa**, pois tal função não demanda habilitação profissional de nível técnico ou superior, mas apenas aprovação em curso de formação específico, nos termos do art. 16, IV, da Lei nº 7.102/83. Precedentes de Turmas do TST. 2. Limita-se a contratação de aprendizes para o exercício da atividade de vigilância à idade mínima de 21 (vinte e um) anos, conforme prevê o art. 16, II, da Lei nº 7.102/83. 3. Recurso de revista do Ministério Público do Trabalho de que se conhece e a que se dá provimento. (RR 53200-11.2009.5.04.0020 – Rel. Min. João Oreste Dalazen)

A Convenção Coletiva da categoria também estabelece a necessidade de cumprimento da cota de aprendizagem pelas empresas de vigilância:

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA – CONTRATAÇÃO (...) **As empresas, respeitadas as restrições profissionais, os aspectos de segurança e integridade do trabalhador e as disponibilidades do mercado de trabalho, devem cumprir a lei e realizar a contratação de jovem aprendiz.**

comercial@alforge.com.br - alforgelicitacao@gmail.com

Pernambuco

Fone: (81) 4042.8159
Cnpj: 13.343.833/0001-05

Bahia

Fone: (71) 4042.8159
Cnpj: 13.343.833/0004-40

Paraíba

Fone: (83) 3142.8159
Cnpj: 13.343.833/0002-88

São Paulo

Fone: (11) 5199.7317
Cnpj: 13.343.833/0009-54

Sergipe

Fone: (79) 3142.1881
Cnpj: 13.343.833/0006-01

Rio Grande do Norte

Fone: (84) 4002.8159
Cnpj: 13.343.833/0005-20

Espírito Santo

Fone: (27) 4042.8159
Cnpj: 13.343.833/0003-69

Alagoas

Fone: (82) 3026.2021
Cnpj: 13.343.833/0008-73

Ceará

Fone: (85) 4042.8159
Cnpj: 13.343.833/0007-92



Para demonstrar a falsa declaração da empresa Recorrida, recentemente em publicação do MTE, com participação do Ministério Público do Trabalho (MPT/BA) e a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE/BA), ambos da Bahia, cita a obrigatoriedade das empresas de vigilância em atender as cotas de jovem aprendiz, que toda empresa de grande ou médio porte deve contratar um número de aprendizes, equivalente a, no mínimo, 5% e, no máximo, 15% do seu quadro de funcionários cujas funções requerem formação profissional.

Essa informação pode ser verificado no link: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Junho/setor-de-vigilancia-pode-gerar-ate-25-mil-vagas-para-jovens-aprendizes>

Uma vez afastada a descabida alegação da Recorrida, passamos para a fundamentação da inviabilidade de sua habilitação no presente certame.

III.2 – NÃO CUMPRIMENTO DE REQUISITO MINIMO PARA HABILITAÇÃO.

Dentre os princípios do procedimento licitatório, destacam-se os princípios da isonomia, legalidade e vinculação ao edital, todos convergindo no sentido de que as regras estabelecidas devem ser cumpridas por todos. Marçal Justen Filho:

O estrito cumprimento ao procedimento e às regras contidas no ato convocatório é um dever para a Administração, cuja observância pode ser exigida pelos licitantes. Como o ato convocatório estabelece regras de conduta para a Administração, isso produz efeitos reflexos para os licitantes. Permite-lhes prever a conduta futura dos agentes da Administração e, desse modo, orientar as decisões a adotar. **Se fosse dado à Administração ignorar as regras contidas no ato convocatório, os particulares ficariam em situação de insegurança. Existe para os licitantes direito publico subjetivo de exigir o cumprimento do disposto no ato convocatório.**

No mesmo sentido converge a jurisprudência pátria:

Inserir-se na esfera de discricionariedade da Administração a eleição das exigências editalícias consideradas necessárias e adequadas em relação ao objeto licitado, com a devida fundamentação técnica. **Entretanto, em respeito ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, é inadmissível que a Administração deixe de aplicar exigências previstas no próprio edital que tenha formulado.** (Acórdão 02730/2015 – Rel. Min. Bruno Dantas – TCU/PLENÁRIO)

Não pode a Administração descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada (...) no julgamento das propostas, a

comercial@alforge.com.br - alforgelicitacao@gmail.com

Pernambuco

Fone: (81) 4042.8159
Cnpj: 13.343.833/0001-05

Bahia

Fone: (71) 4042.8159
Cnpj: 13.343.833/0004-40

Paraíba

Fone: (83) 3142.8159
Cnpj: 13.343.833/0002-88

São Paulo

Fone: (11) 5199.7317
Cnpj: 13.343.833/0009-54

Sergipe

Fone: (79) 3142.1881
Cnpj: 13.343.833/0006-01

Rio Grande do Norte

Fone: (84) 4002.8159
Cnpj: 13.343.833/0005-20

Espírito Santo

Fone: (27) 4042.8159
Cnpj: 13.343.833/0003-69

Alagoas

Fone: (82) 3026.2021
Cnpj: 13.343.833/0008-73

Ceará

Fone: (85) 4042.8159
Cnpj: 13.343.833/0007-92



Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos pela Lei de Licitações e Contratos Administrativos (...) (Acórdão 2345/2009 – Rel. Min. Valmir Campelo – TCU/PLENÁRIO)

No caso em tela, **resta-se inequívoco que a empresa não cumpre os requisitos mínimos de habilitação**, não sendo possível justificar a manutenção da decisão recorrida.

III.3 – APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO COM CONTEÚDO FALSO.

Outrossim, gravosa ainda a conduta da empresa Recorrida de apresentar documento com conteúdo sabidamente falso, numa tentativa de ludibriar a administração pública e prejudicar seus concorrentes no processo licitatório.

A Lei de Licitações tipifica a conduta em seu artigo 155, verbis:

Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações: VIII - **apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato**;

O Tribunal de Contas da União é firme ao declarar que a apresentação de documentos falsos enseja a punição administrativa do licitante, verbis:

A apresentação de atestado de capacidade técnica com conteúdo falso, à evidência de conluio entre as empresas envolvidas, **ferre os princípios da moralidade, da isonomia e da competitividade e conduz à declaração de inidoneidade, tanto da empresa que emitiu o atestado quanto da que o apresentou, para participar de licitação na Administração Pública Federal** (...) (Acórdão 917/2022 – Rel. Min. Benjamin Zymler – TCU/PLENÁRIO)

Declaração falsa de licitante em que afirma estar efetivamente enquadrada como empresa de pequeno porte, sem ostentar tal condição, para usufruir dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 (estatuto do simples) **constitui fraude à licitação e determina sua declaração de inidoneidade** (Acórdão 1104/2014 – Rel. Min. Raimundo Carreiro)

Dessa forma, constatado que a empresa Recorrida apresentou documento (declaração) com conteúdo sabidamente falso, sua punição é medida que se impõe.

comercial@alforge.com.br - alforgelicitacao@gmail.com

Pernambuco

Fone: (81) 4042.8159
Cnpj: 13.343.833/0001-05

Bahia

Fone: (71) 4042.8159
Cnpj: 13.343.833/0004-40

Paraíba

Fone: (83) 3142.8159
Cnpj: 13.343.833/0002-88

São Paulo

Fone: (11) 5199.7317
Cnpj: 13.343.833/0009-54

Sergipe

Fone: (79) 3142.1881
Cnpj: 13.343.833/0006-01

Rio Grande do Norte

Fone: (84) 4002.8159
Cnpj: 13.343.833/0005-20

Espírito Santo

Fone: (27) 4042.8159
Cnpj: 13.343.833/0003-69

Alagoas

Fone: (82) 3026.2021
Cnpj: 13.343.833/0008-73

Ceará

Fone: (85) 4042.8159
Cnpj: 13.343.833/0007-92



V – DOS PEDIDOS.

Ante o exposto, requer:

1. Que seja recebido e processado o recurso;
2. Que seja reformada a decisão que habilitou a empresa **CEB SEGURANÇA LTDA**;
3. Que seja iniciado procedimento com vistas à aplicação de penalidade para empresa **CEB SEGURANÇA LTDA** em função da apresentação de declaração com conteúdo manifestamente e sabidamente falso nos autos do processo licitatório.

Pede deferimento.

Lauro de Freitas/BA, 21 de outubro de 2024.

ALFORGE

ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA

CNPJ: 13.343.833/0004-40

**SEGURANÇA
PATRIMONIAL**

comercial@alforge.com.br - alforgelicitacao@gmail.com

Pernambuco

Fone: (81) 4042.8159
Cnpj: 13.343.833/0001-05

Bahia

Fone: (71) 4042.8159
Cnpj: 13.343.833/0004-40

Paraíba

Fone: (83) 3142.8159
Cnpj: 13.343.833/0002-88

São Paulo

Fone: (11) 5199.7317
Cnpj: 13.343.833/0009-54

Sergipe

Fone: (79) 3142.1881
Cnpj: 13.343.833/0006-01

Rio Grande do Norte

Fone: (84) 4002.8159
Cnpj: 13.343.833/0005-20

Espírito Santo

Fone: (27) 4042.8159
Cnpj: 13.343.833/0003-69

Alagoas

Fone: (82) 3026.2021
Cnpj: 13.343.833/0008-73

Ceará

Fone: (85) 4042.8159
Cnpj: 13.343.833/0007-92



**AO SENHOR PREGOEIRO DO TRIBUNAL REGIONAL
ELEITORAL DA BAHIA – TRE/BA –
*Dr. Raul Almeida da Paz***

CEB SEGURANÇA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.525.326/0001-00, com sede Rua José Ribeiro da Silva, nº 351, Quadra L, Lote 15, Térreo, Ipitanga, Lauro de Freitas - BA, CEP 42.706-640, por meio do seu Sócio Único: Sr. Carmelito Nascimento da Conceição, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº 349.050.145-49, detentor do RG nº 245142177-SSP/BA, residente e domiciliado em Salvador – BA, participe do **PREGÃO ELETRÔNICO DE Nº 90026/2024**, vem, respeitosamente, apresentar a sua

RESPOSTA AOS RECURSOS
ADMINISTRATIVOS

interpostos pelas empresas “**A.V.I. SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA.**” e “**ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA.**”, expondo e requerendo o que se segue:

Rua José Ribeiro da Silva, 351 – Quadra L, Terreo, Lauro de Freitas/BA.
CEP: 42.706-640 – Tel.: (71) 3289-5055
CNPJ: 15.525.326/0001-00



DA COTA DE CONTRATAÇÃO DE APRENDIZ:

1. As empresas “ALFORGE” e “A.V.I.” e alegaram que a seria ilegal o fato da “CEB SEGURANÇA” não cumprir a cota para aprendiz em seus quadros, e, por via de consequência, teria apresentado falsa declaração de cumprimento das exigências reserva de cargos.

2. Como será adiante demonstrado, as alegações supra não procedem. Senão vejamos:

3. O Art. 428 da CLT dispõe que o “Contrato de Aprendizagem” deverá ser firmado com pessoas maiores de 14 (quatorze) e menor de 24 (vinte e quatro) anos. Por seu turno, o Decreto Nº 9.579/2018 em seu Art. 53, I assim determina:

DECRETO Nº 9.579, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018
Art. 53. A contratação de aprendizes deverá atender, prioritariamente, aos adolescentes com idade entre quatorze e dezoito anos, exceto quando:
I - as atividades ocorrerem no interior do estabelecimento e sujeitarem os aprendizes à insalubridade ou à periculosidade sem que se possa elidir o risco ou realizá-las integralmente em ambiente simulado;

Rua José Ribeiro da Silva, 351 – Quadra L, Terreo, Lauro de Freitas/BA.

CEP: 42.706-640 – Tel.: (71) 3289-5055

CNPJ: 15.525.326/0001-00



4. Veja-se que a Lei Nº 7.102/93 e o Decreto nº 89.056/83 classificam o “Serviço de Vigilância” como atividade periculosa, isto uma vez que o Vigilante fica exposto a **roubos, assaltos e outras espécies de delitos violentos**. (observe-se que a Lei 14.967/2024 – que institui o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras - só entrou em vigor em 09/09/2024, quando o certame já estava sendo realizado).

5. Ainda, a Polícia Federal, por meio da Portaria Nº 3.233/2012 – DG/DPF (que regulamenta o “Serviço de Vigilância” e em vigor quando da realização do certame), impõe rigorosas exigências aos “Vigilantes”, tais como:

- ter idade mínima de 21 anos;
- ser aprovado em curso de formação técnica específica (Curso de Formação de Vigilante), em entidade autorizada, a fim de ser treinado, certificado e capacitado para operar em áreas de risco;
- ser treinado para utilizar arma de fogo;
- utilizar colete de proteção balística;
- etc.



6. Na prática, não há como colocar um “aprendiz” junto a um vigilante, isto porque “aprendiz”

- estaria em uma área de risco;
- não teria a formação necessária para saber como se portar em caso de **roubos, assaltos e outras espécies de delitos violentos**;
- Não é treinado para utilizar arma de fogo;
- Estaria sem colete balístico.

7. Efetivamente **a atividade de vigilante é de alto risco, sendo absolutamente incompatível com a atuação de aprendiz.**

8. Perceba-se que, **caso o aprendiz se machuque, ou mesmo venha a falecer, em decorrência de exposição a situações de risco no local da prestação do serviço, o órgão público contratante seria responsabilizado de maneira subsidiária, por culpa *in vigilando*.**

9. Efetivamente, sendo a atividade de vigilância armada uma função de risco, a “CEB SEGURANÇA” agiu em conformidade com a Lei nº 7.102/83 e o Decreto nº



89.056/83 ao não alocar aprendizes em tais funções, o contrário seria, além de imprudente, ilegal, por contrariar as exigências da própria Polícia Federal.

10. A legislação específica para vigilância privada se sobrepõe à aplicação generalista das cotas de aprendizes, pois a prioridade, neste caso, é a segurança pública e a integridade dos profissionais e das pessoas envolvidas. A utilização de aprendizes em tais funções seria, além de imprudente, ilegal, por contrariar as exigências da própria Polícia Federal.

11. Para a “CEB SEGURANÇA”, a segurança da operação é prioridade, assim, não designa aprendizes para funções que envolvem o uso de armas de fogo e exposição a situações de risco.

12. Outrossim, urge ressaltar que o Art. 428 da CLT dispõe que o aprendiz deve estar inscrito em “programa de aprendizagem formação técnico-profissional metódica”, quais sejam, SENAI / SENAC / SENAR / SENAT / SESCOOP, etc.

13. Ocorre que o “Curso de Formação de Vigilante” só pode ser realizado em estabelecimento com funcionamento autorizado pela Polícia Federal, ou seja, não é possível fazer o “Curso de Formação de Vigilante” por meio de parcerias com quaisquer dos “Cursos Nacionais de aprendizagem” acima citados.

Rua José Ribeiro da Silva, 351 – Quadra L, Terreo, Lauro de Freitas/BA.

CEP: 42.706-640 – Tel.: (71) 3289-5055

CNPJ: 15.525.326/0001-00



14. Ainda, ante a impossibilidade de se contratar aprendiz para o “Serviço de Vigilância”, o Edital, especificamente em seu “ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO” - não impugnado pelas empresas Recorrentes – não trouxe a previsão de contratação de aprendiz.

15. Também não se diga que no escritório administrativo da “CEB SEGURANÇA” haveria a necessidade de contratação de menor aprendiz. Isto porque o Art. 429 da CLT determina que: *“Os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, **cuas funções demandem formação profissional**”*.

16. Ora, as funções executadas no escritório administrativo da “CEB SEGURANÇA” são: “Setor de Recurso Humanos”, “Setor Comercial” e “Setor Operacional”, funções estas que não demandam formação profissional, estando, desta forma, inclusas na exceção prevista do supracitado Art. 429 da CLT.

DA JURISPRUDÊNCIA TRAZIDA PELA RECORRENTE/A.V.I:

17. A Lei nº 7.347/1985 - Lei da Ação Civil Pública – em seu Art. 16 é clara ao determinar que **a Sentença fará coisa julgada *erga omnes*, nos limites da competência territorial do órgão prolator**.

Rua José Ribeiro da Silva, 351 – Quadra L, Terreo, Lauro de Freitas/BA.
CEP: 42.706-640 – Tel.: (71) 3289-5055
CNPJ: 15.525.326/0001-00



18. A Jurisprudência trazida pela Recorrente/A.V.I. se refere a um processo do município de “BOA VISTA – RORAIMA”.

19. O entendimento trazido na multicitada Jurisprudência trazida pela Recorrente/A.V.I. - de que os efeitos da coisa julgada nas ações coletivas **seguem o disposto no art. 103 do Código de Defesa do Consumidor** - e, assim, não restringiriam a abrangência da condenação proferida em sede de ação civil pública aos limites da competência territorial do órgão prolator da decisão, se caracteriza como **decisão teratológica** porque eivada de flagrante ilegalidade.

20. Da simples leitura do “Código de Defesa do Consumidor” veremos que a citada interpretação para se ampliar a abrangência da Sentença a fim de que esta faça coisa julgada *erga omnes*, sem limites de competência territorial do órgão prolator **se refere única e exclusivamente às Ação Coletivas de que trata o “Código de Defesa do Consumidor”**. Assim:

CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990
Art. 103. Nas ações coletivas de que trata este código , a sentença fará coisa julgada: I - erga omnes, ...



21. Sem sombra de dúvidas, não há qualquer respaldo legal que obrigue este órgão a seguir a multicitada Jurisprudência trazida pela Recorrente/A.V.I.

DA “DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS RESERVA DE CARGOS PREVISTA EM LEI PARA APRENDIZ”:

22. Quanto a “Declaração de cumprimento das exigências reserva de cargos prevista em lei para aprendiz”, temos que o Edital, em seu Item 12.1, “e”, exige esta somente “**quando cabível**”, o que já – como já exhaustivamente demonstrado - não o é nos casos de contratação de “Serviço de Vigilância”.

12.1, e) Declaração de cumprimento das exigências reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como reserva de cargos previstas em outras normas específicas, **quando cabíveis**.

DA AUSÊNCIA CÁLCULOS DAS HORAS EXTRAS COTADAS PELA CEB:

23. Alegou a Recorrente que a “CEB SEGURANÇA”, em sua Proposta de Preços, copiou integralmente os valores das horas extras constantes do Edital, “*sem apresentar os cálculos detalhados com base em suas próprias obrigações trabalhistas e percentuais*”, o que evidenciaria uma “inconformidade grave”.



24. Veja-se que o Ato Convocatório assim dispõe:

SEÇÃO X
DA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS E
DO ENVIO DA PROPOSTA FINAL

10.1. - O Pregoeiro, na fase de julgamento prevista na Seção XI deste Edital, solicitará à licitante que ofertou o menor preço, o encaminhamento, exclusivamente por meio eletrônico, pela opção do Sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, arquivo, contendo:

...

b) a(s) **planilha(s) de custos e formação de preços** do(s) posto(s) de trabalho envolvido(s) na contratação, **conforme modelo constante do Anexo III deste Edital**, adequada(s) ao último lance ofertado após a negociação prevista na Seção IX deste Edital bem como os documentos previstos na Condição 10.6 deste Edital.

25. Por seu turno, **o modelo constante do Anexo III deste Edital, não exige detalhamento de valores.**

26. A “CEB SEGURANÇA” apresentou a sua “Planilha de Custos e Formação de Preços” seguido na íntegra o ANEXO III – que, vale repetir, não exige detalhamento de valores - e, ainda, respeitando o “VALOR MÁXIMO” permitido

Rua José Ribeiro da Silva, 351 – Quadra L, Terreo, Lauro de Freitas/BA.

CEP: 42.706-640 – Tel.: (71) 3289-5055

CNPJ: 15.525.326/0001-00



pelo Edital à fl. 65 (Anexo II - Orçamento Estimativo/Valor(es) Máximo(s) Admitido(s) para Contratação), qual seja, R\$ 14.405,10 para Horas Extra / Capital e R\$ 52.741,93 para Horas extra / Interior.

27. Ante o quanto acima exposto, dúvida não há de que as “Hora Extras” foram cotadas de acordo com as exigências editalícias.

DA AUSÊNCIA DE COMPOSIÇÃO DOS VALORES DOS UNIFORMES, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS POR ITEM COTADO:

28. Argumentou a Recorrente que a “CEB SEGURANÇA”, em sua Proposta de Preços, não teria apresentado a composição detalhada dos valores de “UNIFORMES, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS” por item cotado.

29. Mais uma vez, temos que a “CEB SEGURANÇA” apresentou a sua “Planilha de Custos e Formação de Preços” seguido na íntegra o ANEXO III, que não exige detalhamento de valores para composição do preço dos “UNIFORMES, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS”.

30. Outrossim, importante ressaltar que os preços cotados pela “CEB SEGURANÇA” para “UNIFORMES, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS” foi inferior ao “VALOR



MÁXIMO permitido pelo Edital em seu Anexo II, e, ainda, apresentou valores globais compatíveis com o mercado.

31. Por fim, salientamos ainda que não pode haver “*diferença constante face a supressão da aludida verba trabalhista*” como alegado pela Recorrente/A.V.I., uma vez que o item “UNIFORMES, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS” não compõem verba trabalhista.

32. Também não há que se falar em “*proposta de preços malfeita e baseada em custos FALSOS, que não incluem custos em que fatalmente a empresa recorrida incorrerá*”.

33. Ainda, gravíssima a infundada acusação que está sendo feita pela Recorrente/A.V.I. - inclusive contra a própria comissão de licitação - quando cita que a Administração está favorecendo a empresa que detém maior poder econômico dentro do mercado.

34. Efetivamente, **as levianas acusações da Recorrente/A.V.I. refletem uma desesperada tentativa da empresa que hoje presta o serviço licitado de manter-se nele, a fim de não pagar as devidas Rescisões Trabalhistas.**

**DA SUPOSTA ILEGALIDADE do
BALANÇO PATRIMONIAL
APRESENTADO PELA “CEB
SEGURANÇA”:**

Rua José Ribeiro da Silva, 351 – Quadra L, Terreo, Lauro de Freitas/BA.

CEP: 42.706-640 – Tel.: (71) 3289-5055

CNPJ: 15.525.326/0001-00



35. Na esteira de falsas alegações a fim de “forçar” a desclassificação da “CEB SEGURANÇA”, argumentou a Recorrente/A.V.I. que ***“o Balanço Patrimonial que foi entregue pela CEB Segurança Ltda., foi autenticado pela Junta Comercial do Estado da Bahia (JUCEB), sem observar a exigência de apresentação do documento no formato digital por meio do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), conforme estabelecido no edital”***.

36. Ocorre que, da simples verificação da documentação apresentada pela “CEB SEGURANÇA” no sistema COMPRASNET, tem-se que esta Recorrida apresentou os balanços registrados pela JUCEB e, também, os registrados no SPED, bem como recibo de transmissão, tudo conforme print abaixo:

Compras.gov.br

CARMELITO NASCIMENTO DA CONCEICAO | 349.050.145-49
CEB SEGURANCA LTDA | 15.525.326/0001-00

Acompanhamento seleção de fornecedores > Pregão Eletrônico: UASG 70013 - N° 90026/2024 (Lei 14.133/2021)

Online

Senhor fornecedor,
Todos os documentos e informações apresentadas relacionados a esse procedimento de contratação serão divulgados em consulta pública do sistema, com acesso irrestrito das informações.













Dessa forma, documentos pessoais devem ser inseridos exclusivamente no SICAF, nos termos do arts. 3º e 4º da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

Clique no **campo abaixo para anexar arquivo** (documento 3DS, CXF, DAE, DGN, DOC, DOCX, DWG, DWFX, DWG, DWI, DXF, IFC, JWW, LFF, OBJ, ODP, ODS, ODT, PDF, PPT, PPTX, RFA, RFT, RTE, RTF, RWT, SAT, SKP, SLDASM, SLDDRT, SLDDRW, SLDDWG, SLDPRG, SLDXML, SVG, SXW, TXT, XLS e XLSX; e pacotes 7Z, RAR e ZIP), com nome composto de letras maiúsculas/minúsculas, números, espaço em branco e os seguintes caracteres especiais: '!', '@', '#', '\$', '%', '&', '*', '^', '~', '_', '=', '+', '-', '.', ':', ';', ',', '<', '>', '"', ''', '|', '\', '`', '^', 'b', 'c', 'i', 'j', 'l', 'm', 'n', 'o', 'p', 'q', 'r', 's', 't', 'u', 'v', 'w', 'x', 'y', 'z', '{', '|', '}', '~', '', '€', '', '‚', 'ƒ', '„', '…', '†', '‡', 'ˆ', '‰', 'Š', '‹', 'Œ', '', 'Ž', '', '', '‘', '’', '“', '”', '•', '–', '—', '˜', '™', 'š', '›', 'œ', '', 'ž', 'Ÿ', ' ', '¡', '¢', '£', '¤', '¥', '¦', '§', '¨', '©', 'ª', '«', '¬', '­', '®', '¯', '°', '±', '²', '³', '´', 'µ', '¶', '·', '¸', '¹', 'º', '»', '¼', '½', '¾', '¿', 'À', 'Á', 'Â', 'Ã', 'Ä', 'Å', 'Æ', 'Ç', 'È', 'É', 'Ê', 'Ë', 'Ì', 'Í', 'Î', 'Ï', 'Ð', 'Ñ', 'Ò', 'Ó', 'Ô', 'Õ', 'Ö', '×', 'Ø', 'Ù', 'Ú', 'Û', 'Ü', 'Ý', 'Þ', 'ß', 'à', 'á', 'â', 'ã', 'ä', 'å', 'æ', 'ç', 'è', 'é', 'ê', 'ë', 'ì', 'í', 'î', 'ï', 'ð', 'ñ', 'ò', 'ó', 'ô', 'õ', 'ö', '÷', 'ø', 'ù', 'ú', 'û', 'ü', 'ý', 'þ', 'ÿ', ' ', '¡', '¢', '£', '¤', '¥', '¦', '§', '¨', '©', 'ª', '«', '¬', '­', '®', '¯', '°', '±', '²', '³', '´', 'µ', '¶', '·', '¸', '¹', 'º', '»', '¼', '½', '¾', '¿', 'À', 'Á', 'Â', 'Ã', 'Ä', 'Å', 'Æ', 'Ç', 'È', 'É', 'Ê', 'Ë', 'Ì', 'Í', 'Î', 'Ï', 'Ð', 'Ñ', 'Ò', 'Ó', 'Ô', 'Õ', 'Ö', '×', 'Ø', 'Ù', 'Ú', 'Û', 'Ü', 'Ý', 'Þ', 'ß', 'à', 'á', 'â', 'ã', 'ä', 'å', 'æ', 'ç', 'è', 'é', 'ê', 'ë', 'ì', 'í', 'î', 'ï', 'ð', 'ñ', 'ò', 'ó', 'ô', 'õ', 'ö', '÷', 'ø', 'ù', 'ú', 'û', 'ü', 'ý', 'þ', 'ÿ'. O tamanho máximo de cada arquivo é de 30MB.

DOC PROPOSTA TRE.zip	26/09/2024 12:42:44	
HABILITACAO JURIDICA.zip	30/09/2024 16:36:20	
REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA.zip	30/09/2024 16:38:04	
ECONOMICO FINANCEIRA.zip	30/09/2024 16:38:27	
QUALIFICACAO TECNICA.zip	30/09/2024 16:38:39	
1 - Contrato CEPE TA E DISTRATO OK.pdf	30/09/2024 16:39:02	
7 - Contrato Ref Atestado - CONTRATO CEASA 2013.pdf	30/09/2024 16:39:22	

Rua José Ribeiro da Silva, 351 – Quadra L, Terreo, Lauro de Freitas/BA.
CEP: 42.706-640 – Tel.: (71) 3289-5055
CNPJ: 15.525.326/0001-00



	1 - BALANÇO 2022 CEB SEGURAN...
	Balanço 2023 CEB AUTENTICADO
	CEB SEGURANÇA LTDA - ECF 2022 ...
	CEB SEGURANÇA LTDA - ECF 2023
	CEB_RECIBO-DE-TRANSMISSAO_E...
	CND Falencia
	CRC CONTADOR LUCAS
	D.R.E 1º Trim. 2023 - CEB
	D.R.E 2º Trim. 2023 - CEB
	D.R.E 3º Trim. 2023 - CEB
	D.R.E 4º Trim. 2023 - CEB
	FAP CEB BA 2024-1

DA INCLUSÃO DO VALOR REFERENTE A APRENDIZ NA PROPOSTA DE PREÇOS:

37. A Recorrente/A.V.I. argumentou a respeito do “*fato de a CEB ter incluído, em sua planilha de custos, o valor referente ao cumprimento da cota de jovem aprendiz, ao mesmo tempo em que declarou que não cumpre essa obrigação por entender que não seria necessária em seu caso*”, o que configuraria “ENRIQUECIMENTO ILÍCITO”.

38. Ora, não há o que se falar em “ENRIQUECIMENTO ILÍCITO”, uma vez que o valor referente a aprendiz equivale a ínfimos 0,014% do montante total da Proposta de Preços ofertada pela “CEB SEGURANÇA”.

Rua José Ribeiro da Silva, 351 – Quadra L, Terreo, Lauro de Freitas/BA.

CEP: 42.706-640 – Tel.: (71) 3289-5055

CNPJ: 15.525.326/0001-00



39. Outrossim, vale ressaltar que a “CEB SEGURANÇA” segue o Edital na sua íntegra, e, a “Planilha de Custos e Formação de Preços” constante do ANEXO III – que, de acordo com o item 10.1 do Ato Convocatório, deve ser seguida pelos licitantes como modelo - exigia como lançamento obrigatório o valor de 84,00 para “aprendiz”.

40. Por fim, a inclusão dos valores concernentes a aprendiz na “Planilha de Preços” se caracteriza como uma medida preventiva, levando em consideração possíveis ajustes futuros nas exigências do contrato.

41. De fato, ao cotar o item aprendiz, a “CEB SEGURANÇA” manifesta um comportamento prudente a fim de evitar a necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, caso novas diretrizes sejam implementadas ao longo da sua execução.

DO PEDIDO:

42. Ante tudo o quanto acima exposto, dúvidas não há de que não deve a Administração desclassificar a Recorrida – que foi a empresa a, cumprindo absolutamente todas as regras editalícias, ofertar o menor preço ao Erário - ante alegações levianas de uma empresa que visa manter-se no contrato para evitar o pagamento de altos valores referentes às rescisões trabalhistas.

Rua José Ribeiro da Silva, 351 – Quadra L, Terreo, Lauro de Freitas/BA.

CEP: 42.706-640 – Tel.: (71) 3289-5055

CNPJ: 15.525.326/0001-00



43. Assim, roga-se a este douto Pregoeiro do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia – TRE/BA que julgue IMPROCEDENTES os pedidos dos “Recursos Administrativos” interpostos pelas empresas “A.V.I. SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA.” e “ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA.”, mantendo a CLASSIFICAÇÃO da “CEB SEGURANÇA LTDA.” no “PREGÃO ELETRÔNICO DE Nº 90026/2024”, por ter sido a empresa a ofertar o menor preço ao erário.

Termos em que,
Pede deferimento.

Salvador, 24 de outubro de 2024.

CEB SEGURANÇA LTDA.
- Carmelito Nascimento da Conceição -
- Sócio Único -

Rua José Ribeiro da Silva, 351 – Quadra L, Terreo, Lauro de Freitas/BA.
CEP: 42.706-640 – Tel.: (71) 3289-5055
CNPJ: 15.525.326/0001-00

**ILMO. SR. PREGOEIRO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
DA BAHIA**

UASG 70013

PREGÃO 90026/2024

A A.V.I. SERVICOS DE SEGURANCA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.738.828/0001-90, por intermédio de seu representante legal, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO**, requerendo a **desclassificação da empresa CEB SEGURANCA LTDA**, pelos fatos e fundamentos que a seguir expõe.

DOS FATOS

Durante o certame licitatório regido pelo Pregão Eletrônico nº 90026/2024, promovido pelo Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA), a empresa CEB foi habilitada, ainda que não atendesse às exigências legais referentes à reserva de cargos para aprendizes. Tal situação fere a legislação vigente e, conseqüentemente, compromete a legalidade do processo licitatório.

A recorrente A.V.I., por sua vez, vem cumprindo rigorosamente todas as obrigações legais e, portanto, não há justificativa plausível para que a empresa CEB tenha sido habilitada em detrimento das regras estabelecidas no edital e na legislação aplicável.

**1. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL PARA A
DESCCLASSIFICAÇÃO DA CEB**

A habilitação da empresa CEB ocorreu de maneira irregular, em especial pela omissão no cumprimento das normas relativas à contratação de aprendizes, previstas no Decreto nº 9.579/2018.

A referida empresa alegou a impossibilidade de cumprimento da cota

de aprendizes em função da natureza da atividade de vigilância privada, argumento este que se revela equivocado e contrário à legislação.

Conforme dispõe o art. 53, caput e §1º do Decreto nº 9.579/2018, é possível a contratação de jovens aprendizes com idade entre 18 e 24 anos para atividades que envolvam insalubridade, periculosidade ou outras que demandem maiores responsabilidades, como no caso da vigilância privada.

Logo, a empresa CEB não pode alegar incompatibilidade com a legislação como justificativa para o descumprimento de sua obrigação legal de contratar aprendizes.

Transcrição dos dispositivos legais:

Art. 53. A contratação de aprendizes deverá atender, prioritariamente, aos adolescentes com idade entre quatorze e dezoito anos, exceto quando:

(...) §1º As atividades práticas da aprendizagem a que se refere o caput poderão ser atribuídas, quando for o caso, a jovens aprendizes com idade entre dezoito e vinte e quatro anos.

Dessa forma, a alegação de incompatibilidade apresentada pela CEB não encontra respaldo legal. Conforme o Decreto nº 9.579/2018, há plena previsão para a contratação de aprendizes entre 18 e 24 anos para atividades insalubres, perigosas ou que exijam maior nível de responsabilidade, como a vigilância privada. A legislação é clara ao prever que, nessas situações, em que menores de 18 anos não podem atuar, as atividades podem ser atribuídas a jovens adultos, o que afasta qualquer impossibilidade alegada.

A violação dessa norma é suficiente para desclassificar a empresa CEB, visto que o correto cumprimento das cotas de aprendizes é requisito obrigatório para a habilitação no certame.

2. DA FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO LEGAL NA DECISÃO DO PREGOEIRO

A decisão do pregoeiro que habilitou a CEB não foi devidamente fundamentada em legislação, mas sim baseada em uma convicção pessoal de que a atividade de vigilância privada não exigiria o cumprimento das cotas de aprendizes.

No entanto, o direito administrativo é regido pelo princípio da legalidade, conforme estabelece o art. 37 da Constituição Federal, o que significa que a administração pública só pode agir de acordo com a lei.

O pregoeiro, ao não fundamentar sua decisão em dispositivo legal objetivo, violou os princípios da legalidade e da impessoalidade.

A decisão pessoal do pregoeiro não pode prevalecer sobre o que está claramente disposto na legislação pertinente, especialmente no que tange à obrigatoriedade de cumprimento das cotas de aprendizes.

3. DA OBRIGATORIEDADE DO CUMPRIMENTO DAS COTAS DE APRENDIZES

O cumprimento das cotas de aprendizes é imperativo, tanto na legislação trabalhista quanto na legislação de licitações.

A Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), em seus artigos 92, XVII, 116 e 137, reforça a exigência de que o contratado deve, ao longo de toda a execução contratual, observar a reserva de cargos para aprendizes.

Art. 92, XVII:

São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:
XVII - a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

Art. 116, caput e parágrafo único:

Ao longo de toda a execução do contrato, o contratado deverá cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

Parágrafo único. Sempre que solicitado pela Administração, o contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere o caput deste artigo, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas.

Além disso, o art. 137, IX da Lei nº 14.133/2021 estabelece que o não cumprimento da reserva de cargos pode ser motivo para a extinção do contrato:

Art. 137, IX:

Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações: IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

Esses dispositivos deixam claro que o descumprimento das obrigações relacionadas à reserva de cargos para aprendizes, conforme previsto em lei, torna a habilitação da empresa CEB irregular e passível de desclassificação.

3.1 DO ENTENDIMENTO DO TST E A RELEVÂNCIA DO CUMPRIMENTO DA COTA DE APRENDIZ

Vale destacar a recente decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que condenou a empresa Prosegur Brasil S.A. ao cumprimento da cota de aprendizes em suas atividades de vigilância, decisão essa com abrangência

nacional.

No processo RR-772-43.2018.5.11.0052, a empresa tentou argumentar que a atividade de vigilância privada era incompatível com a contratação de aprendizes devido ao ambiente de risco e ao uso de armas letais.

Entretanto, a Sétima Turma do TST rejeitou esses argumentos, destacando que a solução seria a contratação de aprendizes com mais de 21 anos.

A decisão reforça que a legislação não admite a exclusão da atividade de vigilância da base de cálculo para as cotas de aprendizagem, devendo as empresas desse setor cumprir a obrigação, sob pena de sanção.

Segundo o TST, “não há sentido em restringir os efeitos territoriais da decisão” e que a condenação deve ter abrangência nacional, independentemente do local de atuação da empresa.

Essa decisão é um marco importante, uma vez que reitera a necessidade de cumprimento das cotas de aprendizes, inclusive em setores que alegam riscos em suas atividades.

Além disso, o Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (TRT5) e o Ministério Público do Trabalho (MPT) já reconheceram a obrigatoriedade de cumprimento da cota de aprendizagem na área de vigilância privada, tanto armada quanto desarmada, impondo multas às empresas que descumpriam essa obrigação. Esse entendimento foi consolidado em acordos firmados entre o MPT e as empresas do setor, determinando o cumprimento da cota de aprendizes.

A alegação da CEB de que a atividade de vigilância impediria o cumprimento das cotas de aprendizes é, portanto, incompatível com a legislação vigente e com o entendimento pacificado pelos tribunais trabalhistas.

3.2 DA RESPONSABILIDADE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Cumpra alertar que o Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA), ao permitir a habilitação de uma empresa que descumpra as exigências legais quanto à cota de aprendizes, poderá incorrer em responsabilidade solidária ou subsidiária pelos encargos trabalhistas e previdenciários, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, no art. 121, § 2º:

Art. 121:

Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

§ 2º:

Exclusivamente nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração responderá solidariamente pelos encargos previdenciários e subsidiariamente pelos encargos trabalhistas se comprovada falha na fiscalização do cumprimento das obrigações do contratado.

Assim, caso a administração pública, por meio do pregoeiro e demais responsáveis, deixe de fiscalizar adequadamente o cumprimento das obrigações trabalhistas, especialmente no que diz respeito às cotas de aprendizes, poderá ser responsabilizada, ainda que subsidiariamente, pelos encargos trabalhistas decorrentes do contrato. Essa responsabilidade pode gerar sérios prejuízos ao erário público, além de comprometer a regularidade e a eficiência da contratação.

3.3 DA DECLARAÇÃO FALSA DA CEB SOBRE O CUMPRIMENTO DA COTA DE APRENDIZ E SEUS EFEITOS DE INIDONEIDADE

Adicionalmente, cabe destacar que a empresa CEB apresentou uma declaração falsa ao afirmar que estava cumprindo a cota de aprendizes, conforme exigido pela legislação vigente. Tal declaração não apenas configura uma violação das normas licitatórias, mas também um ato de má-fé que

compromete a lisura do certame e induz a Administração Pública a erro.

O art. 155, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021 estabelece que o licitante ou contratado será responsabilizado administrativamente por apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato. Essa infração é considerada gravíssima, pois atenta contra os princípios da moralidade e transparência na gestão pública.

Ademais, o art. 156 da mesma lei prevê que serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas sanções, sendo que, no caso em questão, a declaração falsa poderá resultar na declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Segundo o § 5º do art. 156, a sanção de inidoneidade será aplicada ao responsável pelas infrações previstas no art. 155, inciso VIII, e implicará na impossibilidade de participar de licitações e contratos com a Administração Pública, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

Diante do exposto, requer-se que este aspecto seja considerado na análise do recurso, sendo a CEB desclassificada do certame por apresentar declaração falsa sobre o cumprimento da cota de aprendizes e, ainda, que sejam adotadas as medidas cabíveis para a declaração de inidoneidade da referida empresa.

4. OUTROS FATOS E PATENTES ILEGALIDADES NA HABILITAÇÃO DA EMPRESA CEB SEGURANÇA LTDA. AUSÊNCIA CÁLCULOS DAS HORAS EXTRAS

Durante o curso do **Pregão Eletrônico nº 90026/2024**, a empresa **CEB Segurança Ltda.** foi classificada em 1º lugar, sendo posteriormente habilitada e declarada vencedora. No entanto, ao analisar a documentação apresentada pela referida empresa, a Recorrente verificou uma **inconsistência relevante no que tange à composição das horas extras**.

Conforme expresso no edital, as licitantes devem observar a correta elaboração da planilha de custos, incluindo a estimativa e os cálculos de **horas extras**, considerando seus próprios encargos e convenções coletivas.

O edital deixa claro que as licitantes não estão obrigadas a adotar a **Convenção Coletiva de Trabalho (CCT)** utilizada pela Administração como parâmetro, podendo adotar outras convenções que estabeleçam percentuais diferentes, desde que respeitado o mínimo legal.

Contudo, a **CEB Segurança Ltda.**, em sua proposta, **copiou integralmente os valores das horas extras do edital**, sem apresentar os cálculos detalhados com base em suas próprias obrigações trabalhistas e percentuais, o que evidencia uma inconformidade grave. **Os encargos da CEB, com base na sua convenção coletiva própria, são diferentes** daqueles utilizados pela Administração como referência, de modo que **os valores das horas extras deveriam ser menores**.

I. DO REGRAMENTO LEGAL CORRELACIONADO

O edital, em suas cláusulas, é claro ao exigir que as licitantes apresentem a composição de seus custos, **especialmente no que se refere às horas extras**. Ao adotar como base os valores indicados pela Administração, sem considerar os encargos e convenções aplicáveis à sua própria realidade, a **CEB Segurança Ltda.** descumpriu a regra estabelecida no próprio edital e nos termos da **Lei nº 14.133/2021**.

Conforme o disposto na **Lei nº 14.133/2021**, artigo 59, parágrafo único, “a proposta de preços apresentada deverá ser compatível com os encargos e custos da empresa licitante, conforme o previsto no edital, observando-se os limites estabelecidos em convenções ou acordos coletivos, quando aplicáveis”. A empresa recorrida, ao **não realizar os cálculos específicos de suas horas extras e simplesmente replicar os valores de referência do edital**, falhou em cumprir essa obrigação.

Adicionalmente, o **princípio da vinculação ao instrumento convocatório**, previsto no artigo 5º, inciso II, da mesma Lei, exige que todas as propostas estejam em total conformidade com o edital, o que não ocorreu no presente caso.

4.1 DAS ILEGALIDADES. AUSÊNCIA DE COMPOSIÇÃO DOS VALORES DE UNIFORMES, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS POR ITEM COTADO

Analisando a documentação apresentada pela referida licitante, constatou-se uma **inconsistência relevante quanto à ausência da apresentação da composição detalhada dos valores de uniformes, materiais e equipamentos por item cotado**.

Conforme estabelecido no **item 10.2** do edital, todas as licitantes devem apresentar **planilha de custos e formação de preços com detalhamento de todos os elementos que influenciam nos preços propostos**, o que inclui especificamente os valores de **uniformes, materiais e equipamentos**. Essa obrigação visa garantir a **transparência** e a correta análise da viabilidade dos custos apresentados, além de permitir que a Administração Pública verifique a conformidade dos valores com as exigências do edital.

No entanto, a **CEB Segurança Ltda.** não apresentou a referida composição dos valores para os itens mencionados, o que configura descumprimento do edital e gera uma **inconsistência que compromete a análise correta de sua proposta**.

I. DO REGRAMENTO LEGAL CORRELACIONADO

O edital do pregão estabelece, de forma clara, a obrigatoriedade de apresentar a **composição dos valores** referentes a todos os itens cotados, conforme o **item 10.2**, que exige que a **planilha de custos e formação de preços** seja **detalhada** e abranja **todos os elementos** que influenciam nos preços propostos.

Além disso, conforme previsto no artigo 59 da **Lei nº 14.133/2021**, as propostas apresentadas pelas licitantes devem estar **em consonância com o instrumento convocatório**, o que inclui a **necessidade de detalhamento** da composição dos custos dos insumos necessários à execução dos serviços contratados. A ausência dessa informação compromete a análise da **exequibilidade e razoabilidade** da proposta, uma vez que os valores relativos aos uniformes, materiais e equipamentos podem impactar diretamente os custos operacionais da contratada.

Ainda, o princípio da **vinculação ao edital** (art. 5º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021) exige que todos os termos e condições estabelecidos no instrumento convocatório sejam estritamente seguidos pelas licitantes, sob pena de desclassificação.

II. DA INEXEQUIBILIDADE E PREJUÍZO À COMPETITIVIDADE

A ausência da composição dos valores referentes aos **uniformes, materiais e equipamentos** impede a correta análise da **viabilidade econômica** da proposta apresentada pela **CEB Segurança Ltda.** Sem essa composição, não é possível verificar se os preços oferecidos são **compatíveis** com os custos reais desses insumos, o que pode gerar dúvidas sobre a **exequibilidade da proposta**.

Tal omissão ainda prejudica a **competitividade do certame**, uma vez que outras licitantes que apresentaram suas composições detalhadas encontram-se em desvantagem frente à proposta vencedora, que não detalhou adequadamente seus custos.

Logo, em razão da diferença constante face a supressão da aludida verba trabalhista, essa Ilustre Comissão, **irá notar que o concorrente está na vantagem.**

Isso é ainda mais gravoso, porque é possível **GARANTIR** que a Administração Pública está contratando proposta **MENOS VANTAJOSA AO ERÁRIO**, em virtude da galhardia da recorrida de produzir uma proposta de preços malfeita e baseada em custos **FALSOS**, que não incluem custos em que fatalmente a empresa recorrida incorrerá.

A tolerância da Administração quanto a essa prática é **quebra de isonomia**, pois representa a contratação não da empresa mais apta a executar o objeto da licitação, **e sim a empresa que detém mais poder econômico dentro do mercado**. A estratégia da empresa, no caso, claramente é (i) ou prejudicar a Administração Pública com ulterior tentativa de reequilíbrio da equação econômico-financeira; (ii) ou prejudicar a concorrência, tentando prevalecer no mercado através da prática ilícita de abuso de poder econômico.

Não fosse o bastante, temos ainda a violação de princípios vinculados ao direito administrativo, notadamente quanto a vinculação ao instrumento convocatório.

O princípio da vinculação ao edital restringe o próprio ato administrativo às regras do edital, impondo a **inabilitação da empresa que descumpriu as exigências estabelecidas no ato convocatório**.

APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRATO ADMINISTRATIVO. GLOSA DE VALORES NÃO UTILIZADOS PELA EMPRESA. PREVISÃO NA PLANILHA DE CUSTOS NÃO CUMPRIDA. DESCUMPRIMENTO DA PROPOSTA. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. (TJPR - 4ª C. Cível - 0003764-33.2019.8.16.0090 - Ibiporã - Rel.: DESEMBARGADOR LUIZ TARO OYAMA - J. 22.06.2021)

(TJ-PR - APL: 00037643320198160090 Ibiporã 0003764-33.2019.8.16.0090 (Acórdão), Relator: Luiz Taro Oyama, Data de Julgamento: 22/06/2021, 4ª Câmara Cível, Data de Publicação: 23/06/2021)

4.2 VALOR DO JOVEM APRENDIZ NA PLANILHA DA CEB: POSSÍVEL ENRIQUECIMENTO ILÍCITO E DECISÃO JUDICIAL DO SINDESP/BA

Além das irregularidades já expostas, outro ponto de extrema gravidade que merece destaque é o fato de a CEB ter incluído, em sua planilha de custos, o valor referente ao cumprimento da cota de jovem aprendiz, ao mesmo tempo em que declarou que não cumpre essa obrigação por entender que não seria necessária em seu caso.

Tal conduta pode configurar, em tese, enriquecimento ilícito, uma vez que a empresa, ao incluir valores relativos a uma obrigação que deliberadamente afirma não cumprir, estaria se beneficiando financeiramente sem realizar a devida contraprestação legal.

Essa prática fere os princípios da moralidade e da boa-fé que regem as licitações públicas, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, podendo acarretar graves sanções à empresa licitante.

Vale destacar ainda que o Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado da Bahia (SINDESP/BA) ajuizou uma ação judicial questionando a ausência da cláusula de contratação de jovens aprendizes no Edital.

Em decisão liminar, a Justiça Federal determinou a inclusão da referida cláusula no Edital, obrigando as empresas participantes a cumprirem a cota legal de aprendizes prevista na legislação trabalhista. Essa decisão judicial reforça a obrigatoriedade do cumprimento da cota de aprendiz para empresas do setor de vigilância, inclusive para a CEB, que tenta indevidamente eximir-se dessa responsabilidade.

Portanto, o comportamento da CEB, ao prever o valor correspondente à cota de jovem aprendiz na planilha de custos sem a efetiva comprovação de seu cumprimento, deve ser analisado com rigor, sob pena de prejudicar a lisura do certame e permitir que a empresa seja indevidamente favorecida.

5. DAS ILEGALIDADES. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO. BALANÇO PATRIMONIAL AUTENTICADO PELA JUCEB E NÃO NO FORMATO SPED COMO PEDE O EDITAL

Para além das inconsistências já apontadas, ao analisar a documentação de qualificação econômico-financeira apresentada pela referida empresa, constatou-se que o **Balanço Patrimonial** que foi entregue pela CEB Segurança Ltda., **foi autenticado pela Junta Comercial do Estado da Bahia (JUCEB)**, sem observar a exigência de apresentação do documento no formato digital por meio do **Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)**, conforme estabelecido no edital.

O item 12.1.5.b.1.2 do edital dispõe que, para as licitantes obrigadas a adotar o SPED, o balanço patrimonial do último exercício social exigível deve ser apresentado em conformidade com essa sistemática. Além disso, a empresa é obrigada a manter escrituração contábil nos termos da legislação, em consonância com a **IN nº 2003/2021** uma vez que não se enquadra em nenhuma das condições do inciso 1º do artigo 3.

Art. 3º Deverão apresentar a ECD as pessoas jurídicas, inclusive as equiparadas e as entidades imunes e isentas, obrigadas a manter escrituração contábil nos termos da legislação comercial.

§ 1º A obrigação a que se refere o caput não se aplica:

I - às pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

II - aos órgãos públicos, às autarquias e às fundações públicas;

III - às pessoas jurídicas inativas, assim consideradas aquelas que não tenham efetuado qualquer atividade operacional, não operacional, patrimonial ou financeira, inclusive aplicação no mercado financeiro ou de capitais, durante todo o ano-calendário, as quais devem cumprir as obrigações acessórias previstas na legislação específica;

IV - às pessoas jurídicas imunes e isentas que auferiram, no ano-calendário, receitas, doações, incentivos, subvenções, contribuições, auxílios, convênios e ingressos assemelhados cuja soma seja inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) ou ao valor proporcional ao período a que se refere a escrituração contábil;

V - às pessoas jurídicas tributadas com base no lucro presumido que cumprirem o disposto no parágrafo único do art. 45 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995; e

VI - à entidade Itaipu Binacional, tendo em vista o disposto no art. XII do Decreto nº 72.707, de 28 de agosto de 1973.

Outrossim, é preciso considerar também que com base na própria ECF enviada pela licitante, a apuração do resultado da empresa se enquadra no Regime de Lucro Real, outro fato que reforça a obrigatoriedade do envio do balanço pelo SPED Contábil.

I. DO REGRAMENTO LEGAL CORRELACIONADO

A exigência editalícia para apresentação do Balanço Patrimonial no formato SPED aplica-se às empresas que estão obrigadas, por força da legislação vigente, a adotar esse sistema de escrituração digital. A **CEB Segurança Ltda.**, sendo uma empresa enquadrada nas exigências de adoção do SPED, deveria ter submetido seu balanço patrimonial conforme as normas do **Sistema Público de Escrituração Digital**, o que não foi observado, uma vez que apresentou o balanço **autenticado pela JUCEB** e não no formato exigido.

Conforme o artigo 59 da **Lei nº 14.133/2021**, a documentação de qualificação econômico-financeira deve estar de acordo com as normas legais e os requisitos do edital, sendo vedada a aceitação de documentos que não observem a forma exigida e a não observância desse requisito configura **descumprimento ao edital**. Ademais, os **Acórdãos TCU-Plenário nº 119/2016 e 2293/18** reforçam a obrigatoriedade da apresentação do balanço no formato digital SPED para as empresas sujeitas a esse sistema.

6. DO PEDIDO

Diante do exposto, **requer-se a desclassificação da empresa CEB do certame licitatório em razão de seu descumprimento das obrigações legais referentes à reserva de cargos para aprendizes, bem como as demais inconsistências aqui denunciadas.**

O descumprimento dessa exigência fere a legalidade do processo licitatório e, conforme demonstrado, viola as disposições da Lei nº 14.133/2021, do Decreto nº 9.579/2018, da CLT e da Constituição Federal, além de estar em desacordo com o entendimento consolidado pelo TST.

Além disso, **requer-se que a CEB seja também desclassificada do certame pelo motivo de apresentar declaração falsa sobre o cumprimento da cota de aprendizes e, ainda, que sejam adotadas as medidas cabíveis para a declaração de inidoneidade da referida empresa.**

Portanto, a habilitação da **CEB Segurança Ltda.** deve ser anulada, com a consequente **desclassificação** da empresa diante das constatadas falhas graves, como:

1. **A declaração falsa de cumprimento da cota de aprendizes**, violando o item 12.1.1.1 do edital e a legislação trabalhista, o que caracteriza fraude licitatória, com implicações sérias previstas no item 17.2.a do edital e na Lei nº 14.133/2021.
2. **A não apresentação dos cálculos detalhados das horas extras** em sua proposta, contrariando o que foi estabelecido no edital, com a simples cópia dos valores estipulados pela Administração, o que prejudica a transparência e compromete a competitividade do certame.
3. **A ausência de composição dos valores de uniformes, materiais e equipamentos por item cotado**, violando o item 10.2 do edital e comprometendo a análise da exequibilidade e conformidade dos custos apresentados, colocando em risco a igualdade entre as licitantes.

4. O **possível enriquecimento ilícito** devido a inclusão do valor do jovem aprendiz na planilha CEB, ao mesmo tempo em que declarou que não cumpre essa obrigação por entender que não seria necessária em seu caso, ferindo assim os princípios da moralidade e da boa-fé que regem as licitações públicas.

5. A **apresentação de Balanço Patrimonial autenticado pela JUCEB**, em vez do formato exigido pelo **SPED**, o que configura descumprimento do item 12.1.5.b.1.2 do edital, bem como, **IN nº 2003/2021** e os **Acórdãos TCU-Plenário nº 119/2016 e 2293/18** que reforçam a obrigatoriedade para as empresas sujeitas a esse sistema.

Solicita-se que a análise do recurso seja pautada pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e objetividade, conforme rege o direito administrativo, garantindo a correta aplicação da legislação ao presente caso;

Caso V. Sa., entenda de forma diversa do quanto aqui exposto, que remeta o presente recurso ao superior hierárquico para análise e pronunciamento acerca do mesmo.

Nestes termos,

Pede Deferimento.

Salvador/BA, 21 de outubro de 2024.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

CERTIDÃO

EMPREGADOR: CEB SEGURANCA LTDA

CNPJ: 15.525.326/0001-00

CERTIDÃO EMITIDA em 25/09/2024, às 08:25:12

Conforme os registros administrativos do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), certifica-se que o empregador acima identificado empregava, em 21/09/2024, aprendizes em número **INFERIOR** ao percentual mínimo previsto no art. 429, caput, da CLT.

1. A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/aprendiz/verificar> com o código de verificação **tRGRJjDC7vbrfkg**.
2. Esta certidão reflete tão somente os dados constantes dos registros administrativos do eSocial. Esses dados são declarados pelo próprio empregador, não havendo validação por parte da Secretaria de Inspeção do Trabalho.
3. Os dados das certidões são atualizados diariamente. A presente certidão reflete a situação do empregador em 21/09/2024. Em regra, o intervalo entre a data da situação do empregador e a data da emissão da certidão é de 3 (três) dias, podendo este prazo aumentar em razão de atraso no processamento dos dados.
4. Eventuais retificações nos dados enviadas após 21/09/2024 podem não se refletir nesta certidão.
5. Esta certidão não abrange autos de infração, termos de compromisso e decisões judiciais relativos à obrigação de preencher vagas de Aprendizagem Profissional, conforme art. 429, caput, da CLT.
6. Para todos os fins legais, inclusive no que concerne à comprovação de regularidade prevista na Lei nº 14.133, de 2021, esta certidão terá validade exclusivamente para este estabelecimento. Outro estabelecimento desta mesma empresa, que intencione a contratação em processo de licitação e de contrato administrativo, precisa apresentar certidão específica com seu CNPJ completo.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

CERTIDÃO

EMPREGADOR: CEB SEGURANCA LTDA

CNPJ: 15.525.326/0001-00

CERTIDÃO EMITIDA em 21/10/2024, às 11:16:27

Conforme os registros administrativos do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), certifica-se que o empregador acima identificado empregava, em 18/10/2024, aprendizes em número **INFERIOR** ao percentual mínimo previsto no art. 429, caput, da CLT.

1. A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/aprendiz/verificar> com o código de verificação **CgkcujIz23wn511**.
2. Esta certidão reflete tão somente os dados constantes dos registros administrativos do eSocial. Esses dados são declarados pelo próprio empregador, não havendo validação por parte da Secretaria de Inspeção do Trabalho.
3. Os dados das certidões são atualizados diariamente. A presente certidão reflete a situação do empregador em 18/10/2024. Em regra, o intervalo entre a data da situação do empregador e a data da emissão da certidão é de 3 (três) dias, podendo este prazo aumentar em razão de atraso no processamento dos dados.
4. Eventuais retificações nos dados enviadas após 18/10/2024 podem não se refletir nesta certidão.
5. Esta certidão não abrange autos de infração, termos de compromisso e decisões judiciais relativos à obrigação de preencher vagas de Aprendizagem Profissional, conforme art. 429, caput, da CLT.
6. Para todos os fins legais, inclusive no que concerne à comprovação de regularidade prevista na Lei nº 14.133, de 2021, esta certidão terá validade exclusivamente para este estabelecimento. Outro estabelecimento desta mesma empresa, que intencione a contratação em processo de licitação e de contrato administrativo, precisa apresentar certidão específica com seu CNPJ completo.



**AO SENHOR PREGOEIRO DO TRIBUNAL REGIONAL
ELEITORAL DA BAHIA – TRE/BA –
*Dr. Raul Almeida da Paz***

CEB SEGURANÇA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.525.326/0001-00, com sede Rua José Ribeiro da Silva, nº 351, Quadra L, Lote 15, Térreo, Ipitanga, Lauro de Freitas - BA, CEP 42.706-640, por meio do seu Sócio Único: Sr. Carmelito Nascimento da Conceição, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº 349.050.145-49, detentor do RG nº 245142177-SSP/BA, residente e domiciliado em Salvador – BA, participe do **PREGÃO ELETRÔNICO DE Nº 90026/2024**, vem, respeitosamente, apresentar a sua

RESPOSTA AOS RECURSOS
ADMINISTRATIVOS

interpostos pelas empresas “**A.V.I. SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA.**” e “**ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA.**”, expondo e requerendo o que se segue:

Rua José Ribeiro da Silva, 351 – Quadra L, Terreo, Lauro de Freitas/BA.
CEP: 42.706-640 – Tel.: (71) 3289-5055
CNPJ: 15.525.326/0001-00



DA COTA DE CONTRATAÇÃO DE APRENDIZ:

1. As empresas “ALFORGE” e “A.V.I.” e alegaram que a seria ilegal o fato da “CEB SEGURANÇA” não cumprir a cota para aprendiz em seus quadros, e, por via de consequência, teria apresentado falsa declaração de cumprimento das exigências reserva de cargos.

2. Como será adiante demonstrado, as alegações supra não procedem. Senão vejamos:

3. O Art. 428 da CLT dispõe que o “Contrato de Aprendizagem” deverá ser firmado com pessoas maiores de 14 (quatorze) e menor de 24 (vinte e quatro) anos. Por seu turno, o Decreto Nº 9.579/2018 em seu Art. 53, I assim determina:

DECRETO Nº 9.579, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018
Art. 53. A contratação de aprendizes deverá atender, prioritariamente, aos adolescentes com idade entre quatorze e dezoito anos, exceto quando :
I - as atividades ocorrerem no interior do estabelecimento e sujeitarem os aprendizes à insalubridade ou à periculosidade sem que se possa elidir o risco ou realizá-las integralmente em ambiente simulado;

Rua José Ribeiro da Silva, 351 – Quadra L, Terreo, Lauro de Freitas/BA.

CEP: 42.706-640 – Tel.: (71) 3289-5055

CNPJ: 15.525.326/0001-00



4. Veja-se que a Lei Nº 7.102/93 e o Decreto nº 89.056/83 classificam o “Serviço de Vigilância” como atividade periculosa, isto uma vez que o Vigilante fica exposto a **roubos, assaltos e outras espécies de delitos violentos**. (observe-se que a Lei 14.967/2024 – que institui o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras - só entrou em vigor em 09/09/2024, quando o certame já estava sendo realizado).

5. Ainda, a Polícia Federal, por meio da Portaria Nº 3.233/2012 – DG/DPF (que regulamenta o “Serviço de Vigilância” e em vigor quando da realização do certame), impõe rigorosas exigências aos “Vigilantes”, tais como:

- ter idade mínima de 21 anos;
- ser aprovado em curso de formação técnica específica (Curso de Formação de Vigilante), em entidade autorizada, a fim de ser treinado, certificado e capacitado para operar em áreas de risco;
- ser treinado para utilizar arma de fogo;
- utilizar colete de proteção balística;
- etc.

Rua José Ribeiro da Silva, 351 – Quadra L, Terreo, Lauro de Freitas/BA.

CEP: 42.706-640 – Tel.: (71) 3289-5055

CNPJ: 15.525.326/0001-00



6. Na prática, não há como colocar um “aprendiz” junto a um vigilante, isto porque “aprendiz”

- estaria em uma área de risco;
- não teria a formação necessária para saber como se portar em caso de **roubos, assaltos e outras espécies de delitos violentos**;
- Não é treinado para utilizar arma de fogo;
- Estaria sem colete balístico.

7. Efetivamente **a atividade de vigilante é de alto risco, sendo absolutamente incompatível com a atuação de aprendiz.**

8. Perceba-se que, **caso o aprendiz se machuque, ou mesmo venha a falecer, em decorrência de exposição a situações de risco no local da prestação do serviço, o órgão público contratante seria responsabilizado de maneira subsidiária, por culpa *in vigilando*.**

9. Efetivamente, sendo a atividade de vigilância armada uma função de risco, a “CEB SEGURANÇA” agiu em conformidade com a Lei nº 7.102/83 e o Decreto nº



89.056/83 ao não alocar aprendizes em tais funções, o contrário seria, além de imprudente, ilegal, por contrariar as exigências da própria Polícia Federal.

10. A legislação específica para vigilância privada se sobrepõe à aplicação generalista das cotas de aprendizes, pois a prioridade, neste caso, é a segurança pública e a integridade dos profissionais e das pessoas envolvidas. A utilização de aprendizes em tais funções seria, além de imprudente, ilegal, por contrariar as exigências da própria Polícia Federal.

11. Para a “CEB SEGURANÇA”, a segurança da operação é prioridade, assim, não designa aprendizes para funções que envolvem o uso de armas de fogo e exposição a situações de risco.

12. Outrossim, urge ressaltar que o Art. 428 da CLT dispõe que o aprendiz deve estar inscrito em “programa de aprendizagem formação técnico-profissional metódica”, quais sejam, SENAI / SENAC / SENAR / SENAT / SESCOOP, etc.

13. Ocorre que o “Curso de Formação de Vigilante” só pode ser realizado em estabelecimento com funcionamento autorizado pela Polícia Federal, ou seja, não é possível fazer o “Curso de Formação de Vigilante” por meio de parcerias com quaisquer dos “Cursos Nacionais de aprendizagem” acima citados.

Rua José Ribeiro da Silva, 351 – Quadra L, Terreo, Lauro de Freitas/BA.

CEP: 42.706-640 – Tel.: (71) 3289-5055

CNPJ: 15.525.326/0001-00



14. Ainda, ante a impossibilidade de se contratar aprendiz para o “Serviço de Vigilância”, o Edital, especificamente em seu “ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO” - não impugnado pelas empresas Recorrentes – não trouxe a previsão de contratação de aprendiz.

15. Também não se diga que no escritório administrativo da “CEB SEGURANÇA” haveria a necessidade de contratação de menor aprendiz. Isto porque o Art. 429 da CLT determina que: *“Os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, **cuas funções demandem formação profissional**”*.

16. Ora, as funções executadas no escritório administrativo da “CEB SEGURANÇA” são: “Setor de Recurso Humanos”, “Setor Comercial” e “Setor Operacional”, funções estas que não demandam formação profissional, estando, desta forma, inclusas na exceção prevista do supracitado Art. 429 da CLT.

DA JURISPRUDÊNCIA TRAZIDA PELA RECORRENTE/A.V.I:

17. A Lei nº 7.347/1985 - Lei da Ação Civil Pública – em seu Art. 16 é clara ao determinar que **a Sentença fará coisa julgada *erga omnes*, nos limites da competência territorial do órgão prolator**.

Rua José Ribeiro da Silva, 351 – Quadra L, Terreo, Lauro de Freitas/BA.

CEP: 42.706-640 – Tel.: (71) 3289-5055

CNPJ: 15.525.326/0001-00



18. A Jurisprudência trazida pela Recorrente/A.V.I. se refere a um processo do município de “BOA VISTA – RORAIMA”.

19. O entendimento trazido na multicitada Jurisprudência trazida pela Recorrente/A.V.I. - de que os efeitos da coisa julgada nas ações coletivas **seguem o disposto no art. 103 do Código de Defesa do Consumidor** - e, assim, não restringiriam a abrangência da condenação proferida em sede de ação civil pública aos limites da competência territorial do órgão prolator da decisão, se caracteriza como **decisão teratológica** porque eivada de flagrante ilegalidade.

20. Da simples leitura do “Código de Defesa do Consumidor” veremos que a citada interpretação para se ampliar a abrangência da Sentença a fim de que esta faça coisa julgada *erga omnes*, sem limites de competência territorial do órgão prolator **se refere única e exclusivamente às Ação Coletivas de que trata o “Código de Defesa do Consumidor”**. Assim:

CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990
Art. 103. Nas ações coletivas de que trata este código , a sentença fará coisa julgada: I - erga omnes, ...



21. Sem sombra de dúvidas, não há qualquer respaldo legal que obrigue este órgão a seguir a multicitada Jurisprudência trazida pela Recorrente/A.V.I.

DA “DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS RESERVA DE CARGOS PREVISTA EM LEI PARA APRENDIZ”:

22. Quanto a “Declaração de cumprimento das exigências reserva de cargos prevista em lei para aprendiz”, temos que o Edital, em seu Item 12.1, “e”, exige esta somente “**quando cabível**”, o que já – como já exhaustivamente demonstrado - não o é nos casos de contratação de “Serviço de Vigilância”.

12.1, e) Declaração de cumprimento das exigências reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como reserva de cargos previstas em outras normas específicas, **quando cabíveis**.

DA AUSÊNCIA CÁLCULOS DAS HORAS EXTRAS COTADAS PELA CEB:

23. Alegou a Recorrente que a “CEB SEGURANÇA”, em sua Proposta de Preços, copiou integralmente os valores das horas extras constantes do Edital, “*sem apresentar os cálculos detalhados com base em suas próprias obrigações trabalhistas e percentuais*”, o que evidenciaria uma “inconformidade grave”.

Rua José Ribeiro da Silva, 351 – Quadra L, Terreo, Lauro de Freitas/BA.

CEP: 42.706-640 – Tel.: (71) 3289-5055

CNPJ: 15.525.326/0001-00



24. Veja-se que o Ato Convocatório assim dispõe:

SEÇÃO X
DA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS E
DO ENVIO DA PROPOSTA FINAL

10.1. - O Pregoeiro, na fase de julgamento prevista na Seção XI deste Edital, solicitará à licitante que ofertou o menor preço, o encaminhamento, exclusivamente por meio eletrônico, pela opção do Sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, arquivo, contendo:

...

b) a(s) **planilha(s) de custos e formação de preços** do(s) posto(s) de trabalho envolvido(s) na contratação, **conforme modelo constante do Anexo III deste Edital**, adequada(s) ao último lance ofertado após a negociação prevista na Seção IX deste Edital bem como os documentos previstos na Condição 10.6 deste Edital.

25. Por seu turno, **o modelo constante do Anexo III deste Edital, não exige detalhamento de valores.**

26. A “CEB SEGURANÇA” apresentou a sua “Planilha de Custos e Formação de Preços” seguido na íntegra o ANEXO III – que, vale repetir, não exige detalhamento de valores - e, ainda, respeitando o “VALOR MÁXIMO” permitido

Rua José Ribeiro da Silva, 351 – Quadra L, Terreo, Lauro de Freitas/BA.

CEP: 42.706-640 – Tel.: (71) 3289-5055

CNPJ: 15.525.326/0001-00



pelo Edital à fl. 65 (Anexo II - Orçamento Estimativo/Valor(es) Máximo(s) Admitido(s) para Contratação), qual seja, R\$ 14.405,10 para Horas Extra / Capital e R\$ 52.741,93 para Horas extra / Interior.

27. Ante o quanto acima exposto, dúvida não há de que as “Hora Extras” foram cotadas de acordo com as exigências editalícias.

DA AUSÊNCIA DE COMPOSIÇÃO DOS VALORES DOS UNIFORMES, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS POR ITEM COTADO:

28. Argumentou a Recorrente que a “CEB SEGURANÇA”, em sua Proposta de Preços, não teria apresentado a composição detalhada dos valores de “UNIFORMES, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS” por item cotado.

29. Mais uma vez, temos que a “CEB SEGURANÇA” apresentou a sua “Planilha de Custos e Formação de Preços” seguido na íntegra o ANEXO III, que não exige detalhamento de valores para composição do preço dos “UNIFORMES, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS”.

30. Outrossim, importante ressaltar que os preços cotados pela “CEB SEGURANÇA” para “UNIFORMES, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS” foi inferior ao “VALOR



MÁXIMO permitido pelo Edital em seu Anexo II, e, ainda, apresentou valores globais compatíveis com o mercado.

31. Por fim, salientamos ainda que não pode haver “*diferença constante face a supressão da aludida verba trabalhista*” como alegado pela Recorrente/A.V.I., uma vez que o item “UNIFORMES, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS” não compõem verba trabalhista.

32. Também não há que se falar em “*proposta de preços malfeita e baseada em custos FALSOS, que não incluem custos em que fatalmente a empresa recorrida incorrerá*”.

33. Ainda, gravíssima a infundada acusação que está sendo feita pela Recorrente/A.V.I. - inclusive contra a própria comissão de licitação - quando cita que a Administração está favorecendo a empresa que detém maior poder econômico dentro do mercado.

34. Efetivamente, **as levianas acusações da Recorrente/A.V.I. refletem uma desesperada tentativa da empresa que hoje presta o serviço licitado de manter-se nele, a fim de não pagar as devidas Rescisões Trabalhistas.**

**DA SUPOSTA ILEGALIDADE do
BALANÇO PATRIMONIAL
APRESENTADO PELA “CEB
SEGURANÇA”:**

Rua José Ribeiro da Silva, 351 – Quadra L, Terreo, Lauro de Freitas/BA.

CEP: 42.706-640 – Tel.: (71) 3289-5055

CNPJ: 15.525.326/0001-00



	1 - BALANÇO 2022 CEB SEGURAN...
	Balanço 2023 CEB AUTENTICADO
	CEB SEGURANÇA LTDA - ECF 2022 ...
	CEB SEGURANÇA LTDA - ECF 2023
	CEB_RECIBO-DE-TRANSMISSAO_E...
	CND Falencia
	CRC CONTADOR LUCAS
	D.R.E 1º Trim. 2023 - CEB
	D.R.E 2º Trim. 2023 - CEB
	D.R.E 3º Trim. 2023 - CEB
	D.R.E 4º Trim. 2023 - CEB
	FAP CEB BA 2024-1

DA INCLUSÃO DO VALOR REFERENTE A APRENDIZ NA PROPOSTA DE PREÇOS:

37. A Recorrente/A.V.I. argumentou a respeito do “*fato de a CEB ter incluído, em sua planilha de custos, o valor referente ao cumprimento da cota de jovem aprendiz, ao mesmo tempo em que declarou que não cumpre essa obrigação por entender que não seria necessária em seu caso*”, o que configuraria “ENRIQUECIMENTO ILÍCITO”.

38. Ora, não há o que se falar em “ENRIQUECIMENTO ILÍCITO”, uma vez que o valor referente a aprendiz equivale a ínfimos 0,014% do montante total da Proposta de Preços ofertada pela “CEB SEGURANÇA”.

Rua José Ribeiro da Silva, 351 – Quadra L, Terreo, Lauro de Freitas/BA.
CEP: 42.706-640 – Tel.: (71) 3289-5055
CNPJ: 15.525.326/0001-00



39. Outrossim, vale ressaltar que a “CEB SEGURANÇA” segue o Edital na sua íntegra, e, a “Planilha de Custos e Formação de Preços” constante do ANEXO III – que, de acordo com o item 10.1 do Ato Convocatório, deve ser seguida pelos licitantes como modelo - exigia como lançamento obrigatório o valor de 84,00 para “aprendiz”.

40. Por fim, a inclusão dos valores concernentes a aprendiz na “Planilha de Preços” se caracteriza como uma medida preventiva, levando em consideração possíveis ajustes futuros nas exigências do contrato.

41. De fato, ao cotar o item aprendiz, a “CEB SEGURANÇA” manifesta um comportamento prudente a fim de evitar a necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, caso novas diretrizes sejam implementadas ao longo da sua execução.

DO PEDIDO:

42. Ante tudo o quanto acima exposto, dúvidas não há de que não deve a Administração desclassificar a Recorrida – que foi a empresa a, cumprindo absolutamente todas as regras editalícias, ofertar o menor preço ao Erário - ante alegações levianas de uma empresa que visa manter-se no contrato para evitar o pagamento de altos valores referentes às rescisões trabalhistas.

Rua José Ribeiro da Silva, 351 – Quadra L, Terreo, Lauro de Freitas/BA.

CEP: 42.706-640 – Tel.: (71) 3289-5055

CNPJ: 15.525.326/0001-00



43. Assim, roga-se a este douto Pregoeiro do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia – TRE/BA que julgue IMPROCEDENTES os pedidos dos “Recursos Administrativos” interpostos pelas empresas “A.V.I. SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA.” e “ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA.”, mantendo a CLASSIFICAÇÃO da “CEB SEGURANÇA LTDA.” no “PREGÃO ELETRÔNICO DE Nº 90026/2024”, por ter sido a empresa a ofertar o menor preço ao erário.

Termos em que,
Pede deferimento.

Salvador, 24 de outubro de 2024.

CEB SEGURANÇA LTDA.
- Carmelito Nascimento da Conceição -
- Sócio Único -

Rua José Ribeiro da Silva, 351 – Quadra L, Terreo, Lauro de Freitas/BA.
CEP: 42.706-640 – Tel.: (71) 3289-5055
CNPJ: 15.525.326/0001-00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO - PRE/DG/SGA/NUP

I - RELATÓRIO:

Trata-se de recursos administrativos (documentos 3105160 e 3105171), interpostos tempestivamente pelas empresas ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA e A.V.I. SERVICOS DE SEGURANCA LTDA , contra a decisão do Pregoeiro que declarou vencedora a empresa CEB SEGURANCA LTDA.

A recorrente ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA alega em sua peça recursal que a CEB SEGURANÇA emitiu declaração falsa ao afirmar cumprir a cota de aprendizagem no campo próprio para sua habilitação, quando, na verdade, não estava realizando a contratação de aprendizes em conformidade com a legislação.

Em suas contrarrazões (doc. 3105168), em síntese, a CEB SEGURANCA LTDA alega que a atividade de vigilante é de alto risco, sendo incompatível com a atuação de aprendiz.

J á A.V.I. SERVICOS DE SEGURANCA LTDA, ao apresentar suas razões fez as seguintes alegações:

- a) que a CEB SEGURANCA LTDA emitiu declaração falsa ao afirmar cumprir a cota de aprendizagem no campo próprio para sua habilitação, quando, na verdade, não estava realizando a contratação de aprendizes em conformidade com a legislação;
- b) alega ainda que a CEB copiou integralmente os valores das horas extras do edital, sem apresentar os cálculos detalhados com base em suas próprias obrigações trabalhistas e percentuais, o que evidencia uma inconformidade grave;
- c) que a CEB não apresentou a composição detalhada dos valores referentes ao uniforme, materiais e equipamentos na sua planilha de preços;
- d) questiona o fato da empresa habilitada ter incluído, em sua planilha de custos, o valor referente ao cumprimento da cota de jovem aprendiz, ao mesmo tempo em que declarou que não cumpre essa obrigação por entender que não seria necessária em seu caso;
- e) argumenta, por fim, que a primeira colocada apresentou um Balanço Patrimonial autenticado pela Junta Comercial do Estado da Bahia (JUCEB), sem observar a exigência de apresentação do documento no formato digital por meio do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), conforme estabelecido no edital.

Contrarrazoando a A.V.I. SERVICOS, a recorrida, através do documento 3105172,

apresentou os seguintes argumentos:

- a) sobre a contratação de jovem aprendiz, alega que a atividade de vigilante é de alto risco, sendo absolutamente incompatível com a atuação de aprendiz;
- b) com relação aos valores das horas, informa que utilizou o modelo constante no ANEXO III do edital, respeitando o valor máximo permitido para a contratação;
- c) sobre o valor orçado para a rubrica “uniforme”, alega que o preço apresentado é compatível com os praticados no mercado para o item;
- d) no tocante ao fato de ter incluído na planilha de custos o valor referente ao cumprimento da cota de jovem aprendiz, esclarece que a providência foi tomada como uma medida preventiva, levando em consideração possíveis ajustes futuros nas exigências do contrato;
- e) Acerca do balanço patrimonial, esclarece que apresentou os balanços registrados pela JUCEB e, também, os registrados no SPED, bem como recibo de transmissão.

II - ANÁLISE DOS ITENS APRESENTADOS NOS RECURSOS

a) Declaração falsa da CEB ao afirmar cumprir a cota de aprendizagem no campo próprio para sua habilitação, quando, na verdade, não estava realizando a contratação de aprendizes em conformidade com a legislação:

Sobre o tema, esclarecemos que a nova Lei de licitações e Contratos (Lei 14.133/2021) inovou ao estabelecer, no art. 63, inciso IV, que durante a fase de habilitação será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, prevista em lei e em outras normas específicas. Já no art. 116, a nova lei disciplina que, ao longo de toda a execução do contrato, o contratado deverá cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas. Vale destacar que para participar do certame, as licitantes precisam assinalar de forma obrigatória no sistema Compras.Gov do Portal de Compras do Governo Federal, que cumprem os requisitos citados, não podendo a licitante escolher de forma isolada qual delas firmar, à exceção apenas das declarações relativas a microempresas ou empresas de pequeno porte. Assim, todas as demais declarações do sistema são assinaladas conjuntamente, do contrário a licitante não consegue cadastrar sua proposta.

Todavia, em que pese o nobre propósito de inserir nas compras públicas políticas para fomento social, a inovação das exigências de cotas vem trazendo, neste momento inicial da vigência da lei, dúvidas que demandam soluções ainda não amadurecidas e consolidadas pela jurisprudência e doutrina, gerando insegurança jurídica. Desse modo, por exemplo, pode haver questões de mercado nos quais as empresas, embora envidem esforços não conseguem preencher as vagas, principalmente em certas atividades, como serviços de segurança e vigilância, como

no caso de contratação de aprendizes, podendo existir, em cada situação concreta, fatos justificáveis para o não preenchimento de todas as vagas da cota, como se observa em decisões da justiça do trabalho. Diante de tais situações, como afastar a proposta mais vantajosa para Administração sem infringir a Constituição Federal e os princípios administrativos, ao não se fazer uma interpretação sistêmica e teleológica da norma?

Não há, portanto, salvo melhor análise, como prosperar a tese de declaração falsa, não só por questões operacionais do sistema, mas pela celeuma em torno do tema em debate, já aventada em artigos doutrinários sobre licitação e em ações da justiça do trabalho.

Recentemente a Administração enfrentou situação similar em outro certame (processo SEI n.º 0020872-45.2023.6.05.8000, Pregão Eletrônico 90019/2024), no qual se manteve a habilitação da empresa recorrida. Em parecer jurídico, chegou-se à seguinte conclusão:

Assim, tendo em vista, primordialmente, que o documento colacionado pela Requerente não demonstra, necessariamente, a atual situação da Recorrida, entendemos que não pode ser considerado como substrato para o desfazimento da habilitação, nos moldes vindicados. Ademais, ainda que se admita que a certidão reflita quadro atual, não se pode deixar de ter em conta a realidade fática, inclusive abraçada pela Justiça Trabalhista, de modo a mitigar os riscos de restringir a ampla competitividade ao afastar do procedimento empresa idônea, que ofertou o menor preço e, ademais, não se escusou de cumprir a lei, deixando de atendê-la em virtude de dificuldades na seleção profissionais com deficiência ou reabilitados da Previdência Social, conforme parece demonstrar a flexibilização abraçada pela Justiça Especializada do Trabalho.

No referido processo, no qual se manteve a habilitação da empresa declarante, foram trazidos excertos de decisões do Tribunal Superior do Trabalho sobre o tema em debate:

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. VAGAS DESTINADAS A PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA. PREENCHIMENTO. ART. 93 DA LEI 8.213/91. MULTA. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL COLETIVO. ABSOLVIÇÃO 2.1. Conquanto seja ônus da empregadora cumprir a exigência prevista no art. 93 da Lei 8.213/91, ela não pode ser responsabilizada pelo insucesso, quando comprovado que desenvolveu esforços para preencher a cota mínima, sendo indevida a multa, bem como a condenação no pagamento de indenização por dano moral coletivo. 2.2. A empresa com 100 ou mais empregados deverá preencher de 2% a 5% de seus cargos com "beneficiários reabilitados" ou com pessoas portadoras de deficiência. Entretanto, "in casu", é

descabida a condenação ao pagamento de multa e indenização por dano moral coletivo em face do não cumprimento da exigência prevista no art. 93 da Lei 8.213/91, uma vez que ficou comprovado que a empresa empreendeu esforços a fim de preencher o percentual legal de vagas. Recurso de Embargos de que se conhece e a que se dá provimento para totalmente improcedente os pedidos formulados na Ação Civil Pública. (ED-E-ED-RR-658200-89.2009.5.09.0670, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Joao Batista Brito Pereira, DEJT 19/12/2016).

AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. DANO EXTRAPATRIMONIAL COLETIVO. INOBSERVÂNCIA DE CONTRATAÇÃO MÍNIMA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E REABILITADAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. ART. 93 DA LEI Nº 8.213/1991. INEXISTÊNCIA DE CONDUTA ILÍCITA. SÚMULA Nº 126 DO TST. ART. 896, § 7º, DA CLT. SÚMULA Nº 333 DO TST. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que inexistente direito à indenização por dano extrapatrimonial coletivo, quando a empregadora, sem sucesso, empreende esforços para preencher a cota mínima de vagas destinadas a trabalhadores com deficiência e reabilitados da Previdência Social, prevista no art. 93 da Lei nº 8.213/1991, como no presente caso, por ausência de conduta ilícita, pressuposto da responsabilidade civil. Precedentes. Agravo a que se nega provimento. (Processo: Ag-AIRR - 11234-05.2015.5.15.0068 Data de Julgamento: 30/03/2022, Relator Ministro: Amaury Rodrigues Pinto Junior, 1ª Turma, Data de Publicação: DEJT 01/04/2022).

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. LEI Nº 13.015/2014. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. TUTELA INIBITÓRIA. OBRIGAÇÃO DE FAZER. CONTRATAÇÃO DE PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS E REABILITADOS. NÃO PREENCHIMENTO INTEGRAL DA COTA. Nos termos da jurisprudência desta Corte, não é cabível a condenação da reclamada pelo não preenchimento das vagas destinadas por lei aos portadores de deficiência ou reabilitados quando a empresa empreendeu todos os esforços possíveis para a ocupação das cotas legais, deixando de contratar a cota mínima por motivos alheios à sua vontade. Na hipótese, o Tribunal Regional manteve a sentença que absolvera a reclamada da obrigação de fazer, consistente no preenchimento de vagas de postos de trabalho para deficientes, ao fundamento de que a reclamada envidou esforços no sentido de divulgação de vagas e contratação de pessoas portadoras de necessidades especiais, sem, contudo, obter sucesso no preenchimento da cota mínima legal exigida pelo art. 93

da Lei 8.213/1991, em face da insuficiência de candidatos, acrescentando que não se evidencia conduta recalcitrante ou deliberada da empresa no sentido de furtar-se ao cumprimento da norma legal. Conclusão fática diversa somente seria possível mediante o revolvimento do conteúdo fático-probatório produzido nos autos, procedimento vedado nesta fase processual, diante do óbice da Súmula 126/TST. Agravo de instrumento a que se nega provimento. (Processo: ARR - 1588-24.2015.5.09.0654 Data de Julgamento: 14/09/2022, Relatora Ministra: Maria Helena Mallmann, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 16/09/2022).

b) Valores das horas extras informados na planilha de preços:

Sobre item, informamos que para apresentação da sua proposta a licitante habilitada utilizou o modelo de planilha de custos e formação disponibilizada do anexo III o Edital. Na oportunidade, verificamos que os valores mínimos referentes aos salários, bem como às horas extraordinárias foram observados, não devendo prosperar as alegações da recorrente com relação ao tema.

c) Detalhamento dos valores referentes ao uniforme, materiais e equipamentos na sua planilha de preços:

A planilha de preços já representa o detalhamento pormenorizado da proposta. Sobre ela, o edital, em item 10.9. estabelece:

10.9. Eventuais erros no preenchimento da(s) planilha(s) não são motivo para a desclassificação da proposta, quando houver a possibilidade de ser ajustada sem a necessidade de acréscimo do preço ofertado, e desde que se comprove que este é suficiente para arcar com todos os custos da contratação.

A condição 11.4., por sua vez, preceitua:

11.4. É indício de inexecuibilidade da proposta valor inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

A despesa total com a execução do objeto da licitação foi estimada em R\$ 15.196.851,41 e a CEB SEGURANÇA obteve a primeira colocação com uma oferta de R\$ 14.349.331,44 (94,42% do valor máximo estimado).

Em suas contrarrazões a CEB informou que o valor orçado para a rubrica “uniforme” é compatível com os praticados no mercado para o item.

Também aqui não verificamos motivo para a recusa da proposta mais vantajosa.

d) Inclusão do valor referente ao cumprimento da cota de jovem aprendiz na planilha de preços mesmo não cumprindo a obrigação:

Sobre o item, entendemos que o fato da licitante não possuir atualmente no seu quadro de funcionários jovens aprendizes não impede que ela passe a adotar tal prática na contratação futura, devendo a fiscalização, no curso da prestação do serviço, realizar a referida verificação e efetuar a glosa do valor correspondente, no caso do não cumprimento.

e) Apresentação do Balanço Patrimonial autenticado pela Junta Comercial do Estado da Bahia (JUCEB), sem observar a exigência de apresentação do documento no formato digital por meio do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED):

Conforme se verifica no documento nº 3077149, páginas 41- 1224, foram apresentados balanços registrados pela JUCEB, bem como os registrados no SPED, com o respectivo recibo de transmissão, não devendo prosperar a alegação.

III - CONCLUSÃO

Ante o exposto, entendemos que os recursos não merecem provimento, uma vez que nenhuma das questões levantadas enseja a desclassificação da empresa vencedora.

É o recurso, que ora submetemos à análise do Senhor Diretor-Geral deste Regional.

De ordem, à Assessoria Especial do Diretor-Geral.

Salvador, em 07 de novembro de 2024.

Raul Almeida da Paz
Pregoeiro



Documento assinado eletronicamente por **Raul Almeida da Paz, Chefe de Seção**, em 07/11/2024, às 19:15, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **3114247** e o código CRC **10B3F74C**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PROCESSO : 0018116-97.2022.6.05.8000
ASSESSORIA DE INTELIGÊNCIA E SEGURANÇA INSTITUCIONAL DATA FIM DE VIGÊNCIA 19/09/2024
ASSISTÊNCIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DATA FIM DE VIGÊNCIA 25/04/2024
INTERESSADO : SEÇÃO DE LICITAÇÕES
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
ASSESSORIA ESPECIAL DA DIRETORIA-GERAL
SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA
ASSUNTO : Pregão Eletrônico nº 90026/2024 - Recursos

PARECER nº 654 / 2024 - PRE/DG/ASJUR1

1. Chegam os autos a esta Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos para análise de recursos interpostos pela ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA. e pela A.V.I SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA. contra a decisão do Agente de Contratação que habilitou a CEB SEGURANÇA LTDA. como vencedora no certame realizado para contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de vigilância nas dependências da Justiça Eleitoral no Estado da Bahia – que compreenderá, além da mão de obra, o fornecimento de todos os insumos de mão de obra (uniformes, EPIS e equipamentos) necessários à execução dos serviços (Pregão Eletrônico nº 90026/2024 – doc. n.º 3013037).

2. Em suas razões, apresentadas no documento n.º 3105160, a ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA. argumenta que a empresa habilitada não atende os requisitos impostos pelo instrumento convocatório, especialmente a condição 12.1.1, vez que não cumpriria a cota de jovem aprendiz.

2.1. Aduz que, nada obstante a recorrida tenha assinado declaração em campo próprio no sistema eletrônico, afirmando, sob as penas da lei, que cumpre a reserva de cargos para aprendizes, após consulta feita na *webpage* do Ministério do Trabalho, em 16.10.2024, constatou-se que a CEB SEGURANÇA LTDA. não satisfaz as condições nos moldes que afirma.

2.2. Assevera que o argumento da recorrida segundo o qual não pode ser cobrado o cumprimento da reserva de cargos para empresas de vigilância não deve prosperar e que a Convenção Coletiva da categoria dispõe que as empresas, respeitadas as restrições profissionais, os aspectos de segurança e integridade do trabalhador e as disponibilidades do mercado de trabalho, devem cumprir a lei e realizar a contratação de jovem aprendiz.

2.3. Por fim, após ressaltar o dever da Administração de cumprir as normas e condições do edital, classifica como gravosa a conduta da empresa recorrida, que teria apresentado documento com conteúdo sabidamente falso, numa tentativa de ludibriar Administração Pública e prejudicar seus concorrentes, defendendo, além da reforma da decisão que habilitou a CEB SEGURANÇA LTDA., a instauração do competente procedimento de apuração com vistas à aplicação de penalidade.

3. A A.V.I SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA., no documento n.º 3105171, requer a desclassificação da CEB SEGURANÇA LTDA., de igual modo, pela inobservância das normas relativas à contratação de aprendizes, previstas no Decreto nº 9.579/2018.

3.1. Ademais, afirma que a decisão que habilitou a CEB SEGURANÇA LTDA. não foi fundamentada em dispositivo legal, uma vez que o cumprimento das obrigações relacionadas à reserva de cargos para aprendizes é requisito imposto normativamente, destacando entendimento do Tribunal Superior do Trabalho nesse sentido.

3.1.1. Alerta acerca de responsabilidade solidária ou subsidiária deste Regional, reproduzindo a disposição do art. 121, § 2º, da Lei n.º 14.133/2021, e sustenta que devem ser adotadas as medidas cabíveis para a declaração de inidoneidade da CEB SEGURANÇA LTDA, haja vista ter prestado declaração falsa.

3.2. Aponta, no tocante à composição das horas extras, que foram integralmente copiados pela recorrida os valores do edital, sem que tenham sido apresentados cálculos detalhados com base em suas próprias obrigações trabalhistas e percentuais, pontuando que, sendo adotada pela empresa Convenção Coletiva de Trabalho diversa daquela observada na composição de preços elaborada pela Administração, os valores das horas extras deveriam ser menores, registrando, ainda, que não foi evidenciada a composição detalhada dos valores de uniformes, materiais e equipamentos por item cotado, circunstância que, segundo entende, comprometeria a análise da exequibilidade de sua proposta.

3.3. Informa que a empresa recorrida incluiu em sua planilha de custos o valor referente ao cumprimento da cota de jovem aprendiz, nada obstante não cumpra a referida obrigação, o que pode configurar, em tese, enriquecimento ilícito e recordou que o Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado da Bahia (SINDESP/BA) ajuizou uma ação judicial questionando a ausência da cláusula de contratação de jovens aprendizes no Edital, tendo sido liminarmente determinada a sua inclusão.

3.4. Acerca da documentação de qualificação econômico-financeira apresentada pela CEB SEGURANÇA LTDA., afirma que o Balanço Patrimonial foi entregue autenticado pela Junta Comercial do Estado da Bahia (JUCEB), sem observar a exigência de apresentação do documento no formato digital por meio do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), ao qual estaria sujeita, conforme estabelecido no tópico 12.1.5.b.1.2 do edital.

3.5. Conclui requerendo a desclassificação da requerida do certame e a adoção das medidas cabíveis para a declaração de inidoneidade da referida empresa.

4. Em suas contrarrazões (docs. n.ºs 3105168 e 3105172), a CEB SEGURANÇA LTDA., em apertada síntese, alega que o Contrato de Aprendizagem, firmado com pessoas maiores de 14 (catorze) e menores de 24 (vinte e quatro) anos, previsto no art. 53, I, do Decreto n.º 9.579/2018 é absolutamente incompatível com a atividade de vigilante, haja vista o alto risco, e anota que a legislação específica para vigilância privada se sobrepõe à aplicação generalista das cotas de aprendizes, pois a prioridade, neste caso, é a segurança pública e a integridade dos profissionais e das pessoas envolvidas.

4.1. Afirma que o instrumento convocatório não traz a previsão de contratação de aprendiz e que a exigência insculpida na condição 12.1, "e", ressalva os casos em que há impossibilidade de cumprimento de reserva de cargos.

4.2. Quanto ao argumento segundo o qual não foram trazidos cálculos detalhados da composição das horas extras e valores de uniformes, materiais e equipamentos, esclarece a sua Planilha de Custos e Formação de Preços segue o modelo fornecido pela Administração, que não exige tal detalhamento.

4.3. Igualmente enfrentada a alegação de enriquecimento ilícito pela inclusão, em sua PCFP, do valor referente ao cumprimento da cota de jovem aprendiz, nada obstante não cumpra a referida obrigação, aduzindo que a medida foi adotada exclusivamente porque o edital exigia tal lançamento e, ainda, que o valor, considerado irrisório, foi incluído como "medida preventiva", considerando a possibilidade de alterações nas exigências contratuais.

4.4. Afirma ainda que o Balanço Patrimonial foi também registrado no Sistema Público de Escrituração Digital, anexando *print*.

4.5. Ao final, requereu que os recursos administrativos atravessados sejam considerados improcedentes, mantendo-se a sua classificação.

5. O Pregoeiro, em sua manifestação, carreada no documento n.º 3114247, atestou que a licitante habilitada utilizou o modelo de PCFP disponibilizada no Anexo III do Edital, respeitando os valores mínimos referentes aos salários e horas extraordinárias. Cumpre-nos, também, recordar que, respeitados os parâmetros de preço estabelecidos no instrumento convocatório, eventuais equívocos no preenchimento da planilha não devem acarretar, de plano, a desclassificação da proposta, podendo ser oportunizada a sua correção, desde que mantido o valor originalmente ofertado. Ademais, convém pontuar que a futura contratada estará obrigada ao cumprimento das normas trabalhistas e que os custos previstos e não comprovados oportunamente serão objeto de glosa durante a execução do ajuste.

5.1. Anota-se, por oportuno, que a rubrica referente ao jovem aprendiz foi inserida na PCFP da Administração por força de determinação judicial liminar, em sentido diverso ao racional defendido por esta ASJUR1 que, na mesma linha esposada no Parecer n.º 00130/2024/PF-IFRN/PFIFRIO GRANDE DO NORTE/PGF/AGU, entende que tal custo não deve ser repassado para a Administração Pública, devendo ficar a cargo das empresas do ramo.

5.2. Foi atestada pelo Pregoeiro a adequação dos valores propostos pela CEB SEGURANÇA LTDA. para uniforme, materiais e equipamentos, bem como o necessário registro do Balanço Patrimonial da empresa no SPED, nos moldes exigidos no instrumento convocatório.

5.3. Assim, restam afastados os argumentos apresentados pela A.V.I SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA, referidos nos itens 3.2, 3.3. e 3.4 deste opinativo, em consonância com as justificativas apresentadas no documento n.º 3114247.

5.4. Todavia, para enfrentamento da questão em torno do descumprimento da cota reservada de cargos para aprendizes, o Pregoeiro argui que *"a inovação das exigências de cotas vem trazendo, neste momento inicial da vigência da lei, dúvidas que demandam soluções ainda não amadurecidas e consolidadas pela jurisprudência e doutrina, gerando insegurança jurídica"*, trazendo a baila argumentos lançados por esta ASJUR1 quando do exame de processo de contratação diverso.

5.4.1. Ocorre que toda a jurisprudência colacionada, importada daqueles fólios, trata, especificamente, de situações afetas às adversidades observadas para admissão de pessoa com deficiência e reabilitados da Previdência Social, realidade fática que vem sendo registrada pelo órgãos competentes, haja vista a dificuldade de prospecção de tais profissionais, de acordo com a área de atuação das empresa. Com efeito, no caso dos autos referidos pelo Pregoeiro, a empresa não se escusou de cumprir a lei, mas, em sentido diverso, apontou os embaraços enfrentados para o seu atendimento, arguindo ainda que o seu número de funcionários gerais sofre constante variação, pelo que a respectiva certidão não refletia, necessariamente, a realidade no dia do certame (vale anotar que o ajuste pretendido por este Regional naquele caso, voltado à realização das eleições, pela sua natureza e breve duração dos serviços, admitia a contratação de mão de obra temporária, por exemplo).

5.4.2. O caso em tela, salvo melhor juízo, não se amolda aos mesmos argumentos. A recorrida refuta a obrigatoriedade de contratação de jovens aprendizes no seu ramo de atuação, quando a norma não faz esta ressalva, exceto para menores de 21 (vinte um anos) anos. Anote-se que, à vista da ampliação da faixa etária do público da aprendizagem até os 24 (vinte e quatro) anos, foi superado o impeditivo legal que dificultava a implementação da cota pelas empresas, não havendo, no nosso sentir, plausibilidade jurídica nos argumentos trazidos pela CEB SEGURANÇA LTDA. para não atender a exigência legal.

5.4.3. Assim, tendo sido cabalmente admitido o descumprimento da obrigação legal pela licitante, conforme também evidenciado em Certidão da Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, a despeito de ter sido declarado o atendimento da respectiva condição, impõe-se a sua desclassificação pelo Pregoeiro e respectivos consectários legais.

É o parecer, salvo melhor juízo.



Documento assinado eletronicamente por **Cláudia Nascimento Costa, Assessor Substituto**, em 12/11/2024, às 15:48, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trbajus.br/autenticar> informando o código verificador **3120494** e o código CRC **C073424C**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PROCESSO : 0018116-97.2022.6.05.8000
ASSESSORIA DE INTELIGÊNCIA E SEGURANÇA INSTITUCIONAL DATA FIM DE VIGÊNCIA 19/09/2024
ASSISTÊNCIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DATA FIM DE VIGÊNCIA 25/04/2024
INTERESSADO : SEÇÃO DE LICITAÇÕES
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
ASSESSORIA ESPECIAL DA DIRETORIA-GERAL
SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA
ASSUNTO :

DECISÃO nº 3123998 / 2024 - PRE/DG/ASSED

1. Tramitam os autos para apreciação de recursos interpostos pelas empresas ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA. e A.V.I SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA. contra a decisão do pregoeiro que habilitou a empresa CEB SEGURANÇA LTDA. como vencedora do Pregão Eletrônico n.º 90026/2024, documentos n.ºs 3105160 e 3105171.
2. A licitante ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA. argumentou que a empresa CEB SEGURANÇA LTDA. não cumpre o requisito de reserva de cota mínima de cargos aprendiz, que declara cumprir, e que, portanto, emitiu declaração falsa. Anexou à petição *print* de certidão, documento n.º 3105160, p. 2.
3. Do mesmo modo ao quanto acima alegado, a empresa A.V.I SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA. defendeu a inobservância pela CEB SEGURANÇA LTDA. das normas relativas à contratação de aprendizes, encartando, para tanto, certidão acostada às fls. 17 e 18 do documento n.º 3105171, expedida pela Secretaria de Inspeção de Trabalho e Ministério do Trabalho e Emprego, certificando que a empresa CEB SEGURANÇA LTDA *"...empregava, em 18/10/2024, aprendizes em número INFERIOR ao percentual mínimo previsto no art. 429, caput, da CLT."* Também questionou outras ilicitudes, relativamente à Planilha de Custos e Formação de Preços (PCFP) apresentada, assim como sobre a ausência de registro do Balanço Patrimonial no Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).
4. As contrarrazões foram apresentadas pela recorrida em documentos n.ºs 3105168 e 3105172, em que defendeu, principalmente, o afastamento da obrigatoriedade de contratação de jovens aprendizes, sob alegação de incompatibilidade da exigência com sua área de negócio. Também defendeu as demais alegações apresentadas. Conforme trecho das contrarrazões encartadas em documento n.º 3105172, de teor semelhante àquela em documento n.º 3105168, a empresa CEB SEGURANÇA LTDA afirmou:

(...)

11. Para a “CEB SEGURANÇA”, a segurança da operação é prioridade, **assim, não designa aprendizes para funções que envolvem o uso de armas de fogo e exposição a situações de risco.**

12. Outrossim, urge ressaltar que o Art. 428 da CLT dispõe que o aprendiz deve estar inscrito em “programa de aprendizagem formação técnico-profissional metódica”, quais sejam, SENAI / SENAC / SENAR / SENAT SESCOOP, etc.

13. Ocorre que o “Curso de Formação de Vigilante” só pode ser realizado em estabelecimento com funcionamento autorizado pela Polícia Federal, ou seja, não é possível fazer o “Curso de Formação de Vigilante” por meio de parcerias com quaisquer dos “Cursos Nacionais de aprendizagem” acima citados.

14. Ainda, ante a impossibilidade de se contratar aprendiz para o “Serviço de Vigilância”, o Edital, especificamente em seu “ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO” - não impugnado pelas empresas Recorrentes - não trouxe a previsão de contratação de aprendiz.

15. Também não se diga que no escritório administrativo da “CEB SEGURANÇA” haveria a necessidade de contratação de menor aprendiz. Isto porque o Art. 429 da CLT determina que: “Os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional”.

16. Ora, as funções executadas no escritório administrativo da “CEB SEGURANÇA” são: “Setor de Recurso Humanos”, “Setor Comercial” e “Setor Operacional”, funções estas que não demandam formação profissional, estando, desta forma, inclusas na exceção prevista do supracitado Art. 429 da CLT.

DA JURISPRUDÊNCIA TRAZIDA PELA RECORRENTE/A.V.I:

17. A Lei no 7.347/1985 - Lei da Ação Civil Pública - em seu Art. 16 é clara ao determinar que a Sentença fará coisa julgada erga omnes, nos limites da competência territorial do órgão prolator.

18. A Jurisprudência trazida pela Recorrente/A.V.I. se refere a um processo do município de “BOA VISTA – RORAIMA”.

19. O entendimento trazido na multicitada Jurisprudência trazida pela Recorrente/A.V.I. - de que os efeitos da coisa julgada nas ações coletivas seguem o disposto no art. 103 do Código de Defesa do Consumidor - e, assim, não restringiriam a abrangência da condenação proferida em sede de ação civil pública aos limites da competência territorial do órgão prolator da decisão, se caracteriza como decisão teratológica porque eivada de flagrante ilegalidade.

20. Da simples leitura do “Código de Defesa do Consumidor” veremos que a citada interpretação para se ampliar a abrangência da Sentença a fim de que esta faça coisa julgada erga omnes, sem limites de competência territorial do órgão prolator se refere única e exclusivamente às Ação Coletivas de que trata o “Código de Defesa do Consumidor”. Assim:

CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990

Art. 103. Nas ações coletivas de que trata este código, a sentença fará coisa julgada:

I - erga omnes, ...

21. Sem sombra de dúvidas, não há qualquer respaldo legal que obrigue este órgão a seguir a multicitada Jurisprudência trazida pela Recorrente/A.V.I. DA “DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS RESERVA DE CARGOS PREVISTA EM LEI PARA APRENDIZ”:

22. Quanto a “Declaração de cumprimento das exigências reserva de cargos prevista em lei para aprendiz”, temos que o Edital, em seu Item 12.1, “e”, exige esta somente “quando cabível”, o que já - como já exaustivamente demonstrado - não o é nos casos de contratação de “Serviço de Vigilância”. (grifos nossos)

(...)

5. O pregoeiro se pronunciou em documento n.º 3114247, pelo não provimento dos recursos, entendendo se tratar de situação similar àquela tramitada no SEI 0020872-45.2023.6.05.8000, e manutenção da empresa CEB SEGURANÇA LTDA como vencedora do certame.

6. Instada, a Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos - ASJUR1 opinou em Parecer n.º 654, documento n.º 3120494, nos seguintes termos, conforme trecho do opinativo a seguir em destaque:

(...)

2. Em suas razões, apresentadas no documento n.º 3105160, a ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA. argumenta que a empresa habilitada não atende os requisitos impostos pelo instrumento convocatório, especialmente a condição 12.1.1, vez que não cumpriria a cota de jovem aprendiz.

2.1. Aduz que, nada obstante a recorrida tenha assinado declaração em campo próprio no sistema eletrônico, afirmando, sob as penas da lei, que cumpre a reserva de cargos para aprendizes, após consulta feita na webpage do Ministério do Trabalho, em 16.10.2024, constatou-se que a CEB SEGURANÇA LTDA. não satisfaz as condições nos moldes que afirma.

2.2. Assevera que o argumento da recorrida segundo o qual não pode ser cobrado o cumprimento da reserva de cargos para empresas de vigilância não deve prosperar e que a Convenção Coletiva da categoria dispõe que as empresas, respeitadas as restrições profissionais, os aspectos de segurança e integridade do trabalhador e as disponibilidades do mercado de trabalho, devem cumprir a lei e realizar a contratação de jovem aprendiz.

2.3. Por fim, após ressaltar o dever da Administração de cumprir as normas e condições do edital, classifica como gravosa a conduta da empresa recorrida, que teria apresentado documento com conteúdo sabidamente falso, numa tentativa de ludibriar Administração Pública e prejudicar seus concorrentes, defendendo, além da reforma da decisão que habilitou a CEB SEGURANÇA LTDA., a instauração do competente procedimento de apuração com vistas à aplicação de penalidade.

3. A A.V.I SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA., no documento n.º 3105171, requer a desclassificação da CEB SEGURANÇA LTDA., de igual modo, pela inobservância das normas relativas à

contratação de aprendizes, previstas no Decreto nº 9.579/2018.

3.1. Ademais, afirma que a decisão que habilitou a CEB SEGURANÇA LTDA. não foi fundamentada em dispositivo legal, uma vez que o cumprimento das obrigações relacionadas à reserva de cargos para aprendizes é requisito imposto normativamente, destacando entendimento do Tribunal Superior do Trabalho nesse sentido.

3.1.1. Alerta acerca de responsabilidade solidária ou subsidiária deste Regional, reproduzindo a disposição do art. 121, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, e sustenta que devem ser adotadas as medidas cabíveis para a declaração de inidoneidade da CEB SEGURANÇA LTDA, haja vista ter prestado declaração falsa.

3.2. Aponta, no tocante à composição das horas extras, que foram integralmente copiados pela recorrida os valores do edital, sem que tenham sido apresentados cálculos detalhados com base em suas próprias obrigações trabalhistas e percentuais, pontuando que, sendo adotada pela empresa Convenção Coletiva de Trabalho diversa daquela observada na composição de preços elaborada pela Administração, os valores das horas extras deveriam ser menores, registrando, ainda, que não foi evidenciada a composição detalhada dos valores de uniformes, materiais e equipamentos por item cotado, circunstância que, segundo entende, comprometeria a análise da exequibilidade de sua proposta.

3.3. Informa que a empresa recorrida incluiu em sua planilha de custos o valor referente ao cumprimento da cota de jovem aprendiz, nada obstante não cumpra a referida obrigação, o que pode configurar, em tese, enriquecimento ilícito e recordou que o Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado da Bahia (SINDESP/BA) ajuizou uma ação judicial questionando a ausência da cláusula de contratação de jovens aprendizes no Edital, tendo sido liminarmente determinada a sua inclusão.

3.4. Acerca da documentação de qualificação econômico-financeira apresentada pela CEB SEGURANÇA LTDA., afirma que o Balanço Patrimonial foi entregue autenticado pela Junta Comercial do Estado da Bahia (JUCEB), sem observar a exigência de apresentação do documento no formato digital por meio do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), ao qual estaria sujeita, conforme estabelecido no tópico 12.1.5.b.1.2 do edital.

3.5. Conclui requerendo a desclassificação da requerida do certame e a adoção das medidas cabíveis para a declaração de inidoneidade da referida empresa.

4. Em suas contrarrazões (docs. nºs 3105168 e 3105172), a CEB SEGURANÇA LTDA., em apertada síntese, alega que o Contrato de Aprendizagem, firmado com pessoas maiores de 14 (catorze) e menores de 24 (vinte e quatro) anos, previsto no art. 53, I, do Decreto nº 9.579/2018 é absolutamente incompatível com a atividade de vigilante, haja vista o alto risco, e anota que a legislação específica para vigilância privada se sobrepõe à aplicação generalista das cotas de aprendizes, pois a prioridade, neste caso, é a segurança pública e a integridade dos

profissionais e das pessoas envolvidas.

4.1. Afirma que o instrumento convocatório não traz a previsão de contratação de aprendiz e que a exigência insculpida na condição 12.1, "e", ressalva os casos em que há impossibilidade de cumprimento de reserva de cargos.

4.2. Quanto ao argumento segundo o qual não foram trazidos cálculos detalhados da composição das horas extras e valores de uniformes, materiais e equipamentos, esclarece a sua Planilha de Custos e Formação de Preços segue o modelo fornecido pela Administração, que não exige tal detalhamento.

4.3. Igualmente enfrentada a alegação de enriquecimento ilícito pela inclusão, em sua PCFP, do valor referente ao cumprimento da cota de jovem aprendiz, nada obstante não cumpra a referida obrigação, aduzindo que a medida foi adotada exclusivamente porque o edital exigia tal lançamento e, ainda, que o valor, considerado irrisório, foi incluído como "medida preventiva", considerando a possibilidade de alterações nas exigências contratuais.

4.4. Afirma ainda que o Balanço Patrimonial foi também registrado no Sistema Público de Escrituração Digital, anexando print.

4.5. Ao final, requereu que os recursos administrativos atravessados sejam considerados improcedentes, mantendo-se a sua classificação.

5. O Pregoeiro, em sua manifestação, carreada no documento n.º 3114247, atestou que a licitante habilitada utilizou o modelo de PCFP disponibilizada no Anexo III do Edital, respeitando os valores mínimos referentes aos salários e horas extraordinárias. Cumpre-nos, também, recordar que, respeitados os parâmetros de preço estabelecidos no instrumento convocatório, eventuais equívocos no preenchimento da planilha não devem acarretar, de plano, a desclassificação da proposta, podendo ser oportunizada a sua correção, desde que mantido o valor originalmente ofertado. Ademais, convém pontuar que a futura contratada estará obrigada ao cumprimento das normas trabalhistas e que os custos previstos e não comprovados oportunamente serão objeto de glosa durante a execução do ajuste.

5.1. Anota-se, por oportuno, que a rubrica referente ao jovem aprendiz foi inserida na PCFP da Administração por força de determinação judicial liminar, em sentido diverso ao racional defendido por esta ASJUR1 que, na mesma linha esposada no Parecer n.º 00130/2024/PF-IFRN/PFIFRIO GRANDE DO NORTE/PGF/AGU, entende que tal custo não deve ser repassado para a Administração Pública, devendo ficar a cargo das empresas do ramo.

5.2. Foi atestada pelo Pregoeiro a adequação dos valores propostos pela CEB SEGURANÇA LTDA. para uniforme, materiais e equipamentos, bem como o necessário registro do Balanço Patrimonial da empresa no SPED, nos moldes exigidos no instrumento convocatório.

5.3. Assim, restam afastados os argumentos apresentados pela A.V.I SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA, referidos nos itens 3.2, 3.3. e 3.4 deste opinativo, em consonância com as justificativas apresentadas no documento n.º 3114247.

5.4. Todavia, para enfrentamento da questão em torno do descumprimento da cota reservada de cargos para aprendizes, o Pregoeiro argui que "a inovação das exigências de cotas vem trazendo, neste momento inicial da vigência da lei, dúvidas que demandam soluções ainda não amadurecidas e consolidadas pela jurisprudência e doutrina, gerando insegurança jurídica", trazendo a baila argumentos lançados por esta ASJUR1 quando do exame de processo de contratação diverso.

5.4.1. Ocorre que toda a jurisprudência colacionada, importada daqueles fólios, trata, especificamente, de situações afetas às adversidades observadas para admissão de pessoa com deficiência e reabilitados da Previdência Social, realidade fática que vem sendo registrada pelo órgãos competentes, haja vista a dificuldade de prospecção de tais profissionais, de acordo com a área de atuação das empresa. Com efeito, no caso dos autos referidos pelo Pregoeiro, a empresa não se escusou de cumprir a lei, mas, em sentindo diverso, apontou os embaraços enfrentados para o seu atendimento, arguindo ainda que o seu número de funcionários gerais sofre constante variação, pelo que a respectiva certidão não refletia, necessariamente, a realidade no dia do certame (vale anotar que o ajuste pretendido por este Regional naquele caso, voltado à realização das eleições, pela sua natureza e breve duração dos serviços, admitia a contratação de mão de obra temporária, por exemplo).

5.4.2. O caso em tela, salvo melhor juízo, não se amolda aos mesmos argumentos. A recorrida refuta a obrigatoriedade de contratação de jovens aprendizes no seu ramo de atuação, quando a norma não faz esta ressalva, exceto para menores de 21 (vinte um anos) anos. Anote-se que, à vista da ampliação da faixa etária do público da aprendizagem até os 24 (vinte e quatro) anos, foi superado o impeditivo legal que dificultava a implementação da cota pelas empresas, não havendo, no nosso sentir, plausibilidade jurídica nos argumentos trazidos pela CEB SEGURANÇA LTDA. para não atender a exigência legal.

5.4.3. Assim, tendo sido cabalmente admitido o descumprimento da obrigação legal pela licitante, conforme também evidenciado em Certidão da Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, a despeito de ter sido declarado o atendimento da respectiva condição, impõe-se a sua desclassificação pelo Pregoeiro e respectivos consectários legais.

É o parecer, salvo melhor juízo.

7. O edital do Pregão Eletrônico n.º 90026/2024, documento n.º 3013037, assim dispõe em sua condição 12.1.1:

12.1.1. Será verificado se a licitante apresentou por ocasião do

envio da proposta, por meio do campo próprio do sistema, a seguinte documentação:

a) Declaração de que possui ciência do inteiro teor do ato convocatório e dos seus Anexos e atende aos requisitos de habilitação neles estabelecido, concordando com suas condições, e que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta,

b) Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos de idade, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos de idade, em qualquer trabalho, salvo, quanto a este, na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Lei n.º 9.854/99).

c) Declaração de observância aos incisos III e V do art. 1º e de cumprimento do inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano e degradante.

d) Declaração de cumprimento das exigências de reservas de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme inciso IV do art. 63 da Lei 14.133/2021.

e) Declaração de cumprimento das exigências reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como reserva de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

12.1.1.1 A licitante responderá pela veracidade das informações contidas nas declarações apresentadas, na forma da lei, devendo manter durante a execução do contrato o cumprimento das condições habilitatórias, sob pena de extinção do contrato. (grifo nosso)

8. Portanto, a norma editalícia atende ao quanto previsto no art. 92 da Lei 14.133/2021, que estabelece:

Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:

(...)

XVII - a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

(...)

9. Por seu turno, o Decreto 9.579/2018, com alterações introduzidas pela Decreto 11.479/2023, dispõe sobre o direito à profissionalização de adolescentes e jovens por meio de programas de aprendizagem profissional, define aprendiz como “ ... a pessoa maior de quatorze anos e menor de vinte e quatro anos, inscrita em programa de aprendizagem, que celebra contrato de aprendizagem, nos termos do disposto no art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.”. Dispõe, ainda, que:

“Art. 53. A contratação de aprendizes deverá atender, prioritariamente, aos adolescentes com idade entre quatorze e dezoito anos, exceto quando:

I - as atividades ocorrerem no interior do estabelecimento e sujeitarem os aprendizes à insalubridade ou à periculosidade sem que se possa elidir o risco ou realizá-las integralmente em ambiente simulado;

10. A Lei 14.133/2021, no título das irregularidades, dispõe em seu art. 155, VIII, que o licitante será responsabilizado por *“apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato”*.

11. Examinados argumentos colacionados pela licitante CEB SEGURANÇA LTDA, em sede de contrarrazões, documentos n.ºs 3105168 e 3105172, bem como manifestação do Pregoeiro designado, documento n.º 3114247, em face dos recursos interpostos pelas empresas ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA., documento n.º 3105160, e A.V.I SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA., documento n.º 3105171, em cotejo com o marco regulatório supra transcrito, observa-se afastamento de supostas ilicitudes apontadas pela A.V.I SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA., relativamente à Planilha de Custos e Formação de Preços (PCFP) apresentada, bem como quanto ao registro do Balanço Patrimonial no Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

12. Não obstante, no que tange à reserva de cota para aprendizes, verifica-se que, embora tenha firmado declaração eletrônica atestando adimplemento da condição inserta na alínea “e”, do item 12.1.1 do instrumento convocatório, contrariando, ainda, o quanto evidenciado em certidão emitida pela Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, documento n.º 3105171, p. 17-18, a recorrida intentou afastar a obrigatoriedade de contratação de jovens aprendizes, sob alegação de incompatibilidade da exigência com sua área de negócio, em que pese inexistência de ressalva legal no mesmo sentido, exceto para menores de 21 (vinte e um) anos.

13. Deste modo, lastreado no parecer n.º 654 ASJUR1, cujos fundamentos adoto e que passa a integrar a presente decisão, com base nas atribuições constantes do art. 143, VII, da Resolução Administrativa n.º 27/2024 e amparo nos arts. 92 e 155 da Lei 14.133/2021 e arts. 44 e 53, I, do Decreto 9.579/2018, com alterações introduzidas pela Decreto 11.479/2023, **julgo procedente o recurso interposto pela empresa ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA., documento n.º 3105160, e procedente em parte o recurso interposto pela empresa A.V.I SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA, documento n.º 3105171, para, considerando o não atendimento à exigência da condição de reserva de cargos prevista em lei para aprendiz e na Lei 14.133/2021, consubstanciado na manifestação da empresa admitindo o descumprimento do comando legal, conforme contrarrazões apresentadas, e consoante evidenciado na Certidão da Secretaria de Inspeção de Trabalho e Ministério do Trabalho e Emprego, documento n.º 3105171, p. 17-18, determinar a desclassificação da empresa CEB SEGURANÇA LTDA. do Pregão Eletrônico n.º 90026/2024.** Também, em razão da apresentação de declaração falsa no Pregão, deverá ser apurada a conduta da licitante, na forma do art. 155, VIII, da Lei 14.133/2021.

14. Encaminhe-se ao Núcleo de Pregoeiros (NUP), para ciência e providências devidas, inclusive notificar as licitantes e publicar a presente decisão e parecer jurídico que a integra.

15. Cumpridas as medidas acima, o pregoeiro deverá adotar as providências com vistas ao prosseguimento do procedimento licitatório.

RAIMUNDO VIEIRA
Diretor-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Raimundo de Campos Vieira, Diretor Geral**, em 13/11/2024, às 15:48, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trbajus.br/autenticar> informando o código verificador **3123998** e o código CRC **0AA3F56F**.

0018116-97.2022.6.05.8000

3123998v39